



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Giovanna Simokado Magalhães

Progresso, Natureza e Corpo: um estudo da história da cidade de Curitiba sob as lentes feministas (final do século XIX e início do XX).

Florianópolis

2022

Giovanna Simokado Magalhães

Progresso, Natureza e Corpo: um estudo da história da cidade de Curitiba sob as lentes feministas (final do século XIX e início do XX)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Gonçalves dos Santos

Florianópolis

2022

Magalhães, Giovanna Simokado
Progresso, Natureza e Corpo : um estudo da história da
cidade de Curitiba sob as lentes feministas (final do
século XIX e início do XX) / Giovanna Simokado Magalhães ;
orientador, Rodrigo Gonçalves dos Santos, 2022.
169 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Curitiba. 3. História da
cidade . 4. Século XIX e XX. 5. feminismo. I. dos Santos,
Rodrigo Gonçalves . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo. III. Título.

Giovanna Simokado Magalhães

Progresso, Natureza e Corpo: um estudo da história da cidade de Curitiba sob as lentes feministas (final do século XIX e início do XX)

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 24 de outubro de 2022, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Simone Aparecida Polli, Dra.
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.(a) Marina Toneli Siqueira, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Arquitetura e Urbanismo: Urbanismo, Cultura e História da Cidade.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Rodrigo Gonçalves dos Santos, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2022.

AGRADECIMENTOS

O processo que abrange o fazer pesquisa nunca é solitário, de fato, a sua riqueza está nos encontros e nas possibilidades de se afetar com eles. Por isso, agradeço em especial a minha rede de suporte, crucial para atravessar as turbulências e compartilhar as alegrias, as tristezas, as risadas e o cuidado que fazem parte da vida.

É também nessa cotidianidade que o trabalho de pesquisadora é feito e, por isso, agradeço à CAPES e à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo suporte financeiro concedido a essa pesquisa. Da mesma forma agradeço às professoras e professores do programa, assim como dos outros departamentos da UFSC, pelos compartilhamentos, ensinamentos e paciência.

Sou imensamente grata à minha mãe Léa e meu padrasto Élcio, por acreditarem em mim e me apoiarem nas minhas escolhas. Um agradecimento especial à Letícia, pelo amor cuidadoso e paciente, pelo carinho e companheirismo. Agradeço à minha irmã, por me lembrar que a vida também precisa ser leve. Aos meus sobrinhos Nonô e Becca por compartilharem comigo o seu universo da infância. Agradeço também a minha família materna, vó Luzia e vô Tussi, tia Diná e tia Lena, meus primos Clé e Kel e minha prima Karym. Assim como a família do meu Padrasto, vó Jura e, em especial o vô Elcio que continua com a nossa família em nossas memórias. Sou grata também ao meu pai João e minha madrasta Ruth.

Agradeço às minhas amigadas de outros tempos, com destaque à Aline, Vivi e Jô pelas conversas inspiradoras e jantinhas. Agradeço à Lari, por ser minha companheira nessa aventura de aproximar os estudos feministas da arquitetura e urbanismo. Agradeço à Mafê, ao Fer, ao Ota, ao Macel, à Kellen e todos os demais, companheiros do mestrado ou não, que me acolheram nessa mudança para Florianópolis.

Agradeço ao meu orientador Gonça pelos direcionamentos, conselhos e, como ele costuma dizer, por “abrir a porta de entrada” para pesquisas um tanto desviantes. O ensinamento de que existem muitas formas de se fazer ciência e que a pesquisa não precisa ser dura ou rígida para ser científica. Esses incentivos e essa liberdade foram cruciais. Agradeço às bancas avaliadoras, Prof. Marina Inês e Prof. Marina que me acompanharam na qualificação, pela sua avaliação cuidadosa; e Prof. Simone, que abriu para mim as primeiras portas para estudar uma aproximação do

feminismo na arquitetura e urbanismo ainda na graduação. Sem a sua generosidade, inspiração e coragem a semente dessa pesquisa não teria conseguido germinar.

Essa pesquisa e também essa pesquisadora foi fruto de 10 anos de políticas governamentais de incentivo à educação. Viva a Universidade Pública e Gratuita!

O tipo de luz sob a qual examinamos nossas vidas influencia diretamente o modo como vivemos, os resultados que obtemos e as mudanças que esperamos promover através as nossas vidas. É nos limites dessa luz que formamos aquelas ideias pelas quais vamos em busca de nossa mágica e a tornamos realidade (LORDE, 2019, p.44).

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo utilizar as lentes feministas de análise para estudar a história da cidade de Curitiba. Esse movimento partiu do pressuposto que a história quando contada linearmente cria ocultamentos a partir do qual a ideologia é disseminada, através da criação de categorias utilizadas para legitimar a devastação natural do mundo, a exploração racial e de sexo-gênero através do emprego da violência sistemática dos corpos e territórios. Através da ideia força corpo-território somada a crítica à modernidade/colonialidade busquei mostrar como a narrativa de um desenvolvimento linear, unidirecional e evolutivo é uma ficção criada para a manutenção do capitalismo. Em especial quando a narrativa construída pela modernidade não se encontra fixada no passado, mas engendra uma simultânea e contínua colonização do tempo e do espaço. Considerando que os conceitos de Progresso, Natureza e Corpo são constitutivos para a construção da narrativa da modernidade e do desenvolvimento, questionar a histórica unívoca permitiu recolocar esses conceitos por compreendê-los como campos em disputa.

A partir de uma investigação bibliográfica foi construída uma pesquisa de caráter historiográfico com o intuito de investigar de que forma as definições de Progresso, Natureza e Corpo impactaram no modo como se pensava o espaço urbano e foram expressos nas intervenções urbanas realizadas na cidade de Curitiba no século XIX e na primeira metade do século XX. Para isso foi analisada a maneira que a Natureza foi concebida no século XIX e de que forma a sua conceituação foi expressa no território, nos elementos naturais e nos corpos daqueles que habitavam Curitiba. Em um segundo momento foi investigado o surgimento do urbanismo como disciplina científica onde a concepção funcionalista do corpo difundido no âmbito acadêmico passou a ser aplicado no espaço urbano, criando uma suposta correspondência entre o corpo e a cidade. Utilizando esses preceitos, o urbanista francês Alfred-Donat Agache deu início ao urbanismo em Curitiba com a produção do Plano de Urbanização da cidade. Utilizando as lentes feministas foi feita uma investigação acerca da Natureza e do Corpo no caderno de diagnóstico e das propostas do plano e de forma foram utilizados para engendrar a ideologia do Progresso.

Palavras-chave: Curitiba; História da cidade; Progresso; Natureza; Corpo.

ABSTRACT

This paper aimed to use feminist lenses of analysis to study the history of the city of Curitiba. This movement was based on the assumption that history when told linearly, creates concealments from which ideology is disseminated through the creation of categories used to legitimize the natural devastation of the world, racial and sex-gender exploitation through the employment of systematic violence against bodies, and territories. Through the idea of body-territory force added to the critique of modernity/coloniality, I sought to show how the narrative of a linear, unidirectional, and evolutionary development is a fiction created for the maintenance of capitalism. In particular, when the description constructed by modernity is not fixed in the past but engenders simultaneous and continuous colonization of time and space. Considering that the concepts of Progress, Nature, and the Body constitute constructing the narrative of modernity and development, questioning the univocal history allowed us to reposition these concepts by understanding them as fields in dispute.

Based on a bibliographical investigation, historiographical research was built to investigate in what way the definitions of Progress, Nature, and Body impacted the way urban space was thought and were expressed in the urban interventions carried out in the city of Curitiba in the 19th century and the first half of the 20th century. To this end, the way Nature was conceived in the nineteenth century was analyzed, and how its conceptualization was expressed in the territory, natural elements, and bodies of those who inhabited Curitiba. In a second moment, the emergence of urbanism as a scientific discipline was investigated, where the functionalist conception of the Body disseminated in the academic field started to be applied in the urban space, creating a supposed correspondence between the Body and the city. Using these precepts, the French urbanist Alfred-Donat Agache started urbanism in Curitiba by producing the city's Urbanization Plan. Using the feminist lens, an investigation was made about Nature and the Body in the diagnostic booklet and the proposals of the plan, and how they were used to engender the ideology of Progress.

Keywords: Curitiba; City History; Progress; Nature; Body.

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|-----------------------------------|-----------|
| 01 | ABRINDO OS CAMINHOS | 13 |
| 02 | INSTRUÇÕES | 15 |
| | 1 Conceitos | 15 |
| | 2 direções | 15 |
| 03 | PERCURSOS DA PESQUISA | 21 |
| 04 | CONCEITOS | 28 |
| | 1 Em busca de um método feminista | 28 |
| | 2 Ideologia | 30 |
| | 3 Modernidade e Colonialidade | 31 |
| | 4 Natureza e Humanidade | 34 |
| | 5 Colonização da memória | 38 |
| | 6 Cartografia | 39 |
| | 7 Corpo-território | 42 |

| | | |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 05 | NATUREZA EM QUESTÃO: ABANDONO DAS FEIÇÕES COLONIAIS EM DIREÇÃO À CAPITAL PROGRESSISTA DA NOVA PROVÍNCIA DO PARANÁ (SÉCULO XIX) | 46 |
| 1 | urbanismo embelezador e intervenções urbanas como marco de participação dos processos de modernização e progresso | 52 |
| 2 | fantasmagoria e o desejo de projeção de uma imagem idealizada de si: aproximações entre paris e curitiba | 55 |
| 3 | indústria do mate: apropriação e expropriação da natureza e dos saberes populares | 63 |
| 4 | significados da natureza no meio urbano: ocupação e mercantilização do território de curitiba | 67 |
| 5 | ocultamento e repressão do corpo rebelde: habitantes de curitiba | 80 |
| 06 | CORPO E CIDADE: PROTAGONISTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE COLETIVA E HOMOGÊNEA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930) | 98 |
| 1 | individualismo, disciplina e superação de si: novos ideais estéticos do corpo, biologização da natureza e a importância da mulher-dona-de-casa para a manutenção dos ideais republicanos corpo como protagonista | 98 |
| 2 | modernização da instituição policial: racionalização do processo de controle dos corpos desviantes para a manutenção da paz e preservação da ordem | 112 |
| 3 | urbanismo como disciplina científica: a cidade como organismo vivo | 123 |
| 4 | o urbanista e as possibilidades de concretrização do desejo de modernização: rearranjo do espaço urbano para controle da propagação da desordem e caos | 127 |
| 5 | agache no brasil: tradução do seu pensamento para a realidade brasileira | 132 |
| 6 | início do urbanismo científico em curitiba: inauguração de uma nova concepção sobre o espaço urbano com agache e a importância dos meios de comunicação | 135 |
| 7 | plano agache (1943-1945): leitura a partir das lentes feministas de análise | 139 |
| 8 | continuidades... | 146 |
| 07 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 148 |
| | BIBLIOGRAFIA | 157 |

CAPÍTULO 01

—

**ABRINDO OS
CAMINHOS**

ABRINDO OS CAMINHOS

Começo essa escrita trazendo questionamentos que surgiram no momento que tracei um fio condutor para minha pesquisa, o feminismo. O que seria um ser-estar-fazer-pesquisar feminista? É buscar as narrativas femininas? É inserir nas bibliotecas acadêmicas as trajetórias, vidas e corpos femininos enquanto protagonistas e sujeitas? É emprestar a minha caneta para as vozes que sussurram apenas ao pé do meu ouvido enquanto me encontro cercada por vozes masculinas?

E como sobrepor o feminismo ao ser-estar arquiteta e urbanista? É investigar obras de mulheres? É pensar em políticas públicas para tornar a cidade segura para os corpos femininos e feminizados? É emprestar minha régua e compasso para o feminino projetar uma cidade a partir da sua perspectiva?

Rodeada por tantas possibilidades minha cabeça gira e gira, rodopiando sobre um eixo sem começo nem fim. O medo também rodeia, como uma sombra que está sempre à espreita, pronto para pontuar um defeito, uma falha, uma falta. Mas falta do que? Olho-me no espelho e encontro-me inteira. Mergulho em mim e encontro o abismo.

Busco respostas nas escritas das mulheres e com elas aprendo que não existe um certo e errado. Liberto-me do medo de errar e entro na brincadeira. Peço licença às que vieram antes de mim e no meio da roda danço com o fogo. Fogo, este, que me aterroriza quando leio as notícias e vejo tempos de destruição e devastação dos corpos humanos e não-humanos. Medo, este, que é estratégico para roubarem o fogo-desejo que arde na minha barriga. Vejo as chamas lambem a minha pele e deixo-a queimar. E nessa dança, junto do fogo e cercada por tantas, vislumbro uma espiral e decido seguir o seu rastro.

Com meus sentidos aguçados, abro-me para experiência e o meu corpo torna-se também parte do processo, nunca o mesmo que ontem e cheio de possibilidades com o aproximar e o afastar dos outros corpos. Assim, parto.

CAPÍTULO 02



INSTRUÇÕES

1. conceitos
2. direções

INSTRUÇÕES

Esse texto foi dividido em três momentos e teve a sua organização baseada num primeiro movimento conceitual, seguido por uma investigação estruturada em uma linha temporal. Essa disposição foi feita com o objetivo de conduzir e organizar as temáticas abordadas. Contudo, a sua produção não seguiu a ordem apresentada, portanto, fica à critério da leitora seguir ou não o arranjo proposto. Em alguns momentos do texto a escrita foi interrompida por meus pensamentos e reflexões. Nos momentos de ocorrência, estarão marcados e diferenciados do restante do texto.

1 CONCEITOS

Nesse capítulo foi sintetizado o universo teórico que guiou os percursos investigativos. Esses fragmentos são sínteses de pensamentos e conceitos que nutriram o solo, permitindo a essa pesquisa germinar. Uma infinidade de encontros fez parte dessa construção e a seleção aqui apresentada intenta construir uma organização epistemológica que ofereça as ferramentas necessárias para a leitura da dissertação.

2 DIREÇÕES

Todas as vezes que viajo para outros lugares e conto que moro em Curitiba são tecidos comentários sobre a sua boa qualidade de vida, a abundância de parques e áreas verdes ou por ser uma cidade planejada. Assim, comecei a perceber que ser uma moradora desse lugar trazia uma série de referências simbólicas de imediato sobre mim. Situação que me causou estranhamento, pois desde os anos 2000 morar no boqueirão era visto de modo pejorativo por ser um dos bairros periféricos e limítrofe com São José dos Pinhais. Com o passar dos anos essa imagem do bairro onde cresci mudou, hoje rodeado por novos condomínios residenciais que se espalham cada vez mais sobre o seu território.

Ao mesmo tempo, quando falo que moro em Curitiba, um perfil identitário da *República de Curitiba* também é formado como um espaço onde a branquitude e o pensamento conservador predominam por excelência. Comentários que sinto a necessidade de me desviar e justificar que não faço parte desse grupo. Essa percepção desse perfil faz parte de uma concepção atual, mas que nem sempre foi assim. De fato, a ideia de uma cidade desenvolvida, com uma população civilizada vigorava nos anos 2000 e essa associação agregava valor à minha condição de moradora de Curitiba.

Ou seja, uma ligação entre o território e o meu corpo esteve presente desde que me mudei. No começo eu não entendia muito bem de que forma essa relação me afetava ou mudava algo na minha vida. Essa situação, entretanto, começou a ganhar forma quando entrei na faculdade de arquitetura e urbanismo e passei a estudar o processo de desenvolvimento da minha cidade.

A importância da cidade de Curitiba dentro dos estudos urbanos ganhou destaque internacional a partir da década de 1990 e passou a ser considerada uma referência em planejamento urbano, adquirindo um status de urbanismo de sucesso no Mundo. Amplamente criticado por Fernanda Sánchez Garcia (1996), esse destaque internacional fez parte de uma fabricação engendrada pelo discurso dominante para a construção de uma imagem da cidade de Curitiba. Essa miríade tentava codificar representações da vida urbana, tanto em sua prática cotidiana quanto em relação às apropriações sociais do espaço.

Tal situação foi reforçada pela localização no Sul Global, em um país com um passado colonial, evidenciando uma geolocalização de poder na porção Norte do globo terrestre. Poderio esse que prevalece no decorrer de algumas centenas de anos e que não é imanente, mas faz parte de uma construção discursiva que afeta o presente e fixa o passado em uma narrativa instituída. Com o objetivo de manter relações de dominação, essa crença foi constantemente atualizada em uma lógica binária e hierárquica (ESCOBAR, 2014).

Esse pensamento, contudo, possuiu relações profundas com o capitalismo e com a construção ontológica empregada com a descoberta da América Latina nas Grandes Navegações. A partir desse contato, foi construído um modo de ser-estar-sentir o mundo eurocêntrico, antropocêntrico e capitalista, o qual foi exportado para o restante do mundo. A dominação e expropriação inerente aos sistemas capitalistas, somente são possíveis através da construção de um sistema de crenças articulado pela modernidade/colonialidade (QUIJANO, 2005). Dentro disso, a produção de uma soberania da Humanidade sobre a Natureza foi e continua sendo um elemento fundamental. Com base nessa ideia, foi possível subjugar todos os corpos colonizados, onde estavam inclusas as populações africanas escravizadas, os povos originários e tradicionais, as crianças e as mulheres (KOTHARI *et al.*, 2019). Respaldo pelas ideias de modernização, desenvolvimento, progresso e crescimento a expropriação e a exploração foi legitimada e validada, inclusive, pelo discurso científico.

Partindo desse pressuposto, no capítulo *Natureza*, buscarei compreender as transformações das concepções sobre a Natureza no decorrer da história da cidade de Curitiba. O recorte temporal se inicia ainda no período colonial e se estende até o fim do Império, acompanhado pela abolição da escravidão no território brasileiro. Considerando que a Natureza

compreende todos os corpos, humanos e não-humanos, que se encontram do outro lado do espectro Cultura/Natureza, surgem questionamentos. De que forma a ideia de modernização sancionou a expropriação e exploração da Natureza? Como foi efetivada a expropriação e exploração do território e da população em Curitiba? De que forma a exploração e expropriação da Natureza se relacionou com o modo como se pensava a cidade e as intervenções urbanas de Curitiba no século XIX?

O próximo movimento, *Corpo e Cidade*, está situado em outra temporalidade, entre a instituição da Primeira República aos últimos anos da Era Vargas, em particular com a produção do Plano de Urbanização da Cidade de Curitiba¹. Esse período teve o início marcado pelos avanços científicos no fim do século XIX e, utilizando-se das teorias evolucionistas e da tecnocracia, os desejos pela modernização extravasam à pequena parcela da elite e são popularizados. Uma nova fronteira de expansão da modernidade/colonialidade com enfoque na individualidade é colocada em marcha. Os regimes de dominação passaram a ser interiorizados e a sua aceitação é feita através do disciplinamento dos corpos e das subjetividades.

Essa dupla captura foi facilitada pela construção das identidades como guias para se alcançar o fim dos estágios evolutivos. Esse desejo, entretanto, era uma quimera, um produto fabricado; sempre perto, mas nunca alcançável. A articulação da falta, necessária para a manutenção da propriedade privada, atinge também os indivíduos das camadas populares e pobres.

Contudo, esse processo não foi pacífico ou não encontrou resistência da população e, engendrado pela ciência moderna, a transformação do corpo como protagonista encontrou nas figuras dos especialistas um intenso campo de atuação. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram selecionadas três imagens consideradas cruciais para compreender a continuidade dos processos de espoliação e violência da Natureza: a *Mulher*, especialista-do-lar, a *Polícia*, especialista da ordem pública e o *Urbanista*, especialista das cidades.

Através de uma análise sobre cada uma dessas categorias, um maior enfoque será dado na última. Foi feita uma retomada sobre o surgimento do urbanismo como disciplina científica e as suas relações com a urbanização brasileira e, por fim, de Curitiba. A escolha desse movimento foi feita a partir da busca pelo corpo e, na cidade organicista de Agache, uma relação corpo-cidade emergiu. Desse encontro surgiram questionamentos: de que forma as concepções sobre o corpo influenciaram na construção do urbanismo como área de conhecimento? Em especial quando o

¹ O Plano de Urbanização da Cidade de Curitiba é de autoria do urbanista francês Alfred-Donat Agache e foi realizado pela empresa Coimbra Bueno. A sua produção se iniciou em 1941, sendo apresentado o Plano de Avenidas em 1942 e em 1943 foi entregue o volume final.

urbanista ficou encarregado pela condução das cidades em direção à sua evolução. Em qual direção seria essa evolução?

O horizonte estava muito bem fixado. Consideradas o fim do processo evolutivo dos agrupamentos humanos, o objetivo era alcançar as sociedades europeias ocidentais. Assim, o urbanismo fez uso da tecnocracia para ocultar o caráter ideológico das suas práticas (PESAVENTO, 2015). A partir disso, a pergunta se transforma e as relações construídas entre o corpo e a cidade adquirem outros matizes. De que modo as definições de Progresso, Natureza e Corpo influenciaram Agache em seu modo de pensar o espaço urbano e a cidade? Como essa ideologia apareceu nas suas propostas para Curitiba?

Por fim, será feita uma breve análise sobre os impactos da presença de Agache em Curitiba e as reverberações que o seu plano produziu no espaço urbano da capital paranaense.

FRONTEIRA

Buscar pela
consciência de la
mestiza, como me
ensina Glória
Anzaldúa.

Entre as fronteiras “[...] *la mestiza* enfrenta uma luta de carne, uma luta de fronteiras, uma guerra interior” (ANZALDÚA, 2019, p.314). Para sua sobrevivência psíquica precisa aceitar a sua própria ambiguidade, libertar-se do julgo dominador e romper com a lógica antagônica que perpetua a dominação.



CAPÍTULO 03

—

**PERCURSOS DA
PESQUISA**

PERCURSOS DA PESQUISA

Os caminhos traçados durante uma pesquisa acadêmica são compostos por vários desvios e modificações não previstas. Esse processo, feito cartograficamente, foi realizado a partir de um movimento frenético de mundos desfeitos, colocados em marcha ao aproximar os estudos feministas e decoloniais do campo da arquitetura e urbanismo. Engendrados pela curiosidade e pela oportunidade de adentrar ao mundo da pesquisa científica com auxílio da CAPES, a primeira mudança foi geográfica. De Curitiba à Florianópolis, os descolamentos continuaram, mas dessa vez epistemologicamente. Uma aproximação com a teoria feminista, possibilitada pela estrutura voltada aos estudos de gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com um histórico de mais de 20 anos. Da mesma forma, o contato com o corpo e a cartografia deram as ferramentas para construir o meu método de pesquisa que articularam o feminismo, a arquitetura e o urbanismo.

Entretanto, desde 2019 até o momento de defesa em 2022, alguns desafios não previstos de antemão apareceram, sendo um deles a pandemia do COVID-19. O isolamento, o medo do contágio, o medo da morte, a partida de entes queridos, à espera da vacina que chega e, por fim, permitir-se respirar sem medo. Entretanto, os traumas permanecem e se torna impossível retornar a vida de antes. Esse contexto atravessou a escrita dessa pesquisa e talhou nela marcas que foram carregadas até a sua conclusão. A única permanência, talvez, foi a escolha do local a ser pesquisado.

A partir das teorias feministas, um novo modo de ser-estar-sentir o mundo foi engendrado quando se compreende as imbricações entre gênero, geolocalidade, *raça*. A partir da ética feminista torna-se possível abandonar a perspectiva única e adentrar ao campo das múltiplas histórias que se entrelaçam e formam a tessitura das paisagens urbanas. Portanto, ao utilizar as lentes feministas surgiram outras percepções sobre a história da cidade.

Em especial quando utilizo como referências ecofeministas como Vandana Shiva (2019) e Maria Mies (2021) que mapeiam a violência capitalista e patriarcal às formas de apropriação e expropriação sob a égide da modernidade que define uma supremacia da Cultura sobre a Natureza. Tal situação, contudo, não se limitou às paisagens e elementos naturais, mas considerou toda a parcela da população caracterizada como não-civilizados. A partir disso, seus corpos também passam a ser compreendidos como elementos passíveis de apropriação. A criação de uma hierarquização dos grupos de indivíduos em categorias de civilizados e não-civilizados foi crucial para a fabricação da Modernidade/Colonialidade. Tal pensamento estruturou as ferramentas necessárias para iniciar e perpetuar o processo de colonização, através da exploração dos corpos-

dos territórios da América, África, Ásia e Oceania. Considerando tais fatores, a pesquisa seguiu o curso de ser realizada na seguinte forma, na divisão em três eixos de análise: Progresso – tem a sua conceituação permeada pela Modernidade/Colonialidade, incidindo sobre os outros eixos –, Natureza – ao levar em conta a construção de uma superioridade da cultura – e Corpo – apropriado e expropriado, assim como os territórios, com o intuito de perpetuar a dominação.

Tal divisão foi fundamentada na decisão de pesquisa de aproximar tais debates à área da arquitetura e urbanismo, em especial quando articulado com a afirmação de Lefebvre (1991) acerca do espaço como um importante produtor de ideologias. De modo complementar, Villaça (1999) considerou que o urbanismo – enquanto uma disciplina científica que atua no espaço urbano – possui suas práticas fundamentadas em um conjunto de ideias e crenças, ou seja, em ideologias. A partir desses dois autores, é possível afirmar que as cidades foram e ainda permanecem regidas por ideologias. Tal afirmação coloca em questão a neutralidade do fazer e saber científico amplamente difundido desde a modernidade, fazendo emergir questionamentos sobre o modo como a Modernidade/Colonialidade influenciou na urbanização de Curitiba.

Esse movimento não permanece dentro de uma visão romântica do passado, onde a condição do presente possibilita analisar o passado. Ela parte do pressuposto que a história quando contada linearmente cria ocultamentos a partir do qual a ideologia é disseminada (CHAÚÍ, 2008). Dessa forma, a história única é uma captura do passado transformado em produto discursivo das classes dominantes para continuar oprimindo, e para convencer o oprimido que a sua realidade é uma exceção, quando ela é uma regra (BENJAMIM, 1987). Contudo, essa narrativa construída pela modernidade não se encontra fixada no passado. Ao invés, é uma simultânea e contínua colonização do tempo e do espaço (MIGNOLO, 2017).

Dessa forma, surge a pergunta de pesquisa.

A partir do estudo sobre a história da cidade de Curitiba, de que forma o Progresso, a Natureza e o Corpo foram utilizados para a construção da história oficial de desenvolvimento e crescimento da cidade durante o século XIX e a primeira metade do século XX?

A busca por um rompimento com as estruturas consideradas hegemônicas e que instituem um fazer científico pautado nos preceitos da modernidade – racionalidade, ordem e eficiência – faz parte também da linguagem gráfica escolhida.

As imagens presentes no decorrer da dissertação fazem parte de uma escolha metodológica e ontológica. As figuras, acompanhadas de quadro explicativo, complementam a leitura e fazem parte de um movimento que Cláudia de Lima Costa (2020, p.335) chama de descolonização da percepção, da linguagem e dos sentimentos. Para isso, o uso de imagens transformadoras torna-se crucial quando pensadas como uma “[...] traição do

conhecimento/sensações/experiências hegemônicas a partir da localização geo/corpo/política [...] das mulheres indígenas e/ou mestiças” e de toda a população marginalizada pela narrativa da Modernidade/Colonialidade.

Esse movimento encontra-se presente nas obras da artista brasileira Adriana Varejão, em especial a obra *Paisagens*, da coleção *Terra incógnita*, utilizada como capa para o Capítulo 04 (p. 25). A partir disso, busquei também nessa dissertação questionar a história oficial da cidade de Curitiba e daqueles que habitaram esse espaço nos séculos XIX e XX. A partir dessa perspectiva trazida por Costa (2020), enquanto uma traidora da hegemonia me apropriei dessas imagens e articulei uma ação que buscou não somente um rompimento linguístico, mas também ontológico.

Os rompimentos na estrutura da dissertação também aparecem nas notas de rodapé, as quais podem ser consideradas como desvios do texto principal, onde utilizo esse espaço para aprofundar conceitos, detalhar informações e dados. Outra ruptura são as notas brancas localizadas no decorrer do texto, onde me permito interromper a escrita e estabelecer um diálogo com o leitor ao trazer pensamentos e divagações que emergiram no momento da escrita.

Como fontes de coleta foram utilizados diversos meios físicos e eletrônicos. A Plataforma Pergamum, da prefeitura de Curitiba, através do uso de palavras-chave como urbanismo, cidade, igreja matriz, praça, plano de Curitiba, estrada de ferro, empregada doméstica, população, entre outras. A partir disso, a pesquisa foi restringida pelo tipo de obra, data da publicação ou Unidade de Informação (Centro de Documentação da Casa da Memória).

O acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil (BND) foi amplamente utilizado para seleção das imagens, as quais incluíram mapas antigos de Curitiba e do Paraná, planos de urbanismo sob autoria de Alfred-Donat Agache. Também foi pesquisado nesse acervo a Coleção Júlia Wanderley, da Fundação Cultural de Curitiba.

As gravuras, xilogravuras e fotografias utilizadas foram coletadas a partir de busca por palavras-chave ou através de seleção de data (anos entre 1800-1940) na BND. Algumas dessas imagens também foram retiradas do acervo online da Biblioteca do Senado Federal, na categoria de obras raras. Nesse caso, a busca também foi feita a partir de palavras-chave como Paraná, Curitiba, erva-mate, entre outras. Outro importante sistema de coletas de imagens de alta qualidade foi o blog de Paulo José da Costa, interessado por curiosidades históricas e fotográficas do Paraná, em especial de Curitiba e região. Nesse caso, a referência das fotografias e cartões postais foram verificadas a partir de comparação com outras fontes, como dissertações e teses. Foi utilizado foi o *Circulando por Curitiba*, de Washington César Takeuchi, fotógrafo e fascinado por Curitiba, publicou 2 livros de fotografia sobre a cidade. Além dessas, também foi realizado a coleta a partir do site da Prefeitura de Curitiba.

As notícias de jornais trazidas nos capítulos 5 e 6 são todas referentes à Curitiba e foram retiradas do site da Hemeroteca Digital Brasileira. A busca foi feita a partir do Local, pela seleção do PR, e com o uso de palavras-chave, novamente utilizando termos como Curitiba, Cortiço, Capoeira, Agache, entre outros. A partir disso, os arquivos investigados se limitaram ao período histórico selecionado, entre o final do século XIX e primeira metade do século XX.

Os Códigos de Posturas Municipais de Curitiba de 1829-1859, 1895, 1919 e 1929 foram consultados no acervo físico da Casa da Memória. Além disso, também foi utilizado o compilado de *Decretos e Actos da Câmara Municipal de Curitiba 1902-1906*, retirado do Pergamum da Prefeitura. Desse local também foi consultado o Plano Agache para Curitiba, publicado no Boletim PMC (1943). Para auxiliar na análise desses documentos, foram utilizados livros, dissertações e teses que analisaram essas legislações e nesses casos os autores aparecem referenciados no texto.

De modo complementar foram levantados no Pergamum da Prefeitura de Curitiba o Boletim do Archivo Municipal de Curytiba (1906), edições do Boletim de Arquivo Público do Paraná (1981; 1983) e Boletim Romário Martins (1974).

As autoras e autores utilizados foram selecionados por serem referência nos assuntos abordados e as aproximações teóricas feitas se relacionam com as escolhas feitas em decorrência das disciplinas cursadas durante o mestrado. Dentro destas, destacam-se as disciplinas Cidade Contemporânea: Memórias, Intervenções e Persistência na Arquitetura da Paisagem, ministrada pelo Professor Milton Luz da Conceição; In(ter)venções urbanas: a arte e a arquitetura como construtoras de dissensos, ofertada pelo Prof. Rodrigo Gonçalves dos Santos. Também foi de suma importância a disciplina Teorias e Críticas feministas, ministrada pela Prof. Cláudia de Lima Costa, no Programa de Pós-graduação em Literatura, onde me aproximei dos estudos feministas decoloniais. Para a aproximação entre a teoria decolonial e a arquitetura e urbanismo foi importante participar como ouvinte da disciplina XXX, ministrada por profissionais de várias universidades públicas.

Para além das disciplinas, a articulação desse mestrado dentro da Linha de pesquisa *Urbanismo, Cultura e História da Cidade* somado à inserção no Grupo Quiasma², teve como objetivo realizar um estudo que transitasse entre os campos interdisciplinares de arquitetura, corpo e cidade, buscando revelar novas possibilidades de se pensar a arquitetura e urbanismo ao considerar os processos de subjetivação. Para os estudos referentes à Curitiba, a seleção foi feita a partir do banco de teses e dissertações da Universidade Federal do Paraná e pesquisa in loco na Biblioteca Pública do Paraná.

² O Grupo Quiasma, é cadastrado no Diretório de grupos CNPQ e certificado pela UFSC desde 2016, tem como seu coordenador o Prof. Rodrigo Gonçalves dos Santos.

A partir disso, a escolha de uma abordagem historiográfica sobre a cidade de Curitiba, assim como a escolha do marco temporal entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, fizeram parte de uma escolha influenciada pelas limitações impostas pela pandemia do COVID-19. Esse contexto foi definidor, pois delimitou a prioridade da pesquisa à materiais coletados de forma online, visto que a consultoria presencial dos acervos não foi permitida até início de 2022.

A seleção do marco temporal como delimitador da pesquisa foi uma escolha metodológica utilizada para a realização de uma costura entre as correntes teóricas e eixos de análise. Esses eixos foram três: *Progresso*, *Natureza* e *Corpo*, a partir dos quais busquei entender como as narrativas de *modernização e desenvolvimento* engendrada no século XIX e nas primeiras décadas do século XX se relacionaram com as concepções sobre a Natureza e o Corpo – humanos e não-humanos, sendo tal relação ontológica expressa também no espaço, na arquitetura e no urbanismo.

Dessa forma, para o desenvolvimento dessa pesquisa busquei nos escombros da história oficial da cidade de Curitiba os rastros daquilo que foi excluído, deixado de lado, realizando uma investigação a partir das minhas lentes feministas de análise. Para isso, uma pesquisa bibliográfica de cunho historiográfico buscou investigar as camadas sobrepostas e que compõem as histórias da cidade de Curitiba.

Adriana Varejão, 1995
Paisagens



Figura 1 – Ferida colonial. Fonte: Varejão (1995).

Segundo Herkenhoff (1998), a obra pintada em painel oval remete às pinturas de Leandro Joaquim realizadas no começo do século XVIII para integrar o pavilhão do Passeio Público do Rio de Janeiro. Entretanto, no trabalho de Varejão, a paisagem nativa repleta de vegetação e montanhas ao fundo é rasgada em várias camadas, revelando outras paisagens. Em seu centro está localizada uma fenda, um corte que pode ser compreendida como uma representação da *ferida colonial*.

CAPÍTULO 04



CONCEITOS

1. em busca de um método feminista
2. ideologia
3. modernidade e colonialidade
4. natureza e humanidade
5. colonização da memória
6. cartografia
7. corpo-território

CONCEITOS

1 EM BUSCA DE UM MÉTODO FEMINISTA

No texto *As instabilidades das categorias analíticas na teoria feminista*, escrito na década de 1980, Sandra Harding (2019) explica que crítica feminista deve questionar as ausências dentro da ciência, visto que esta foi moldada a partir de exclusões. Logo, refletir sobre os motivos da escolha entre o que deve e o que não deve ser estudado no campo científico remete a um questionamento acerca da divisão que permeia o modo como a sociedade ocidental apreende o mundo, que no caso é dual e hierarquizado³. Entretanto, a racionalidade científica pode e deve ser questionada, sendo um dos projetos feministas justamente revelar o modo como essa divisão não existe e que essas fronteiras se borram a todo momento.

[...] é possível aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas, encontrar nelas a desejada reflexão sobre determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos, usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática. Não há “ciência normal” para nós! [...] Não passa de delírio imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, a um paradigma de “ciência normal” com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes. As categorias analíticas feministas devem ser instáveis – teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto para o conhecimento quanto as práticas sociais (HARDING, 2019, p. 99).

Especialmente quando esse sistema foi construído baseado na dominação e a sua perpetuação possui laços profundos com o sistema capitalista, produzindo valores que permeiam não somente aquilo que está presente nos livros de história, mas também em nossa vida cotidiana e na sua materialidade (HOOKS, 2019). Assim, a neutralidade científica se mostra ilusória e o enquadramento da pesquisa depende do meu ponto de vista. A delimitação de onde estou e não estou se torna crucial, assim como a escolha da perspectiva se torna uma responsabilidade. Para isso, deve ser articulado o uso da perspectiva parcial para a construção do pensamento crítico, através de movimentos de abertura ao invés do seu fechamento em categorias fixas (HARAWAY, 1995, p. 26).

[...] O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro. [...] Não há maneira de "estar" simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e

³ A crítica ao dualismo já foi há muito questionada e não se encontra somente dentro da crítica feminista, fazendo parte, inclusive de outras correntes teóricas. Essa, fundamenta-se na cisão entre corpo/mente, razão/emoção, natureza/cultura, mulher/homem, produção/reprodução, público/privado, e assim em diante.

classe. [...] A procura por uma tal posição "inteira" e total é a procura pelo objeto perfeito, fetichizado, da história oposicional

Regido por uma responsabilidade ética e política, o espaço da perspectiva parcial permite interrogações, ambiguidades, conexões, construção, desconstrução e transformação. A instabilidade também está presente na composição das identidades e das subjetividades. Partindo desse pressuposto, torna-se necessário identificar e aceitar a ambiguidade em mim, pois, somente assim passo a aceita-la também nos outros (HARAWAY, 1995).

A partir do questionamento da identidade se torna possível romper com a suposta naturalidade da categoria mulher, evidenciando a construção social do gênero. Visto que ao desnaturalizar a mulher nos livramos da sua suposta essência biológica pré-determinada e nos concentramos no modo como o sujeito relaciona-se com o mundo a partir de um sistema hierárquico, o qual imbrica-se em complexas relações sociais, sexuais e étnicas (RAGO, 2019). A partir disso, torna-se possível romper com a ideia de que precisamos encontrar um lugar em comum, uma opressão em comum que irá unificar todas as mulheres e do qual emergirá o feminismo (HOOKS, 2019, p. 34).

[...] A ideia de "opressão comum" era um programa falso e corrupto que mascarava e confundia a verdadeira natureza da realidade social variada e complexa das mulheres. As mulheres estão divididas devido às atitudes sexistas, ao racismo, ao privilégio de classes, e guardam em si muitos outros preconceitos. A união contínua da mulher só ocorrerá quando estas divisões forem confrontadas e forem tomadas medidas necessárias para as eliminar. As divisões não serão eliminadas por um desejo ou um sonho romântico de opressão comum, apesar do valor das experiências que todas as mulheres partilham⁴.

Portanto, quando não reconheço que existem diferenças entre as mulheres, essa negação pode servir para se abster da responsabilidade de encarar como as minhas ações e práticas cooptaram e cooptam com o racismo, o sexismo e o privilégio de classe. Em outras palavras, quando não olhamos para essas questões em nós, a busca por uma teoria feminista torna-se voltada apenas para o crescimento pessoal, para a possibilidade de ascensão social e econômica de um grupo reduzido de mulheres escolhidas (em sua maioria brancas), não diferindo muito do pacto conivente das mulheres burguesas para com a permanência do sistema escravagista. Assim, os direitos e a independência financeira que conquistaram foram alcançados às custas da exploração de outras mulheres não-brancas (HOOKS, 2019).

Entretanto, mesmo dentro do sistema de identidades existe uma multiplicidade. Situação que pode ser percebida nas palavras de Audre Lorde (2019b). Para a escritora norte-americana é impossível

⁴ Texto publicado originalmente na década de 1980.

fixar a sua identidade dentro de uma única categoria ou delimitá-la em uma unidade fechada. Pois, é em seu corpo e em sua subjetividade, atravessada pelo sexismo, heterossexismo⁵ e racismo que a imbricação dessas opressões se torna visível.

Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as pessoas negras eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra gays e lésbicas é um problema para pessoas negras, pois milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão (LORDE, 2019b, p.236).

Contudo, somente reconhecer as diferenças não é o suficiente, ao invés, é preciso compreender a real necessidade dessa inclusão. Para isso, é necessário realizar o que Curiel (2020, p. 147) chamou de *desengajamento epistemológico*, que desvende as práticas, estratégias e formas de dominação que excluem certos grupos sociais.

O mesmo é válido para as referências teóricas que escolhemos utilizar, onde é recorrente privilegiar os escritos proveniente do norte global e ignorar outros saberes e práticas subalternizadas. Estes saberes, diz a autora, podem trazer conceitos e teorizações que explicam realidades locais e, geralmente, rompem com a ideia de universalidade. Entretanto, não basta utilizar esses textos para expiar uma espécie de culpa epistêmica e também não se trata de se autodefinir nas pesquisas, mas assumir um compromisso em romper com a geopolítica do conhecimento e realizar uma pesquisa “[...] que leve em conta a geopolítica, a ‘raça’, a classe, a sexualidade, o capital social e outros posicionamentos” (CURIEL, 2020, p. 148).

2 IDEOLOGIA

Para a filósofa brasileira Marilena Chauí (2008, p. 8), a ideologia é um conjunto de ideias ou representações elaboradas com o intuito de esconder “[...] o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais da exploração econômica e política”. Ou seja, a ideologia se insere na narrativa histórica com o intuito de ocultar a realidade social para legitimar e aprofundar a exploração. Para isso, utiliza-se das instituições — civis, públicas e do Estado — para construir um modo de ser-estar-sentir o mundo a partir de uma única perspectiva que coisifica os

⁵ A construção da heterossexualidade como única possibilidade afetiva e de orientação sexual produz um cercamento do controle físico sobre os corpos das mulheres, praticados para assegurar o “[...] direito masculino de acesso físico, econômico e emocional [...]” (RICH, 2010, p. 34). Essa imposição permeia o universo de possibilidades existentes e torna invisível a existência e a construção de afetos fora da heterossexualidade. Quando ocorrem, são interpretados sempre como desvios, seja na sua forma de patologia ou como exceção à regra. Tal fato não se limita às relações sexuais, mas abrange todas as relações que as mulheres constroem entre si, socializando um medo de construir laços significativos fora da heterossexualidade.

entes reais, possibilitando a sua exploração no âmbito do capitalismo. Utilizada pela classe dominante com o intuito de facilitar a dominação, a ideologia não tem um caráter fixo, imutável. Ao contrário, quando a hegemonia dessa classe é desestabilizada, adaptações são empregadas para enfrentar e assegurar a sua dominação.

O espaço, para Lefebvre (1991), é fundamental para a sobrevivência da ideologia, sendo o espaço urbano um importante produtor de ideologias. A cidade e seu traçado fazem parte desse processo onde a arquitetura e urbanismo, enquanto instituições, é utilizada como ferramenta para a manutenção da hegemonia, situação que para Vilaça se constitui como fundamental à compreensão do planejamento urbano⁶ enquanto ideologia, permitindo perceber o seu uso pela classe dominante no decorrer da história. Apesar das constantes mudanças de nome, metodologia e conteúdo, essas alterações evidenciam, sobretudo, a capacidade de renovação das ideologias. Com o intuito de manutenção do seu poder, é dada continuidade aos regimes exploratórios de dominação, articulado pela fetichização (coisificação) dos indivíduos humanos e não-humanos, das relações interpessoais e das relações estabelecidas entre os indivíduos e o espaço (BENJAMIM, 1987).

3 MODERNIDADE E COLONIALIDADE

A concepção dominante de modernidade, quando analisada a partir de uma linearidade temporal evolutiva, foi inicialmente produzida durante a transição da Idade Média, passando pelo renascimento e consolidada no final do século XVIII. Nesse processo, um evento foi crucial para a sua conformação e consolidação: as Grandes Navegações, pois como afirma Arturo Escobar (2014), sem a América não existiria a Europa. O contato dos europeus com o território americano e seus habitantes desencadeou um processo de reavaliação ontológica que levou aos processos de modernização, tal como conhecemos.

A convergência de processos históricos ocorreu no tempo/espaço da constituição da América, a partir do qual tornou-se possível instituir um novo padrão de poder que, pela primeira vez, adquiriu uma escala mundial. Somente a partir disso, foi possível engendrar o processo que culminou naquilo que foi denominado como sistema-mundo moderno colonial capitalista.

Esse modelo foi possível pela consonância de dois processos históricos. O primeiro deles foi a codificação das diferenças, crucial para a construção da identidade moderna. Foi a partir desse

⁶ Para Vilaça (1999), o planejamento urbano se constitui como ações do Estado sobre o espaço urbano decorrentes de algum plano. Portanto, não pode ser identificado apenas enquanto discurso, mas deve estar relacionada às políticas urbanas, ou seja, a materialização de ações políticas.

encontro com as populações nativas da *Abya Ayla*⁷ que se estruturaram novas relações sociais a partir das ideias de *raça* e *gênero*. A partir da ideia de *raça*, estabeleceu relações de superioridade e inferioridade naturalizadas com base nos discursos biológicos para se justificar a dominação (QUIJANO, 2005). Contudo, também o gênero foi uma imposição colonial e, junto com a ideia de *raça*, estipulou um referencial a partir da *civilização ocidental*, fortemente atrelada à heteronormatividade (LUGONES, 2007). Tal afirmação, entretanto, não busca afirmar um estado de *pureza* dos povos originários, como se as suas relações sociais ocorressem livres do gênero. Contudo, as relações construíam-se de um modo diferente do modelo ocidental baseado na binariedade e hierarquização. Ao invés disso, muitas dessas sociedades utilizavam relações de complementaridade, não hierárquicas e recíprocas, onde tanto as mulheres quanto os homens eram considerados partes integrantes e imprescindíveis da comunidade (CARVAJAL, 2020).

A partir desses elementos, foi imposta uma classificação da população, em um primeiro momento na América e, posteriormente, no restante do mundo. As pessoas e comunidades que possuíam outros modos de vida e cosmovisões tiveram seus corpos, seus traços fenotípicos e cor, classificados do outro lado do espectro dicotômico da modernidade como não-modernos, como seres bestiais e não-humanos. A partir dessa diferença, supostamente estruturada em elementos biológicos, a *raça* e o *gênero* passam a ser componentes formadores de relações sociais e utilizadas para legitimar as reações de dominação impostas pela colonização (LUGONES, 2007).

Novas identidades sociais surgem na América para os colonizados, assim como o colonizador tem a sua identidade social redefinida e a procedência geográfica também adquire uma conotação racial (QUIJANO, 2005). Também o gênero foi utilizado para a construção dessas novas identidades sociais. Os homens colonizados tiveram a incorporação do sexismo e da misoginia através da sua feminização. Utilizada estrategicamente com o objetivo de anulá-los discursivamente da condição de sujeitos, corroborando para a justificativa da colonização de evangelizar e civilizar a população nativa (MUÑOZ, 2014). No caso das mulheres colonizadas, foi imposto um processo de ressignificação do seu *ser mulher* através da imposição do gênero colonial ocidental, situação que as colocou marcadas sexualmente, mas não são detentoras da feminilidade. Ao invés de frágeis e sexualmente passíveis, são caracterizadas como sexualmente agressivas e detentoras de uma força física que as torna propícia para qualquer trabalho e exploração (LUGONES, 2007).

O segundo processo histórico que foi articulada na América foi o estabelecimento de novas formas de controle do trabalho, dos seus produtos e recursos. Estabelecidos para o atender

⁷ *Abya Ayla* é o nome do continente nomeado pelos colonizadores de América. Esse termo proveniente da língua Kuna, dos povos que habitam os territórios correspondentes ao Panamá e Colômbia, significa *tierra de sangre vital* ou, em português, terra da vida (MIÑOSO; GÓMEZ; MUÑOZ, 2014).

o mercado mundial, não foram uma extensão de antecedentes históricos. Ao invés, o capitalismo mundial produziu formas singulares de controle do trabalho baseado no capital-salário e diferenciado pela localização geográfica, pela *raça* e pelo gênero. No caso deste último, a dominação de gênero é expressa pela necessidade de controlar a reprodução sexual, seus recursos e produtos. A partir desse momento, foram estruturadas novas configurações históricas através do uso de uma nova tecnologia de dominação e exploração baseada em associações artificialmente construídas e assumidas como naturais.

É evidente que os impactos da colonização não se limitaram aos corpos e territórios colonizados. Como consequência da estrutura colonial, a caça às bruxas somente foi possível após a colonização e a construção da colonialidade de gênero (MENDOZA, 2014). Da mesma forma, a constituição do trabalho assalariado somente foi possível pela domesticação das mulheres brancas europeias, através do processo que incluiu a expulsão da população camponesa, acompanhada pela expropriação das terras comunais e pela exclusão das mulheres da esfera produtiva, constituindo o que Marx chamou de acumulação primitiva (FEDERICI, 2017). Foi estabelecido um pacto social de gênero entre os homens brancos que excluiu as mulheres brancas, pois a manutenção das relações capitalistas requer a exploração entre os homens e a subordinação das mulheres (MENDOZA, 2014).

Contudo, apesar de o homem branco também ser explorado pelas relações capitalistas, a sua figura foi utilizada para estruturar a cidadania ocidental. A sua construção foi baseada na exclusão das mulheres brancas ocidentais, assim como dos indivíduos colonizados. A esse grupo foi negada a liberdade, o controle sobre o seu corpo, assim como o direito o a disponibilidade de tempo para a participação política (MENDOZA, 2014).

Portanto, a constituição da colonialidade/modernidade articulou um novo conjunto de relações fundamentada em uma suposta soberania europeia. A construção dessa hegemonia foi primordial para a constituição desse novo padrão de poder baseado no eurocentrismo, fator que não se limitou aos europeus, mas que se encontrou presente em todos aqueles educados a partir desse modelo que engendra as formas de naturalização citadas anteriormente (QUIJANO, 2005). A criação de uma distribuição geocultural do capitalismo global, as necessidades do capitalismo e a naturalização das identidades e das relações de colonialidade foram os elementos que guiaram a produção dos modos de conhecimento, em especial quando a racionalização do saber começou a ser realizada no século XVII, nos países europeus. Ou seja, também a ciência tem em sua origem pressupostos eurocêtricos e que constituíram o pensamento tanto dos colonizadores como das elites historicamente dominantes nos territórios colonizados. É desse modo que é criado o mito da

Europa como berço do capitalismo global e que está situada à frente no modelo evolutivo dos agrupamentos humanos enquanto os demais são considerados seres primitivos (LUGONES, 2007).

Em decorrência desses processos, emerge a modernidade como uma narrativa que considera o desenvolvimento como linear e unidirecional, estabelecendo que o atendimento ao mercado capitalista acompanha o crescimento material e financeiro de modo progressivo. E assim como a *raça* e o gênero, a modernidade é uma importante ficção (MIGNOLO, 2017). Em seu caso, foi uma importante ferramenta para a construção das bases do eurocentrismo e para a sua manutenção posterior. Fundamentada no universalismo e no antropocentrismo, a modernidade integrou as práticas culturais e instituições que emergiram na sociedade ocidental. Através da imposição de crenças como individualismo, propriedade privada, livre mercado, secularismo e democracia representativa foi engendrado o aniquilamento de mundos e práticas que não corroborassem com essa narrativa. Para isso os dualismos e a criação de uma categorização ideológica baseada no antropocentrismo foram utilizados para legitimar a devastação natural do mundo, a exploração racial e de sexo-gênero através do emprego da violência sistemática dos corpos e territórios. Apesar de a violência empregada para a construção desse sistema hierarquizado não ser exclusiva ao capitalismo, foi nesse sistema econômico que houve uma intensificação da sua expressão (KOTHARI *et al.*, 2019).

4 NATUREZA E HUMANIDADE

A oposição entre humanidade e natureza pode ser compreendida como a raiz da violência capitalista-patriarcal. Através dela é construída a ideia do homem branco europeu como a máxima expressão simbólica daquilo que é *civilizado*. A construção dessa supremacia engendrou a dominação de todos os elementos humanos e não-humanos localizados do outro lado do espectro binário da Cultura. A aproximação de uma parcela da população humana, assim como dos territórios, dos rios e florestas com a Natureza foi utilizada para ocultar o caráter socialmente construído da exploração e dominação praticada em nome do desenvolvimento das civilizações nos moldes ocidentais.

Economias capitalistas patriarcais são moldadas através de guerra e violência - guerras contra a natureza e culturas diversas (diferentes), e violência contra as mulheres. [...] A separação é a característica chave dos paradigmas que emergem da convergência dos valores patriarcais e do capitalismo. Primeiramente, a natureza é separada dos humanos; a seguir, os humanos são separados tomando como base gênero, religião, casta e classe. Essa separação do que está inter-

relacionado e interconectado *é a raiz da violência - primeiramente na mente, a seguir nas ações do dia a dia* (SHIVA, 2019, p. 6, tradução e grifos meus).⁸

Essa segmentação torna-se uma importante ferramenta para a dominação e exploração, pois afasta qualquer possibilidade de identificação. O processo de desumanização empregado nas *missões civilizatórias* da colonização, assim como a intensa perseguição dos povos originários, a caça às bruxas no continente europeu foi uma “[...] estratégia de cercamento, que segundo o contexto, podia consistir em um cercamento de terra, de corpos ou de relações sociais” (FEDERICI, 2017, p. 381–382).

A apropriação da natureza e da produção humana é inerente ao sistema capitalista. Como explicou Marx (2013) na sua teoria do valor-trabalho, a exploração e apropriação de uma classe (burguesia) sobre a outra (trabalhador), assim como a propriedade privada, são os elementos que originam a desigualdade social. A sua perpetuação está na exploração do trabalho através da extração de mais-valor (ou mais-valia). Contudo, dentro desse sistema, aquilo que é compreendido como Natureza, ou seja, aquilo que é considerado *natural*, decorrente de fatores biológicos ou como não-trabalho, é associado à passividade. A partir da construção desse discurso, tudo aquilo que faz parte da natureza adquire a característica de gratuito ou daquilo que pode ser obtido pelo menor valor possível. Essa concepção torna inerente a disponibilidade para uso e apropriação da Natureza, inclusive o trabalho social de outras pessoas (SHIVA, 2021)⁹.

O reducionismo também está presente na construção do saber científico que impõe a modernidade como a única forma de conhecimento. Apoiado na supremacia da técnica, ou seja, na tecnocracia, a racionalidade científica é anulada dos seus componentes ideológicos. A partir disso, os atos de colonização são apresentados como desenvolvimento e melhoria. São ignorados os custos ecológicos e sociais que acompanham os processos inerentes às relações de mercado impostas pelo capitalismo. É construída uma relação antropocênica do progresso associada ao crescimento econômico, crença que não se fundamenta, pois não existem garantias que de o desenvolvimento é capaz de eliminar a violência ou de conduzir a uma evolução. Na realidade, vários são exemplos que evidenciam as devastações proporcionadas pelo capital globalizante, a sua tendência de desestabilizar as economias regionais, transformar as comunidades locais em vidas desperdiçáveis, a produção de populações refugiadas, entre tantas outras destruições.

⁸ “[...] Capitalist patriarchal economies are shaped through war and violence – wars against nature and diverse cultures, and violence against women. [...] Separation is the key characteristic of paradigms emerging from the convergence of patriarchal values and capitalism. First, nature is separated from humans; then, humans are separated on the basis of gender, religion, caste, and class. This separation of what is interrelated and interconnected is the root of violence – first in the mind, then in everyday actions”.

⁹ Texto publicado originalmente em 2014.

Enquanto o objetivo for possuir e controlar a verdadeira riqueza que a natureza e as pessoas produzem, há uma crescente substituição de processos materiais por ficções econômicas tal como a “lógica” dos mercados competitivos¹⁰ (SHIVA, 2019, p. 6, tradução minha).

No decorrer dessa história colonial, que continua até hoje, essas áreas estão cada vez mais subdesenvolvidas e dependentes da chamada metrópole. A relação entre esses centros (ou metrópoles) superdesenvolvidos e as periferias subdesenvolvidas é colonial. Hoje em dia, uma relação colonial semelhante existe entre Homem e Natureza, entre homens e mulheres, entre áreas urbanas e rurais. Chamamos isso de “colônias do Homem Branco”. A fim de manter tais relações, força e violência são sempre essenciais (MIES, 2021, p. 56)¹¹.

A partir disso, é possível identificar uma outra faceta dessa ideologia e que é inerente ao sistema capitalista: o território como mercadoria. Essa concepção foi um dos fundamentos da modernidade e também do planejamento urbano, pois foi a capacidade de abstração que possibilitou que um pedaço de papel passasse a conter a metragem quadrada de um território existente no mundo real, enquanto elemento material e concreto (ROLNIK, R., 2019). A terra que escurecem as nossas unhas ao afundarmos as nossas mãos foi afastada do mundo real e passou a fazer parte do mundo das ideias.

Segundo Fernando Lara (2018), essa abstração necessária para a mercantilização da terra possui uma relação muito próxima com a arquitetura, em especial devido ao trabalho de Leon Battista Alberti no fim do século XV. Em *De Re Aedificatoria*, publicado em 1491, Alberti revolucionou o modo como a arquitetura era concebida, constituindo-se a partir de então enquanto uma projeção do futuro. A arquitetura deixou de ser a seleção do melhor conjunto de elementos, técnicas e espacialidades baseados em como construímos no *passado* e passou a ter como prioridade a aplicação de conceitos intelectuais. Dessa forma, o fazer arquitetônico se tornou dependente do processo de racionalização, ou seja, da capacidade de abstração do pensamento.

No entanto, esse novo modo de pensar não permaneceu dentro dos limites dessa área de conhecimento e suas ramificações podem ser mapeadas, por exemplo, à colonização. Um vínculo estreito e ambíguo entre a colonização e arquitetura aparece, em que esta última se constituiu como produtora e produto, pois ao mesmo tempo que possibilitou a consolidação da colonização, a arquitetura se efetivou a partir das construções realizadas no território colonizado.

Essa afirmação contorce as entranhas e levanta o seguinte questionamento: de que modo é possível fazer essa ponte? De que modo a arquitetura possibilitou a colonização?

¹⁰ “[...] while the objective is to own and control the real wealth that nature and people produce, there is an increasing replacement of material processes with economic fictions such as ‘the logic’ of competitive markets”.

¹¹ Texto publicado originalmente em 2014.

Quando Arturo Escobar (2014) diz que sem a América não existiria Europa, ele quer dizer, na realidade, que o contato dos europeus com o território americano produziu um processo de reavaliação ontológica que levou aos processos de modernização. Tal fato somado ao pensamento desenvolvido por Alberti possibilitou a efetivação de uma projeção do futuro (LARA, 2018). Foi através da abstração desenvolvida na arquitetura que o território se tornou possível de ser dividido e conquistado.

O modo como foi desenvolvida a ocupação do território colonial ajudou a construir o pensamento moderno e pode ser notado por exemplo, quando é recuperada a Lei das Índias¹² de 1572, na qual, pela primeira vez dentro dos Estados Modernos, o modo de ocupação em *grid* passou a integrar os aparatos legislativos estatais, ou seja, tornou-se lei¹³ (LARA, 2018). Baseada na aplicação dos princípios de simetria e regularidade foi estabelecida uma classificação hierarquizada. Aplicada amplamente e sem muitas possibilidades de alterações para uma melhor adaptabilidade local¹⁴, essa receita definia um modelo uniforme que deveria ser executado em todas as cidades além-mar que se encontravam sobre domínio de Filipe II. A regra era objetiva, no centro do assentamento seria construída a praça principal, que seria cercada por edifícios públicos e comerciais. A partir desse centro, as residências seriam distribuídas em quadras retangulares e que teriam a sua quantidade ampliada conforme a demanda. Dessa forma, antes mesmo de começar a preparar o terreno para a execução da obra *in loco*, antes mesmo de ser posicionada a primeira pedra, já havia uma previsão de execução e também de crescimento dos assentamentos urbanos. Logo, as novas cidades no território colonizado pela Espanha deveriam implementar o *grid*, pois seria este desenho que permitiria a expansão em uma continuidade sem limites (BENEVOLO, 2001).

A colonização, a domesticação, a periferização dos países considerados subdesenvolvidos sobre os desenvolvidos, as relações de poder e domínio sobre a natureza, os corpos das mulheres, as áreas rurais possuem laços estreitos quando analisados a partir da subordinação e exploração, condição esta que emergiu na colonização, e que possui uma continuidade nos dias de hoje, com

¹² A Lei das Índias, instaurada por Filipe II, da Espanha, abrangeu todo o território colonial espanhol e português, visto que entre os anos 1580 e 1640 os reinos da Espanha e Portugal foram unificados devido a uma crise de sucessão da coroa portuguesa.

¹³ A ocupação do território a partir de uma malha reticular não foi uma invenção desse período, visto que algumas cidades medievais construídas no século XIII já possuíam um traçado ortogonal. No entanto, o uso do *grid* não foi uma inovação europeia, visto que cidades como Tenochtitlán (atual Cidade do México) possuíam um traçado ortogonal mais rigoroso do que aquele presente nas cidades europeias (LARA, 2020).

¹⁴ Benevolo (2001) afirma que as regras para a ocupação das cidades derivam de uma tradição medieval e renascentista. No entanto, nas cidades europeias era permitida uma maior adaptabilidade desse *grid* de acordo com as características físicas locais da região, possibilitando a existência de uma malha urbana irregular. Fato que não se aplicou nas colônias, em que imperava a máxima da uniformidade e da homogeneidade.

a associação entre o patriarcado e o capitalismo globalizado ao criar as estruturas para a divisão sexual e colonial do trabalho.

5 COLONIZAÇÃO DA MEMÓRIA

Diferente do que nos é contado, o processo de colonização não foi pacífico e foi marcado por vários focos de resistências dos povos originários, como, por exemplo, nos territórios onde hoje se encontram o México e o Peru. Federici (2017) afirma que se os povos originários conseguiram resistir e manter a sua religiosidade foi devido, principalmente, à resistência das mulheres que recusaram aceitar o pacto entre o colonizador e o homem colonizado, que recusaram ter seu poder destituído e colocado como inferior aos homens, que recusaram ter seus filhos homens explorados e violentados, que recusaram abrir mão da sua religiosidade, sua ligação com a terra e sua ancestralidade, que recusaram sujeitar-se à fantasia da mulher colonizada nua, sensual, que recepciona pacificamente o homem branco europeu oferecendo-lhe seu corpo e sua terra.

A imposição do modelo de civilização ocidental cristã imbrica-se, também, na imposição de uma categoria de gênero colonial *ocidental*. A partir do momento que compreendemos isso, torna-se possível olharmos para as resistências dos povos originários com uma outra perspectiva. Quem me chama a atenção para esse fato é a poeta e escritora *aymara* Julieta Paredes Carvajal (2020, p. 220), ao afirmar que a resistência ao patriarcado é mais antiga do que aquela contada pela história feminista ocidental, pois na América resiste-se desde 1500:

Sem desmerecer o que elas, as feministas ocidentais, fizeram e fazem em suas sociedades, nós queremos posicionar a partir da Bolívia nosso processo feminista e nossos processos de mudança.

Parece-nos importante partir de nossa definição de feminismo: *feminismo é a luta e a proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa da história, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime*. Essa definição permite nos reconhecermos filhas e netas de nossas próprias tataravós aymaras, quechuas e guaranis rebeldes e antipatriarcais. Também nos posiciona como irmãs de outras feministas no mundo e nos posiciona politicamente perante o feminismo hegemônico ocidental (grifos da autora).

O discurso de progresso engendrado não teve apenas consequências no que se refere às práticas sexuais e reprodutivas. De fato, a sua capacidade de transformar as sociedades a partir do referencial ocidental também colonizou a nossa memória.

[...] entendimento das pessoas sobre si mesmas, sobre suas relações intersubjetivas, suas relações com o mundo espiritual, com a terra, com a matéria da sua concepção sobre a realidade, a identidade, e a organização social,

ecológica e cosmológica. [...] Conseguimos enxergar a introdução colonizadora do conceito instrumental moderno de natureza, ideia central ao capitalismo, e a introdução também colonizadora do conceito moderno de gênero; e vê-las em suas ramificações impressionantes, macabras e pesadas (LUGONES, 2019, p. 361).

Foi colonizada toda uma sensibilidade de mundo¹⁵, um modo de ser, estar e senti-lo. A história, quando contada linearmente, é feita a partir da perspectiva dos dominadores sobre os dominados, dos vencedores sobre os perdedores. É justamente nesse ocultamento que a ideologia é disseminada (CHAUÍ, 2008).. Walter Benjamin (1987) aprofunda esses questionamentos nas suas *Teses sobre o conceito de história*, escrito em 1940. Nesse texto, o filósofo e sociólogo alemão explica-me que a história nunca é uma imagem fiel que captura um momento específico do passado, mas é um produto discursivo das classes dominantes que a utiliza como instrumento para continuar oprimindo, para convencer o oprimido que a sua realidade é uma exceção, um desvio, enquanto, na realidade, ela é a regra. Para Benjamin (1987, p. 224), “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”. Torna-se, então, fundamental questionarmos a linearidade homogênea dessa história, investigar quais os seus princípios, com qual ideia de progresso ela coopta.

Logo, falar sobre esse passado e assumir um compromisso com a não perpetuação das estruturas de dominação significa partir em busca de uma consciência diferente daquela praticada pelos meus antepassados. Significa que, assim como o anjo da história de Benjamin (1987), precisamos caminhar com a nossa face a encarar o passado. Contudo, não podemos permitir que os ventos do progresso nos arrastem para longe dos nossos ossos, pois a manutenção da modernidade é uma simultânea e contínua colonização do tempo e do espaço (MIGNOLO, 2017).

6 CARTOGRAFIA

Essa análise do passado não pode ser feita com o intuito de romantização da história, mas busca fazer emergir outras narrativas para compor os processos históricos. Ao invés de movimentos lineares e únicos, a multiplicidade gera instabilidade. Essas reverberações trazem consigo questionamentos como esse que empresto de Arturo Escobar (ESCOBAR, 2014, p. 14): “Que tipos

¹⁵ Walter Mignolo (2014, p. 31), professor e semiólogo argentino, sugere utilizar “sensibilidade de mundo” ao invés de “visão de mundo”, pois, para ele, o mundo não é apreendido somente a partir da visão e que os afetos e experiências são construídos também se utilizando dos outros sentidos.

de mundos são representados por meio de qual conjunto de práticas e com quais consequências para quais grupos específicos de humanos e não-humanos”¹⁶?

Questionamentos como esse produzem desconfortos engendrados pelo desfazimento do mundo em sua forma codificada pela modernidade/colonialidade. A violência, a opressão e a dominação dos corpos humanos e não humanos mostram uma faceta oculta que acompanha esse domínio: a captura da força vital, da pulsão de criação individual e coletiva das novas formas de existência capazes de acomodar novos mundos, suas novas formas de existência, seus códigos, seus hábitos e suas representações. A captura daquilo que Rolnik (2019) chamou de potência de criação é, na realidade, uma apropriação do desejo, individual e coletivo, que atua nas subjetividades e nos corpos.

Subjetividade e corpo que nunca é isolado do mundo, mas que ao a ser delimitado pela individualidade articula uma outra expropriação, a do saber-do-corpo, da experiência subjetiva produzida e compartilhada por todos os corpos — humanos e não-humanos — e que estabelecem conexões entre si na superfície *topológico-relacional*.

A quebra dessas conexões impede a construção de experiências enquanto “fora-do-sujeito”, onde não há uma diferença entre sujeito e objeto, humano e não-humano. Nesse espaço, o outro deixa de ser somente uma representação de algo exterior e “[...] o mundo vive efetivamente em nosso corpo e nele produz germens de outros mundos [...]” (ROLNIK, S., 2019, p. 30). Essa experiência subjetiva engendrada pelo *corpo vibrátil* ou também chamado de *corpo pulsional* desdobra-se a partir de encontros¹⁷ e tem como ontologia a variação contínua.

A captura dessa ativação do campo extracognitivo é feita com o intuito de anular os efeitos dos encontros capazes de produzir outras maneiras de ver e sentir. Quando reduzidas às experiências como sujeitos, as subjetividades são expropriadas da força de criação e o indivíduo é compreendido como uma unidade indivisível. Sua forma, proveniente da cartografia cultural, compreende-a como único mundo possível e acredita-se que a dissolução do mundo provocará a sua própria destruição. Assim, a subjetividade passa a ser delimitada para realizar somente movimentos de permanência dos códigos socioculturais estabelecidos, daquilo que lhe é familiar e está presente em seus hábitos cotidianos. É construída a imagem quimérica no espelho, em que a conservação do status quo do mundo e de si torna-se uma busca incansável.

Contudo, esse mal-estar produzido pelos questionamentos é transformado em angústia e para a sua sobrevivência o desejo precisa encontrar um equilíbrio. Essa busca, movida pela

¹⁶ Tradução minha do trecho “[...] qué tipo de mundos se enactúan a través de qué conjunto de prácticas, y con qué consecuencias para cuáles grupos particulares de humanos y no-humanos” (ESCOBAR, 2014, p. 14).

¹⁷ Esses encontros podem ser entre pessoas, coisas, paisagens, ideias, situações políticas, entre tanto outros (ROLNIK, 2011).

anulação desse desconforto, é feita de forma apressada e procura no mundo as imagens disponíveis em sua forma atual. O mundo se transforma em mercadoria e, através de relações de consumo, torna-se possível alcançar por um breve momento o alívio da angústia.

Aqui a instabilidade se torna um problema e a busca por um culpado produz construções fantasmáticas que podem canalizar essa angústia no próprio sujeito ou em uma figura externa, um vilão. No primeiro caso, a suposta deficiência está em si mesmo e gera uma inferioridade, uma vergonha. Como solução busca, através do consumo, ter de volta a sensação de pertencimento. No segundo, acredita-se que a maldade vem de fora, do Outro e transforma-se em paranoia, ódio e ressentimento que pode se fixar em um povo, uma cor de pele, sexualidades desviantes, uma classe social ou mesmo um partido político.

Dessa forma, a micropolítica imanente a modernidade/colonial ocidental é articulada separação da subjetividade, expropriando-a da sua pulsão vital. A desestabilização da hegemonia, portanto, não pode apenas ser articulada na macropolítica. Esse movimento, nas atuais condições do capitalismo, precisa ser engendrado desde a micropolítica. Retomar a sua potência para a articulação de uma micropolítica em direção à vida, deixando para trás o abuso e a violência. Nessa micropolítica, as desestabilizações ao tensionar a existência, move-se em direção à política do desejo que tem em sua ética a “conservação da vida em sua potência de germinação” (ROLNIK, S., 2019, p. 31).

A subjetividade ao habitar o paradoxo entre o sujeito e o *fora do sujeito* não busca soluções imediatas, pois percebe que conservar a forma existente seria, na realidade, um confinamento em uma existência que não lhe cabe mais. O desfazimento dos parâmetros familiares não articula uma falta, uma carência. A instabilidade não é consequência de uma falta, ao invés, é um chamado para germinação de novos modos de ser e sentir. Embrião de mundo que é produzido coletivamente, na superfície topográfico-relacional, mas que habita cada corpo singular. A partir disso, as ações de desejo mobilizam atos de criação, que não busca a conservação da cartografia vigente. Sua lealdade é com a vida, para a sua conservação e persistência em se manter fecunda a cada vez que se vê impedida de fluir na cartografia vigente (ROLNIK, S., 2019).

A busca por alternativas capazes de desestabilizar a hegemonia da modernidade não é feita a partir da lógica do consumo, para a sua reprodução mimetizada capaz de proporcionar um falso equilíbrio. O mal-estar não é um problema para ser rapidamente resolvido. Ele deve ser nutrido e sentido pelo tempo necessário para que possa germinar um novo mundo, com sua própria língua e sentidos. O intuito é o de estabelecer conexões de abertura através da ampliação de possibilidades de existências e ontologias. Afeto capaz de engendrar novas cartografias

subjetivas equipadas para romper com o status quo e construir paisagens, arquiteturas e espaços outros.

7 CORPO-TERRITÓRIO

Um caminho possível para questionar a lógica da hierarquia de crescimento pode ser feito ao trazer questões sobre a terra, o território e o corpo, situação que apareceu, por exemplo, nas experiências das mulheres indígenas quéchuas e aymaras nas suas lutas para conter o avanço do neoliberalismo e dos megaprojetos extrativistas sobre as áreas das suas comunidades (HERNÁNDEZ, 2016).

Para essas mulheres, a expropriação sistemática dos territórios, dos elementos naturais e dos seus corpos fazem parte de uma mesma estrutura de violência associada à exploração do trabalho. A expropriação dos bens comuns gera impactos profundos sobre a vida cotidiana (GAGO, 2020). Em especial quando a sua ontologia compreende a terra e os elementos naturais como parte integrante da vida e, ao invés de criar hierarquias desumanizantes, são estabelecidas relações de complementaridade entre os humanos e não-humanos. As frases "*mi cuerpo es mi territorio*" e "*ni las mujeres ni la tierra somos territorios de conquista*" (HERNÁNDEZ, 2016, p. 36) conseguiu reestabelecer conexões entre Natureza e Humanidade que a modernidade/colonialidade buscou romper.

Esse tipo de pensamento corporificado não é uma novidade, visto que faz parte da ontologia de diversos povos indígenas. Esse rompimento do pensamento antropocênico é percebido, por exemplo, nas falas de Ailton Krenak (2019), para quem é possível estabelecer laços de familiaridade entre os humanos e os elementos naturais, assim como entre os não-humanos.

[...] el cuerpo visto como territorio es en sí mismo un espacio, un territorio lugar, que ocupa, además, un espacio en el mundo y puede vivenciar todas las emociones, sensaciones y reacciones físicas, para encontrar en él, un lugar de "resistencia" y resignificación (HERNÁNDEZ, 2016, p. 42).

A partir desses modos de viver e saberes provenientes de comunidades territorializadas, povos tradicionais, comunidades quilombolas, povos indígenas entre tantos outros modos de existência é possível questionar a aplicação de saberes descontextualizados que fundamentam as ideias de *desenvolvimento*, *crescimento* e *progresso* (ESCOBAR, 2014). Visto que a vida e a sensibilidade engendrada por essas ontologias conduzem a um ser, estar, pensar e sentir o mundo não deixa de ser moderna, apesar de não ser igual à modernidade predominante.

É nesse sentido que Delmý Hernandez (2016) e Verónica Gago (2020) compreendem o corpo-território como uma ideia-força que pode expandir para além da luta das comunidades latino-americanas. Podendo, inclusive, ser utilizado para as lutas urbanas ao tornar evidente a violência expropriadora que acompanham os processos de exploração dos territórios comuns e comunitários – sejam eles urbanos, suburbanos, camponeses ou indígenas.

Corpo e território compactados como uma única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual [...] é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem (GAGO, 2020, p. 107).

É colocado em evidência a ideologia por trás da constituição da propriedade privada em que a articulação da falta, da carência, é utilizada para ocultar os processos de expropriação que possibilitaram a acumulação primitiva. Processo, este, que tem profundas ligações com a modernidade/colonialidade onde a aproximação com a natureza passa a ser considerado gratuito. Mas o que significa (não)ter um território? O que significa (não)ser proprietário do seu corpo?

Afirmar que não há escassez nem de corpo, nem de território evidencia que a propriedade individual e privada, ou mesmo a individualidade limitada ao próprio corpo, ancorada na defesa dos direitos individuais sanciona a exploração e a violência dos humanos e não-humanos. A partir da luta dessas mulheres, assim como do conceito político corpo-território, ter um corpo e ter um território significa fazer parte. Consiste em reconhecer as relações de interdependência necessárias para o desenvolvimento da vida na cotidianidade.

Essa referência à vida não é abstrata, mas vinculada aos espaços, aos tempos, aos corpos e às combinações concretas em que essa vida se desenvolve, se torna possível, digna e visível” (GAGO, 2020, p. 109).

O corpo-território produz um transbordamento do corpo, que se expande para além das margens do próprio corpo e pele. Por não se prender à individualidade, sua extensão é ilimitada. Por questionar a divisão moderna entre Humanidade e Natureza, a sua composição é ampliada para além das características fisiológicas, tornando-se uma “superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias” (GAGO, 2020, p. 109).

Pensar no corpo-território como um espaço que questiona a expropriação e exploração que estruturam o capitalismo, abre possibilidades para uma aproximação desse conceito para a construção de uma crítica relacionada ao fazer da arquitetura e urbanismo.

Arthur Wischral, 1929
Saída do túnel n. 5 que
finda em horrível
precipício

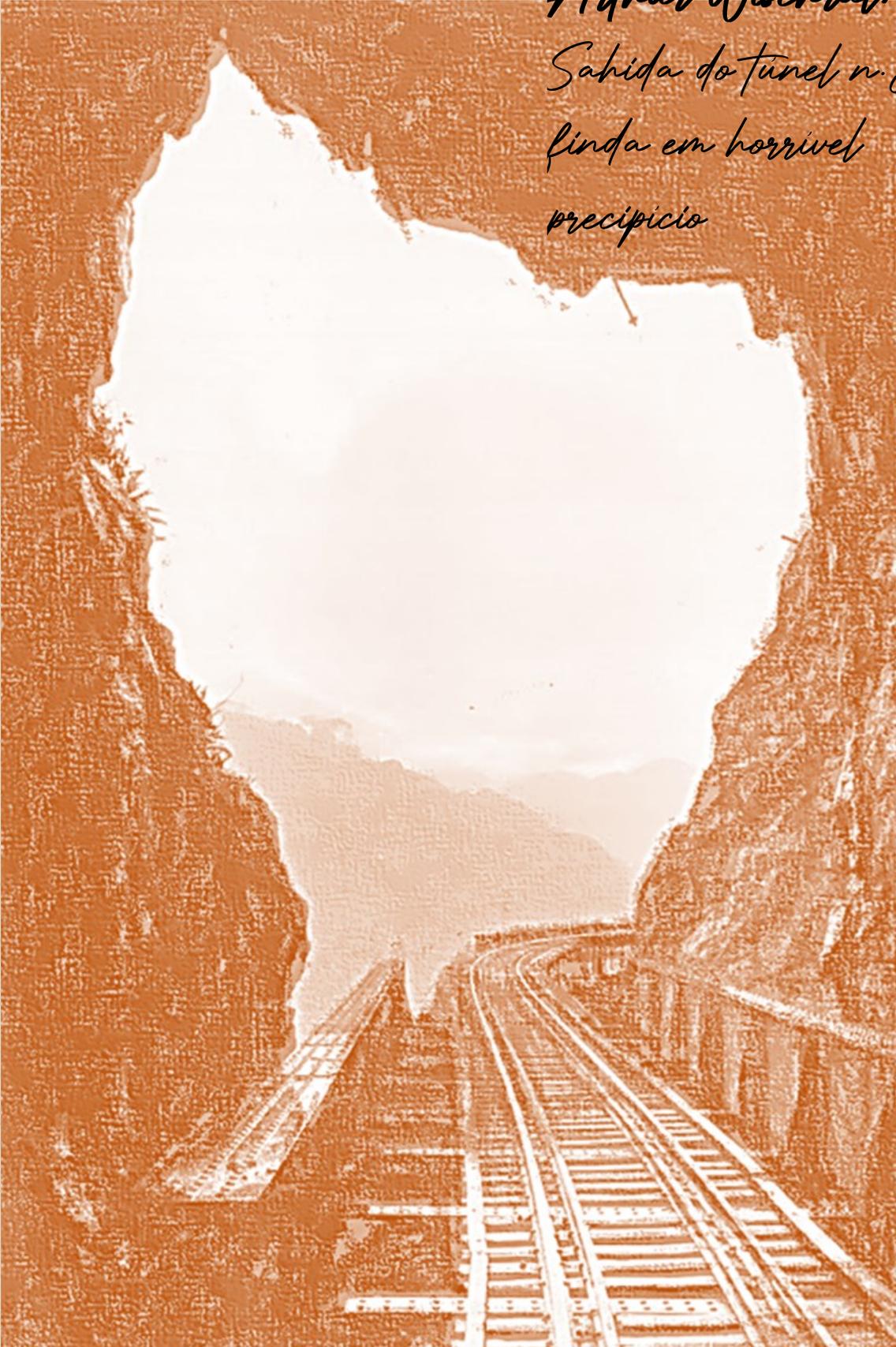


Figura 2 – Túnel ferrovia Curitiba Paranaguá. Fonte: Wischral (1929).

Projetadas pelos irmãos baianos e negros Antônio e André Rebouças no final do século XIX, a estrada de ferro atravessa a serra do mar e conecta Curitiba à cidade litorânea de Paranaguá (Santos; Braga; Brum, 2019).

CAPÍTULO 05



NATUREZA EM QUESTÃO:

ABANDONO DAS FEIÇÕES COLONIAIS EM
DIREÇÃO À CAPITAL PROGRESSISTA DA
NOVA PROVÍNCIA DO PARANÁ (SÉCULO XIX)

1. urbanismo embelezador e intervenções urbanas como marco de participação dos processos de modernização e progresso
2. fantasmagoria e o desejo de projeção de uma imagem idealizada de si: aproximações entre paris e curitiba
3. indústria do mate: apropriação e expropriação da natureza e dos saberes populares
4. significados da natureza no meio urbano: ocupação e mercantilização do território de curitiba
5. ocultamento e repressão do corpo rebelde: habitantes de curitiba

NATUREZA EM QUESTÃO: ABANDONO DAS FEIÇÕES COLONIAIS EM DIREÇÃO À CAPITAL PROGRESSISTA DA NOVA PROVÍNCIA DO PARANÁ (SÉCULO XIX)

A ausência de terminais de ônibus no Centro de Curitiba fez com que praças como Rui Barbosa, Carlos Gomes, Zacarias, entre tantas outras, passassem a abrigar essa função. Dezenas de pontos de ônibus e estações tubos foram espalhados nos seus perímetros ou, em alguns casos, tiveram os seus desenhos alterados através de cortes na sua forma para abrigar a construção de vias que comportassem o fluxo do *ônibus expresso*.

Essas praças se acomodam em meu imaginário como espaços de circulação, ao invés de permanência. Talvez porque era na Praça Carlos Gomes que estava localizada a estação tubo que me conectava ao centro. Mas o uso feito por mim daquele espaço não é absoluto e os bancos de madeira sempre ocupados comprovavam isso. Avisto o costureiro azul-caneta-esferográfica do Ligeirão/Boqueirão virar a esquina, dobrando-se macio nas suas articulações sanfonadas, e apresso o passo. No entanto, neste dia, diferente dos outros, percebo garotos brincando no pequeno lago da praça. Suas vestes foram abandonadas ao sol enquanto mergulham na água em suas roupas de baixo. O som da água correndo pelas pedras da cascata se junta às vozes infantis e por um segundo esqueço os escapamentos e buzinas.

Essa memória de um dia de verão surge ao tomar mais um gole d'água dentre muitos. Hoje também está extremamente quente e a cena das crianças invade meus pensamentos, em especial a memória sonora das brincadeiras aquáticas. O som desse encontro corpo-água se sobrepõe a uma criação imagética que faço a partir de informações coletadas de outros tempos acerca desse mesmo local. Mulheres agacham-se na margem do rio e batem as roupas molhadas nas pedras. Sua cantoria se entrelaça com o barulho das crianças que correm nas proximidades.

Utilizo-me de um relato histórico dessa região que a descreve como um grande alagado, onde as lavadeiras costumavam trabalhar nas margens do Rio Ivo¹⁸. Imediatamente, memórias infantis da minha avó lavando roupas no tanque de concreto se misturam para formar essa cena. Entre o frescor das roupas recém lavadas, é a imaginação que permite encontrar o rastro desse rio que costumava refletir os raios de sol e encharcar o solo da sua várzea. Situação que deixou de fazer parte do dia a dia desde a sua canalização no início do século XX. A sua presença que um dia possibilitou o trabalho das lavadeiras, tornou-se um empecilho para a expansão urbana e esses “campos ermos, pantanosos e desnivelados” (BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS, 2006, p. 1) que

¹⁸ Essa atividade, presente no final do século XIX, é relatada no livro “Praças de Curitiba: espaços verdes na paisagem urbana”, elaborado pelo Boletim Casa Romário Martins (2006).

Praca Rui Barbosa

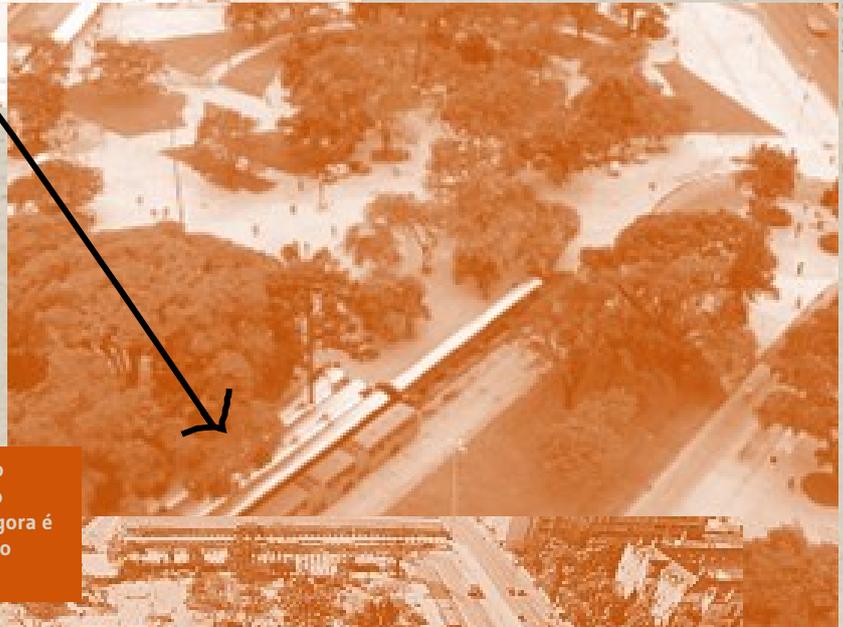
circundavam a área urbanizada da vila precisavam ser corrigidos para melhorar a qualidade estética e higiênica da cidade (BAHLS, 1998).

circundavam a área urbanizada da vila precisavam ser corrigidos para melhorar a qualidade estética e higiênica da cidade (BAHLS, 1998).

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba



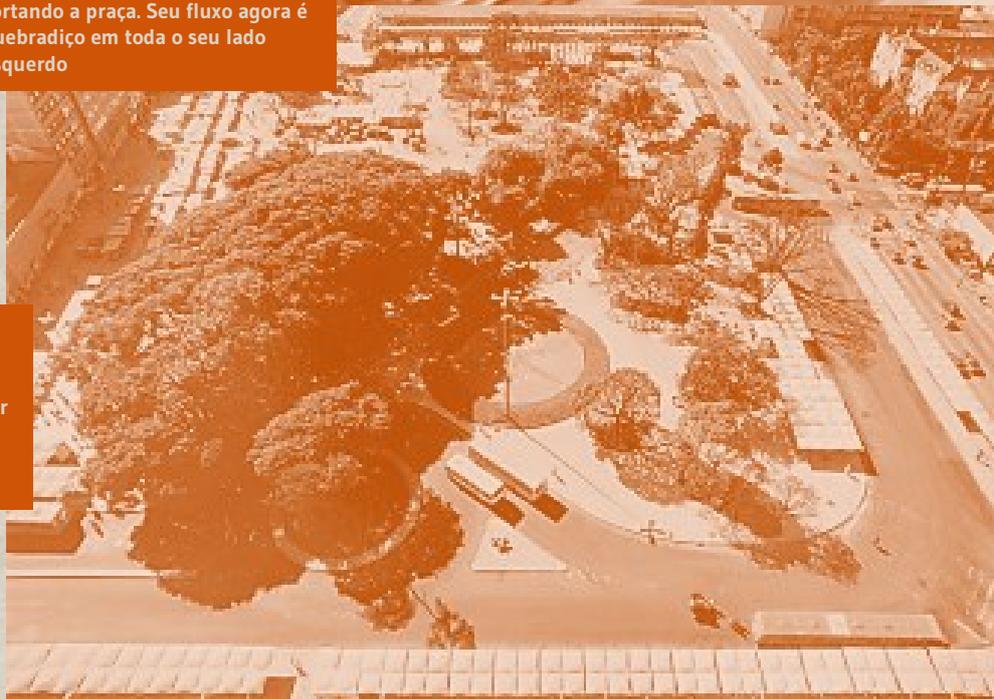
Figura 3- Remodelação na década de 1990 para abrigar o terminal urbano.



Fonte: Costa (2000).

Figura 4 – Faixa de rolamento criada para o ônibus expresso cortando a praça. Seu fluxo agora é quebradiço em toda o seu lado esquerdo

Figura 5 – Foto da década de 1990. É possível perceber a diminuição progressiva da área da praça para comportar a expansão da estrutura viária, num primeiro momento pelas bordas.



Fonte: Gois (1995).

No entanto, eram nos dias de chuva que seu corpo-água transbordava para além das galerias subterrâneas e lembrava à população que embaixo dos seus pés também havia vida, apesar das tentativas de escondê-la.

Nos dias de enchentes inundava esses quintais (das casas situadas na Ébano Pereira) e o nosso, carregando em suas águas as coisas mais estranhas: animais mortos, cães e galinhas especialmente, plantas, objetos caseiros e até peças de móveis.[...] Mas quando voltava ao leito contribuía para o asseio das casas, lavagem da roupa e servia até para brincadeira das crianças. No fundo do terreno que pertencia a nossa casa, tinha no entanto outra utilidade. Havia na Ébano Pereira, na atual Casa Jerusalém, a cocheira Meneghetto, do senhor Domingos Lázaro. O proprietário valia-se do rio não só para lavar carruagens (serviço executado com frequência dado a quase total ausência de calçamento das ruas) mas até para lavar os cavalos, tarefa bastante facilitada pela presença da água (SABÓIA apud SUTIL, 1996, p. 134).

A presença do rio, contudo, não era bem-vinda, pois na ausência de terra para encharcar, as casas e as ruas passaram a comportar o seu extravasamento. Essa situação permaneceu no século XX¹⁹ e nesse período os rios Belém e Ivo foram considerados um dos principais desafios para os planejadores urbanos e para a administração pública, como conta Agache²⁰ em entrevista:

Todo aquele que se interessa pela urbanização de Curitiba topará, de início, com um sério problema. Refiro-me aos rios que a banham, como o Belém e o rio Ivo. São cursos d'água muito irregulares e sua retificação, portanto, redundando num pesado ônus aos cofres do Município" (GARCEZ, 2006, p. 74).

Aqui é possível perceber que as características desses dois rios eram consideradas um problema, pois a falta de regularidade dos seus cursos d'água não permitiam uma simples aplicação de soluções que integravam o repertório de Agache. A canalização, utilizada com frequência para impedir inundações das áreas urbanas, deveria ser precedida de uma retificação. Essa afirmação do famoso urbanista, produz um questionamento: estaria a canalização dos rios, e a sua conseqüente retirada da superfície, também relacionada ao aspecto estético²¹ do processo de modernização?

¹⁹ A inundações das ruas centrais de Curitiba pararam somente a partir da década de 1970 (GARCEZ, 2006).

²⁰ Agache foi um urbanista francês e teve um importante papel na construção do urbanismo como disciplina científica. Nos primeiros anos da década de 1940, o urbanista foi contratado para elaboração daquele que pode ser considerado o primeiro plano de urbanização da cidade, que ficou conhecido como o Plano Agache. No próximo capítulo, a partir da pg.34, será aprofundada a explicação sobre quem foi Agache e a sua importância para o urbanismo, assim como para o Brasil e para Curitiba.

²¹ A palavra estética deriva do grego *aisthesis* e seu significado se ambienta na experiência, no sensível e na percepção. Apesar do extenso trabalho dos filósofos gregos em compreendê-la, como Platão e Aristóteles, o termo estética só foi cunhado como disciplina da filosofia no século XVIII por Baumgarten, como ciência das sensações. Para além das definições estéticas clássicas como, o que é o belo e a beleza, encontramos na modernidade com Hume e Kant, teorias sobre o gosto, em paralelo com a filosofia do romantismo alemão, que se esforçava para colocar a estética na filosofia da arte. Por fim, na contemporaneidade, a disciplina estética passa a dialogar com outras disciplinas, como ética,

Nesse sentido, não posso deixar de questionar o modo como foi abordada a questão, visto que as inundações das áreas centras continuaram, apesar das inúmeras tentativas de resolução no decorrer dos anos. Quando navego entre os problemas e soluções hidrossanitárias a correnteza me leva a uma conclusão aparentemente lógica: para se evitar as inundações, a água deve ser escoada para outro lugar, como por exemplo, através de tubulações escondidas embaixo do solo. Da mesma forma como acontece nos telhados das casas, em que construímos um sistema de calhas e ralos para captar a água da chuva e escoá-la para longe.

Apesar das justificativas aparentemente lógicas, um incômodo permanece. Decido verbalizá-lo como pergunta: por que os rios foram considerados um grande entrave para o desenvolvimento urbano de Curitiba? Percebo que se faz necessário aumentar o campo de análise e pensar em um contexto mais amplo. Decido voltar no tempo e me encontro no século XIX.

Planta de Curitiba, 1857.



Imagem de 1870. Homens estão parados na região onde atualmente está a Praça Carlos Gomes. Ao fundo mostra a ocupação urbana através dos telhados das construções.

*Cadê o Rio Ivo
Lavadeiras nas suas margens*

Gravura de uma lavadeira por James Henderson, 1824.



Alagamento no início da década de 1950 na atual Av. Cândido de Abreu.



Canalização do Rio Ivo e Belém da década de 1950



Como seriam?



onde atualmente está a praça é atravessada pelos telhados

Cadê o Rio Ivo?
Lavadeiras nas suas margens



Gravura de uma lavadeira por James Henderson, 1824.

Frederico Briggs, 1845. Uma das várias gravuras que integram um álbum de *Souvenir do Brasil*, contendo uma seleção de imagens retratando os costumes considerados peculiares do Brasil

1 URBANISMO EMBELEZADOR E INTERVENÇÕES URBANAS COMO MARCO DE PARTICIPAÇÃO DOS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO E PROGRESSO

A busca por um ordenamento das cidades através da aplicação de conhecimentos científicos proporcionou importantes modificações nas estruturas administrativas estatais. Em especial, a partir do século XIX onde a busca por uma racionalização e eficiência, supostamente intrínsecas à ciência²², atinge as esferas municipais e profissionais diplomados começam a compor o quadro de funcionários das prefeituras (BAHLS, 1998).

Nesse mesmo período, a cidade, que anteriormente era o espaço dos artesãos e comerciantes, passou a ser compreendida como local dos industriais, dos comerciantes, dos profissionais liberais e dos funcionários públicos, em suma, dos representantes da classe capitalista em ascensão. Esses grupos, enquanto entusiastas da modernidade e do progresso, foram influenciados pela França do início do século XIX. Em especial após às remodelações de Paris implementadas por Haussman²³, a qual foi paradigmática pela inscrição de signos representativos das ideias burguesas na cidade, mas, sobretudo, por marcar a consolidação da burguesia no poder. Essa estética²⁴, proveniente da matriz francesa, tiveram uma forte adesão das elites dirigentes mundiais, em particular a colonial brasileira (BAHLS, 1998).

O uso da monumentalidade e da beleza como instrumento de afirmação e expressão de uma classe, assim como a sua aplicação estratégica para a efetivação do domínio e controle das camadas populares, não é uma inovação francesa. Sua expressão dentro dos estudos urbanos pode ser encontrada no continente europeu durante os séculos XV e XVI nos períodos renascentista²⁵ e barroco em que esteve associado a representação do poderio da burguesia comercial em ascensão, da Igreja e dos estados monárquicos (BENEVOLO, 2001). Essa tática também foi importada para os territórios colonizados na América, onde o desenho urbano foi

²² A aplicação de conhecimentos desenvolvidos na academia não garante por si uma eficiência técnica ou econômica, assim como não garante uma neutralidade ideológica na produção de conhecimento científico, como foi abordado no capítulo de conceitos (p.22).

²³ Georges-Eugène Haussman foi prefeito de Paris e realizou uma série de intervenções na estrutura da cidade para melhor atender às demandas econômicas e sociais do Segundo Império Francês (1851-1870), a favor dos interesses da burguesia industrial e financeira em detrimento das camadas populares (CHOAY, 1992). Dentro do conjunto de adaptações urbanísticas realizadas por Haussman destacam-se aquelas relativas ao sistema viário, onde foi implantada uma malha viária com o objetivo de conectar o espaço central, em que permanecia características das cidades medievais, com a nova e crescente periferia. Para isso, a conjuntura política desse período foi crucial, visto que a sua efetivação somente foi possível através do amparo legislativo possibilitado pela aprovação da lei de expropriação (1840) e da lei sanitária (1850), as quais naquele momento eram propostas inovadoras no continente europeu (BENEVOLO, 2001).

²⁴ Como explicado anteriormente, o conceito de estética está sendo utilizado para se referir ao belo e à ética.

²⁵ No renascimento, a arquitetura adquire um valor intelectual e cultural, afirmando-se universal e praticada por artistas – arquitetura, pintura e escultura – autônomos. Desligados das organizações coletivas que possibilitavam uma continuidade nas grandes construções urbanas e arquitetônicas, a produção desse período esteve vinculada à prática do mecenato. Patrocinadores das produções artísticas e culturais, os mecenas afirmaram seu poder individual através das artes renascentistas (BENEVOLO, 2001).

amplamente utilizado para marcar o poderio do colonizador sobre os colonizados (LARA, 2018) Estratégia que foi utilizada tanto nas colônias da América Latina, mas também na América do Norte, com destaque para a construção de Washington em 1793 (VILLAÇA, 1999).

Contudo, apesar da linguagem monumental e da beleza como expressão de poder e validação de uma classe dirigente ter sido utilizada em diferentes tempos e territórios, no Brasil do século XIX as elites locais firmaram o seu ideal de urbanização nos exemplos franceses²⁶ e esse é um fato importante para ser destacado (VILLAÇA, 1999).

Inaugurado pela vitória da burguesia na revolução de 1848, esse novo modo de pensar o urbano surge em resposta às cidades industrializadas. Marcada pelo abandono da tese liberal de não intervenção estatal, são instaurados instrumentos de controle das transformações em andamento. Apesar de ser atribuído ao Estado a função impor limites à liberdade da iniciativa privada, o objetivo dessa administração foi o atendimento dos interesses da classe dirigente composta pelos industriais e os proprietários. As ideologias também são atualizadas e aparecem nos acordos estabelecidos entre a administração pública e a propriedade privada, fazendo surgir uma divisão precisa entre público e privado (BENEVOLO, 2001).

A partir disso, foi estabelecido nas estruturas governamentais uma noção privatista do Estado, onde o espaço público deixou de ser um bem comum e passou a ser compreendido como propriedade do Estado. Como consequência, foi incluída nas funções estatais a regulação e controle do seu patrimônio, o que incluiu os espaços públicos, assim como o provimento de infraestrutura, considerada um bem comum à população (ROLNIK, R., 2019).

Dessa forma, a expressão desse modelo também é encontrada em seu traçado urbano: através da construção de espaços amplos e arborizados distribuídos na malha da cidade ao longo de grandes eixos viários; pela canalização dos leitos dos rios para conter enchentes e a proliferação de doenças; e pelas obras de drenagem e nivelamento. Essas intervenções, amparadas pelos pressupostos da medicina higienista²⁷ buscava solucionar os desafios impostos pelo crescimento das cidades (TRINDADE, 1997).

É necessário lembrar a descoberta das bactérias ocorreriam só no final do século XIX, portanto, acreditava-se que as doenças se formavam em locais propícios e eram transmitidas através do ar. A contenção desses miasmas, associados ao olfato, tornou-se uma preocupação de uma parcela da elite. Em decorrência, foram promulgadas ações estatais relacionadas à saúde da população. A partir disso, surge a necessidade de erradicação das habitações insalubres e dos

²⁶ Desde o século XVII com o declínio do renascimento, a formação da pesquisa científica moderna, a França, em especial Paris, tornou-se o novo modelo da cultura artística mundial (BENEVOLO, 2001)

²⁷ Antes da descoberta das bactérias do final do século XIX, havia uma correlação entre a doença e o odor, tornando-se uma preocupação estatal conter a proliferação dos miasmas (PEREIRA, 1996).

bairros superpovoados, e a instituição de campanhas obrigatórias de vacinação são exemplos de propostas amplamente advogadas por essa corrente de pensamento.

Não se pode negar a eficácia dessas medidas no que se refere ao controle das doenças e epidemias presente nas cidades, contudo, essas intervenções urbanas também tiveram os seus erros. Devido à associação entre doença e odores, uma medida sanitária amplamente utilizada foram as drenagens dos charcos e pântanos próximos às áreas habitadas. Solução que, posteriormente com a descoberta da microbiologia, mostrou-se ineficaz para a manutenção da salubridade ao passo que alterou de modo expressivos as paisagens naturais.

Além disso, é importante ressaltar o caráter ideológico dessas intervenções. Foi no traçado da cidade e na sua arquitetura que a classe burguesa se afirmou como classe dirigente e detentora de poder, ao mesmo tempo em que foi imposta a necessidade de adaptar as estruturas das cidades para atender às novas demandas do capitalismo. Ou seja, é possível perceber que nesse tipo de urbanismo embelezador, a infraestrutura encontrava-se fortemente associada à **estética**.

Era difundida a crença que a democratização dos serviços conduziria as sociedades ao seu desenvolvimento pleno. A partir de uma perspectiva evolutiva, tornar acessível à população as redes de energia elétrica, de telefonia, de transporte, de coleta e abastecimento de água conduziria àquela sociedade em direção ao próximo passo evolutivo dos agrupamentos humanos (TRINDADE, 1997).

Essa ideia mostrou-se falsa e, na prática, a distribuição democrática dessas redes não se efetivou. Na realidade, essa infraestrutura beneficiou aqueles com maior poder aquisitivo, pois com a valorização dessas terras, devido ao investimento em infraestrutura que acompanharam o crescimento das cidades, ocorreu um processo de especulação imobiliária. Logo, esses projetos de modernização ratificaram uma falsa ideia de universalidade e igualdade, os quais foram utilizados na prática para expulsar os mais pobres das áreas centrais em direção às regiões periféricas, fora do quadro urbano, mantendo-se em uma permanente situação de precariedade urbana associada à condição econômica e ao acesso à infraestrutura (VILLAÇA, 1999).

A realização das intervenções nesse período não objetivava apenas a melhoria das condições de saneamento, mas fazia parte de uma preocupação que no começo era da elite local e, posteriormente, também o Estado, acerca da *imagem* que gostariam de projetar da cidade. Ou seja, era através das qualidades **estéticas**, presentes ou ausentes, que a cidade, o Estado e a elite expressavam a sua participação aos processos de modernização e progresso difundidos e espalhados em outros lugares do mundo (VILLAÇA, 1999).

É nesse contexto, por exemplo, que se deu início ao processo de modernização da cidade de Curitiba a partir da segunda metade do século XIX. O início dessas intervenções urbanas com o intuito de modernização foi, de fato, a materialização do *desejo* dessas classes locais em deixar para trás a situação de pequena vila, com estruturas herdadas do período colonial e que se mostravam precárias para o atendimento das novas necessidades do capitalismo (BAHLS, 1998).

A busca pelo desenvolvimento da cidade se iniciou em 1853, quando uma parte da Província de São Paulo foi desmembrada para a constituição da nova Província do Paraná. A partir disso, Curitiba passou a abrigar os integrantes da classe dirigente, herdeiros das estruturas coloniais e recém conversos aos valores e práticas da burguesia, os quais almejavam alcançar o status de capital progressista (PEREIRA, 1996).

A partir desse momento farei uma aproximação mais direcionada entre Paris e Curitiba. É evidente que as comparações entre ambas possuem as suas limitações, contudo, esse exercício intenta pensar o urbano como representação. Nesse movimento, torna-se possível admitir que as “[...] cidades reais comportam sonhos e utopias daquilo que um dia se desejou que a cidade se tornasse” (PESAVENTO, 2015, p. 279). Contudo, analisar a representação não busca reduzir a cidade a uma ordem simbólica nem significa construir imagem mimetizada da realidade. Ao invés, tenta captar a ideologia presente na manipulação de aspectos concretos para o direcionamento intencional do real em direção a uma projeção. Esse desejo engendra ações de transformação do espaço em que se busca fazer da cidade real a cidade ideal.

2 FANTASMAGORIA E O DESEJO DE PROJEÇÃO DE UMA IMAGEM IDEALIZADA DE SI: APROXIMAÇÕES ENTRE PARIS E CURITIBA

A modernização da capital não se limitou à reprodução ou inspiração arquitetônica e urbanística dos princípios haussmanianos, mas tinha como aspiração a sociedade parisiense do século XIX *em si*. Os centros de exposição construídos com o uso da mais avançada tecnologia de ferro e vidro; as galerias luxuosas que cortam quadras inteiras e criam boulevards internos com acesso restrito e

destinados ao consumo²⁸; a figura do *flâneur*²⁹ nas suas andanças pela cidade percorrendo as ruas, as estações, os bordéis; a arquitetura eclética que permitiu a expressão da individualidade dos proprietários; a casa burguesa, com seu espaço privativo e isolado. Todos esses elementos também passaram a integrar o imaginário social das camadas abastadas da população curitibana. E, apesar de separada por quilômetros de terra e mar, Curitiba passou a acomodar as manifestações desses desejos os quais se efetivaram tanto na arquitetura, quanto nas intervenções urbanas e nas obras de infraestrutura realizadas durante o século XIX e início do século XX (SUTIL, 1996).

A construção desse *desejo de projeção de uma imagem idealizada* praticado pela elite curitibana nesse período permite uma articulação com o conceito de fantasmagoria, de Walter Benjamin. Aproximação que não tem como objetivo uma investigação aprofundada sobre o pensamento do filósofo. Ao invés, é uma tentativa de compreender ideologias que compunham o pensamento classe dirigente, visto que foi ela a encarregada pelo processo de modernização de Curitiba.

Ao analisar a sociedade parisiense no início do século XIX, Benjamin (2009), percebeu que esse desejo – de projeção de uma imagem idealizada – fazia parte da expressão da sociedade de mercadorias. Através da fantasmagoria, tornava-se possível construir uma imagem deslocada da realidade material, na qual o indivíduo produz uma imagem de si que é alienada.

A propriedade que recai sobre mercadoria como seu caráter de fetiche é inerente à própria sociedade produtora de mercadorias, não como é em si, mas como ela representa a si mesma e acredita compreender-se quando faz abstração do fato de que ela produz mercadorias. *A imagem que ela assim produz de si mesma e que costuma designar como sua cultura corresponde ao conceito de fantasmagoria* (BENJAMIN, 2009, p. 771, grifos meus).

Ou seja, a fantasmagoria pode ser definida enquanto uma expressão da civilização moderna e do modo de vida capitalista. Contudo, a sua expressão não se limitou às relações humanas, sejam elas individuais ou coletivas, mas encontrou também esteve na estrutura da

²⁸Essas galerias internas também são chamadas de passagens, descritas no Guia Ilustrado de Paris, de 1852, como uma “[...] uma recente invenção de luxo industrial, são galerias cobertas de vidro e com paredes revestidas de mármore que atravessam quarteirões inteiros [...]. Tal passagem é uma cidade, um mundo em miniatura, onde o comprador encontrará tudo o que precisa” (BENJAMIN, 2009, p. 77).

²⁹ O *flâneur* surge como consequência das novas dinâmicas produzidas pelo capitalismo e pela ascensão da burguesia no poder. Deslocado das mudanças que a modernidade produziu na cidade e da vida da população citadina, ele busca romper com a divisão interior e exterior. Tomando para si o espaço público ele busca construir e reconstruir infinitas vezes a cidade topograficamente, em direção a um tempo que desapareceu. Essa figura vive a dialética de ser um homem da multidão, constantemente observado por milhares de pares de olhos amedrontados que temem o ataque de suspeitos desconhecidos. Ao mesmo tempo, essa multidão o esconde, tornando-o difícil de ser identificado ou encontrado, permitindo-o observar a tudo e a todos. A cidade “Abre-se para ele como paisagem e fecha-se entorno dele como um quarto” (BENJAMIN, 2009, p. 246).

cidade e na arquitetura da casa burguesa. Um exemplo são intervenções realizadas em Paris por Haussman.

As ruas tortas e estreitas da cidade medieval que abrigavam as residências superpovoadas e insalubres foram eliminadas. Em seu lugar grandes vias cercadas por edifícios de fachadas uniformes³⁰ enquadravam a perspectiva urbana ao mesmo tempo que possibilitavam uma rapidez na circulação das mercadorias e pessoas. Era a expressão da beleza e eficiência unidas. Enquanto isso, os centros que abrigavam as camadas populares, passaram a acomodar as residências burguesas, conectadas com a nova periferia a partir de grandes eixos viários.

Para o filósofo, essas modificações realizadas pelo “artista demolidor”, como se intitulava Haussman, propiciaram a fantasmagoria do espaço. No entanto, a sua ambiguidade aparece quando uma sensação de estranhamento toma conta do indivíduo em Paris, que ao perder a familiaridade passou a se sentir deslocado, um estranho em sua própria cidade. Conflito expresso na figura do *flanêur*, que busca construir uma nova cartografia subjetiva através da prática errática e do devaneio (BENJAMIN, 2009).

Do outro lado do atlântico, entre documentos e fotografias dos séculos passados, busco uma expressão da fantasmagoria em Curitiba. Encontro esparsos rastros desse desejo, articulado inicialmente pela elite letrada, de se constituir uma Paris dos trópicos na capital da recém proclamada Província do Paraná. Espalhados pelo espaço em uma temporalidade estendida até a primeira metade do século XX, os ecos dessa cidade desejada aparecem nos portais do passeio público³¹. Projetados em estilo *Art Nouveau* pelo arquiteto francês Joseph Antoine Bouvard, são cópias exatas do portão do Cemitério dos Cães de Paris. As influências também aparecem no Paço Municipal e no Belvedere da Praça João Cândido construídos no estilo *Art Nouveau*³², assim como nos palacetes construídos pela elite ervateira inspiradas nas *villas francesas*³³.

³⁰ As fachadas das edificações nas principais avenidas e nas praças deveriam ser iguais, conforme estabelecido por Haussman (BENEVOLO, 2001).

³¹ Os portais do Passeio público foram construídos em 1915. Esse espaço foi reformulado durante a segunda gestão municipal de Cândido de Abreu e seu projeto foi influenciado pelo arquiteto e paisagista francês Bouvard. Para ele, a cidade somente atinge o equilíbrio através da harmonização entre espaços construídos e as áreas verdes (RIZZI, 2003).

³² Projetos de autoria do engenheiro Cândido de Abreu, eleito duas vezes prefeito de Curitiba. Formou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro teve grande procura pelo seu trabalho de projetista. Seu estilo pode ser dividido em dois momentos. O primeiro é um ecletismo com inspirações neoclássicas, como foi o caso do Palacete Leão Júnior e as residências da Família Miró. Nos projetos do Paço Municipal, do Belvedere da Praça João Cândido e da sua própria residência, a Casa da Ferradura, nota-se um ecletismo em estilo *Art Nouveau*, com inspirações naturalistas decorrente da sua experiência na construção da nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, onde teve contato com estilo eclético que influenciou a sua produção (RIZZI, 2003).

³³ As inspirações nas residências francesas foi consequência da divulgação dessa linguagem plástica em revistas de divulgação, álbuns e livros de arquitetura. As publicações do arquiteto francês Cesar Daly de projetos detalhados das residências parisienses e seus arredores, construídas a partir da segunda metade do século XIX, foram amplamente utilizados (LEMOS, 1989).

Aparecem também nas ações pontuais de remodelação e embelezamento no final do século XIX, e encontram a máxima da associação entre beleza e eficiência na gestão de Cândido de Abreu (1913-1916) que ficou conhecido pelo seu *despotismo sanitário* através das suas políticas de higienização na área central da cidade (MENEZES, 1996).

No caso de Paris, a criação de uma falsa imagem de homogeneidade não se limitou ao caráter estético da implantação da infraestrutura urbana, mas manifestou-se na suposta possibilidade de acesso à mesma. Essa situação também pôde ser percebida, por exemplo, na estrutura administrativa da cidade. Ao invés de centralizada, a administração municipal foi distribuída em 20 distritos relativamente autônomos, incluso o território anexado da periferia parisiense (BENEVOLO, 2001). Houve também uma especialização dos setores urbanos, que deixaram de ser distribuídos pelo território e passaram a ser agrupados em bairros ou regiões.

Figura 7 - Portal do Passeio Público.

Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba (2014).



Figura 8 – Portal do Cemitério de cães em Paris.

Fonte: Asnières - Entrée du Cimetière des Chiens (2022).

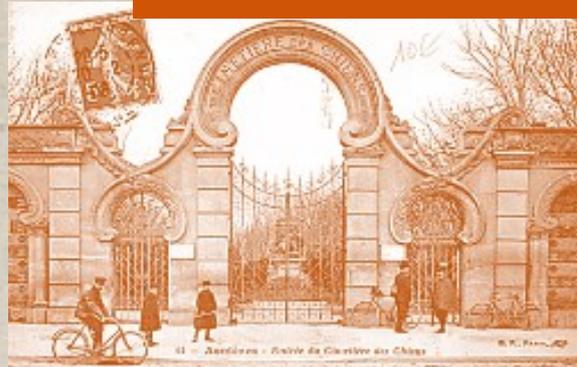
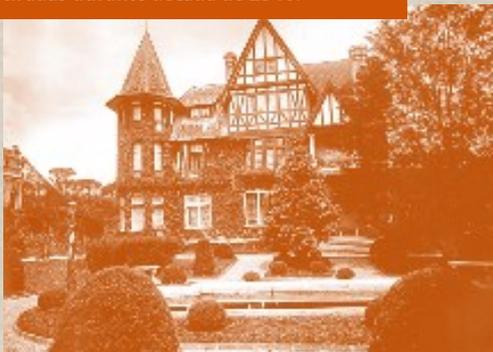


Figura 9 – Vila Odete, localizada em Curitiba. Fotos tiradas durante década de 1940.

Fonte: Pósse e Castro (2012).



Fonte: Posse e Castro (2012).

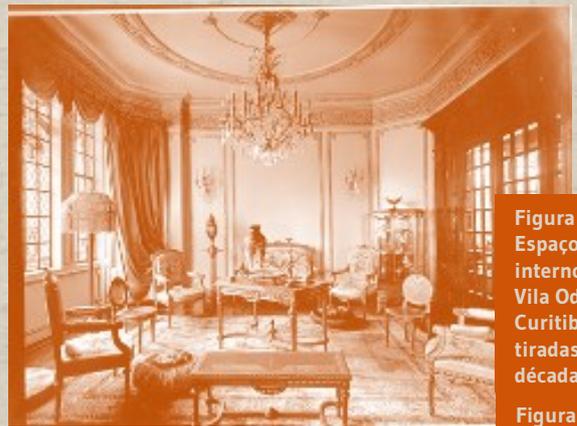


Figura 10
Espaços
internos da
Vila Odete, em
Curitiba. Fotos
tiradas na
década de 1940

Figura 11 – Imagem Parcial do Jardim da Vila Odete.

Fonte: Posse e Castro (2012).



Fonte: Posse e Castro (2012).



Figura 12
Nos espaços
internos é
possível
perceber a
preocupação
com a
decoração.

Um exemplo foi a implantação de indústrias na região periférica, situação que impulsionou, somando-se à especulação imobiliária produzidas pelas obras de Haussman, a suburbanização das classes médias e populares (CHOAY, 1992).

Essa homogeneidade também está presente na casa burguesa, no uso do ecletismo³⁴ como linguagem arquitetônica escolhida. A representação da individualidade proprietária, da solidez financeira e da posição na sociedade também estava representada na quantidade de ambientes e na elegância ornamental presente nesses espaços (POSSE; CASTRO, 2012). O espaço privado, o interior é construído como um espaço seguro, um refúgio livre das contradições presentes no exterior:

Para o homem privado, o espaço em que vive se opõe pela primeira vez ao local de trabalho. O primeiro constitui-se como *intérieur*. O escritório é seu complemento. O homem privado, que no escritório presta contas à realidade, exige que o *intérieur* o sustente em suas ilusões. Esta necessidade é tanto mais urgente quanto menos ele cogita estender suas reflexões relativas aos negócios em forma de reflexões sociais. Na configuração de seu mundo privado, reprime ambas. Disso originam-se as fantasmagorias do *intérieur* (BENJAMIN, 2009, p. 245).

A privacidade e o conforto adquirem importância nesse novo modo de habitar pautado pela modernidade, seja pela sua implantação isolada no terreno ou pela construção do porão acima do nível da rua. Soluções pautadas na higiene, o aumento da insolação e redução da umidade –, mas que atendiam às novas necessidades, ocultando o interior das residências dos olhares curiosos externos. A distribuição do espaço doméstico também foi alterada, com a instituição de um sistema hierarquizado e especializado dos ambientes. Divididos em três zonas – social, íntima e de serviço – a *casa moderna*³⁵ tem como objetivo a independência entre si. Esses espaços são conectados por circulações que estabelecem fluxos diferentes para familiares, empregados e visitantes. Dessa forma, também a residência expressa uma especialização dos espaços segundo funções e usuários específicos.

É nesse espaço residencial burguês, com seus rituais domésticos, mobílias, papéis de parede, obras de arte, ou seja, com o uso da decoração e da arquitetura de interiores que foi possível construir a ilusão de uma homogeneidade interior, onde os conflitos sociais decorrentes da luta de classes não estão presentes, ou melhor, nem se quer existem nesse universo doméstico.

³⁴ O ecletismo foi um estilo composto pela mistura de vários estilos arquitetônicos (LEMOS, 1989).

³⁵ Grandes difusores desse novo habitar foram Julien Guadet, professor de arquitetura da École des Beaux-Arts francesa, e Louis Cloquet, professor da Universidade de Gante e do Instituto de Belas-Artes da Atuérpia, Bélgica (POSSE; CASTRO, 2012).

Fora do espaço privado, uma das expressões da fantasmagoria desenvolvida foi associada ao entretenimento, manifestando-se especialmente nas exposições universais ocorridas na primeira metade do século XIX³⁶:

As exposições universais idealizam o valor de troca de mercadorias. Criam um quadro no qual seu valor de uso passa para o segundo plano. As exposições universais construíram uma escola onde as multidões, forçosamente afastadas do consumo, se imbuíram do valor de troca das mercadorias a ponto de se identificarem com ele: “é proibido tocar nos objetos expostos”. Assim, elas dão acesso a uma fantasmagoria onde o homem entra para se distrair. No interior das diversões, às quais o indivíduo se entrega, no quadro da indústria de entretenimento, resta constantemente um elemento que compõe uma massa compacta. [...] Ela se deixa levar assim a uma submissão com a qual deve poder contar tanto a propaganda industrial quanto a política (BENJAMIN, 2009, p. 57).

Era nas Exposições Universais, ocorridas na Europa, que as camadas populares passaram a visualizar as grandes obras de engenharia. Nesses eventos os valores morais e estéticos da burguesia eram difundidos, inclusive aqueles relativos ao trabalho. O objetivo desse contato (com ausência de tato) era educativo, em que as grandes obras de engenharia ali expostas serviriam para atenuar contradições de classe (trabalhadora e burguesa) em detrimento do *progresso* (BENJAMIN, 2009). Era reforçada a crença de que a melhoria das condições materiais da população somente foi alcançada devido à ciência e o desenvolvimento das tecnologias. Somente a partir do abandono dos costumes ditos atrasados e da adoção da nova ordem social capitalista que o progresso seria alcançado dentro de uma estrutura supostamente lógica e contínua (D'ANGELO, 2006).

Essas feiras internacionais foram um importante espaço para divulgação desse novo modo de existência pautado na modernização. Eram nesses locais que os países participantes demonstravam a sua capacidade e modernidade, assim como divulgavam os produtos e as novas tecnologias produzidos em seu território. Nesse contexto, a arquitetura se tornou um importante meio de demonstração da capacidade de modernidade dos países expositores, assim como ditou as principais tendências arquitetônicas. O uso do ferro e vidro dos grandes pavilhões aparecem já em 1851, com o Palácio de Cristal de Paxton, e encontra o seu ápice na construção da Torre Eiffel

³⁶ Antes das exposições universais no fim do século XVIII houve exposições nacionais da indústria, criadas com o intuito de proporcionar diversão para a classe trabalhadora se articularam como representantes do desenvolvimento econômico em uma escala mundial (BENJAMIN, 2009).

como marco comemorativo da exposição de 1889. Nesses espaços também eram divulgados trabalhos individuais de profissionais da área, como foi o caso de Bouvard nas exposições de 1889 e 1900.

Quando consideramos que foi o arquiteto francês Bouvard o responsável pelo projeto dos portais do Passeio Público, assim como foram as suas ideias que influenciaram a revitalização desse espaço, surge uma importante conexão entre Paris e Curitiba. Essas feiras eram amplamente frequentadas pelas elites brasileiras e inspiradas nas tendências ditadas, passam a aplica-las em suas cidades. Situação que possibilita compreender, por exemplo, a influência do ecletismo monumentalista divulgado nas exposições de Paris nas obras de melhoramento da cidade de Curitiba realizada por Cândido de Abreu.

A partir desse momento, é finalizado o movimento de vai-e-vem entre Paris e Curitiba. Nesses exemplos acima busquei mostrar algumas expressões da fantasmagoria presente na sociedade parisiense do século XIX. Suas articulações não apareceram apenas no âmbito material, mas estiveram também no campo das ideias, portanto ideológico.

Como visto, a fantasmagoria, como *desejo de criação de uma imagem idealizada da realidade*, encontrou a sua expressão na sociedade parisiense do século XIX analisada por Benjamin (2009). Ao mesmo tempo, o filósofo afirmou que a extinção da fantasmagoria ocorreu com a Comuna de Paris em 1871, onde foi desfeita a ilusão de que uma revolução proletária associada à burguesia seria possível.

Contudo, quando pensado a partir da cartografia, o *desejo* se mobiliza para a transformação do virtual em realidade. Ou seja, após o processo de desfazimento de mundo perde-se a estabilidade da forma, causando um mal-estar. Os caminhos possíveis do desejo são dois: a construção de uma nova cartografia ou utilizar uma já presente no universo de cartografias existentes inseridas no universo sociocultural.

No caso, da sociedade ocidental e ocidentalizada com características coloniais-capitalistas, é nesse momento que a burguesia se torna, pela primeira vez, a classe dirigente das

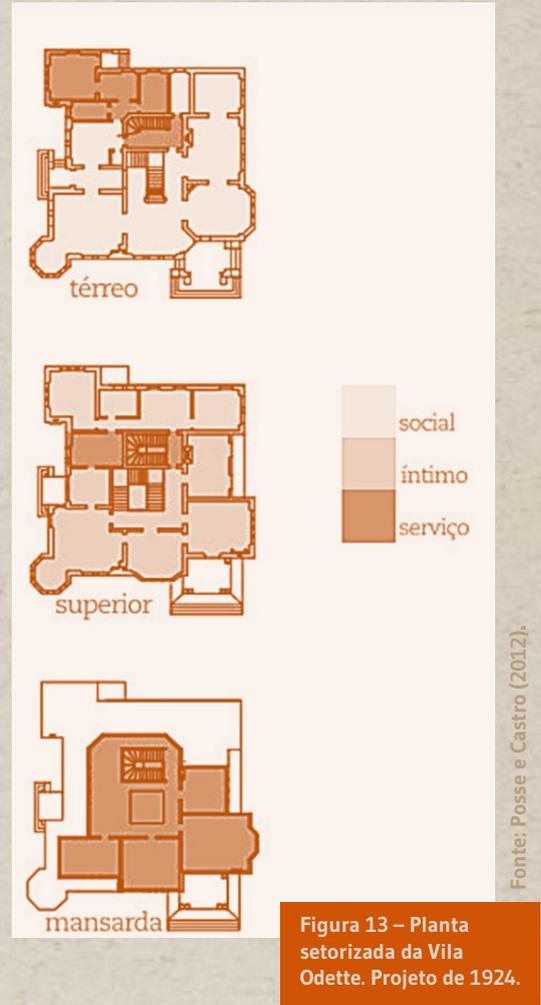


Figura 13 – Planta setorizada da Vila Odette. Projeto de 1924.

estruturas estatais. Seu domínio, suas ideologias e crenças estão representados na nova espacialidade da cidade de Paris. É nesse período que ganha força o estabelecimento das relações entre o capitalismo e a micropolítica, em que a subjetividade encontra um equilíbrio através da relação de consumo (ROLNIK, S., 2019).

Quando pensada a fantasmagoria a partir da subjetividade engendrada na sociedade parisiense do século XIX, o mundo passa a ser vivido através da dualidade entre o interior e o exterior, o privado e o público, o sujeito e o objeto, o Eu e o Outro. Essa crença, necessária para a manutenção do capitalismo e da propriedade privada, faz com que o indivíduo atribua a si mesmo a condição de uma suposta unidade isolada e indivisível. A partir disso, o indivíduo passa a se estruturar através de cartografias culturais existentes, produzindo um falso espelhamento de si. Ocorre, o que Suely Rolnik (2019) chama, de redução da subjetividade para a experiência do sujeito.

Porém, essa imagem que ele tem de si não é uma representação do real, mas é consequência da produção de subjetividades enquanto mercadoria. A existência passa a ser alienada e, regida pelo medo imaginário da desestruturação, estabelece relações de consumo em que as imagens de identificação possibilitarão a conservação eterna de si (ROLNIK, S., 2019).

No caso dos desejos da elite curitibana da metade do século XIX, a imagem referência estava disponível para ser consumida, assim como os instrumentos para alcançá-la. A planificação da cidade, torna possível que o espaço passe a representar os desejos de reordenação ideal. Os movimentos no mundo real são empreendidos pela crença de que o equilíbrio da subjetividade – aqui compreendido também como organização social desejada – será alcançado através da aplicação de estratégias racionais de reordenamento do espaço. Ou seja, a Paris de Haussman representa também a identidade social desejada por essa elite. Desejo que permanece após a Comuna de Paris, ultrapassa os territórios ocupado pela sociedade parisiense e a fantasmagoria passa a integrar subjetividade das classes dirigentes brasileiras.

Abandono Paris do século XIX e retorno à Curitiba.

A partir desse movimento, busquei compreender o modo como o discurso da modernidade e do progresso, empregada pela elite brasileira. Em uma associação à infraestrutura

proveniente dos novos avanços tecnológicos, as intervenções urbanas eram justificadas pelos seus aspectos sanitários possibilidade de condicionar uma melhor qualidade de vida. Crença que serviu, sobretudo, para atender às novas necessidades impostas pelo modelo de capitalismo daquele período. Amparadas por discursos técnico-científicos, muitas dessas Intervenções realizadas em nome da salubridade das populações citadinas produziram impactos significantes nas paisagens e elementos naturais.

O argumento que explica o uso e a exploração da Natureza para o desenvolvimento da Humanidade não é exclusivo da concepção de modernidade do século XIX. De fato, a sua expressão ganha maior notoriedade com a ascensão do capitalismo como sistema econômico, ou seja, também a colonização foi fundamentada nessa ideia. Em consequência, torna-se importante para essa pesquisa a investigação sobre a Natureza. Em um primeiro momento, farei uma breve análise sobre o desenvolvimento da Indústria da erva-mate e as suas formas de exploração da Natureza. Essa escolha é justificada pelas características dessa produção, iniciada ainda no período da colonização, e as suas influências no processo de urbanização das cidades em que estavam instaladas. Seu processo de industrialização está situado em uma conjuntura onde importantes transições políticas e econômicas ocorreram no Brasil. A partir disso, é possível identificar a dominação da Natureza como um elemento estruturante da modernidade/colonialidade.

No momento seguinte, serão analisados os significados da Natureza no meio urbano e o modo como essas concepções influenciaram o desenvolvimento da cidade de Curitiba durante o século XIX. Após analisar o território, será feita uma análise sobre a parcela da sociedade que tiveram seus corpos explorados em nome da modernização. Corpos-territórios que em nome da modernização foram explorados e dominados, através da institucionalização de instrumentos de controle que marcaram a história da cidade de Curitiba nesse período.

3 INDÚSTRIA DO MATE: APROPRIAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DA NATUREZA E DOS SABERES POPULARES

Por ser uma economia urbana e de livre-mercado, os engenhos de beneficiamento da erva-mate impulsionaram os processos de urbanização nas localidades onde estavam instalados. Desde a legalização da sua produção para a exportação em 1722, esse setor não se constituiu como uma economia colonial. E a introdução do sistema fabril no Paraná do século XIX se deu pela disputa entre os produtores e os comerciantes sobre o domínio dos espaços de produção. Alegando a necessidade de controlar a qualidade da produção para competir nos mercados externos, o aperfeiçoamento técnico passou a ser incentivado pelas autoridades provinciais.

A fabricação, inicialmente realizada pelos pequenos produtores, passou a ter o envolvimento dos comerciantes – os processos produtivos, os quais passaram a montar casas de soque³⁷ (PENA, 1990). Previamente a tecnificação dos processos produtivos, o universo do trabalho passou a ser dominado pelos comerciantes (PEREIRA, 1996).

Enquanto para a população despossuída – não proprietária – a industrialização da erva-mate foi uma oportunidade de ingressar no mercado internacional, o seu desenvolvimento fez parte dos processos de espoliação imanentes ao sistema capitalista. Contudo, essa apropriação não afetou somente os produtores artesanais de erva-mate, mas toda a população livre da região. Por ser um arbusto nativo encontrado em abundância nas matas da região, as práticas necessárias para o beneficiamento do mate faziam parte dos saberes comuns da população livre. Ao passo que a sua produção não exigia grandes investimentos em equipamentos e construções, era

considerada uma atividade de baixo-custo e acessível.

Com a tecnificação da produção, foi realizado um cercamento de oportunidades econômicas. Aqueles que não tinham condições financeiras para construir a suas próprias casas de soque foram forçados a integrar a classe operária da indústria do mate e ter o seu conhecimento e a sua força de trabalho explorados pela burguesia do mate. Ou seja, a conformação dessa classe somente foi possível pela extração de mais-valia. Em um primeiro momento pela usurpação dos saberes dos produtores e, posteriormente, extraída pela dominação do mercado e do universo de produção.

A partir do século XIX, com a inserção da tração hidráulica nas casas de soque, começou a ser implantada a organização hierárquica do trabalho. Com

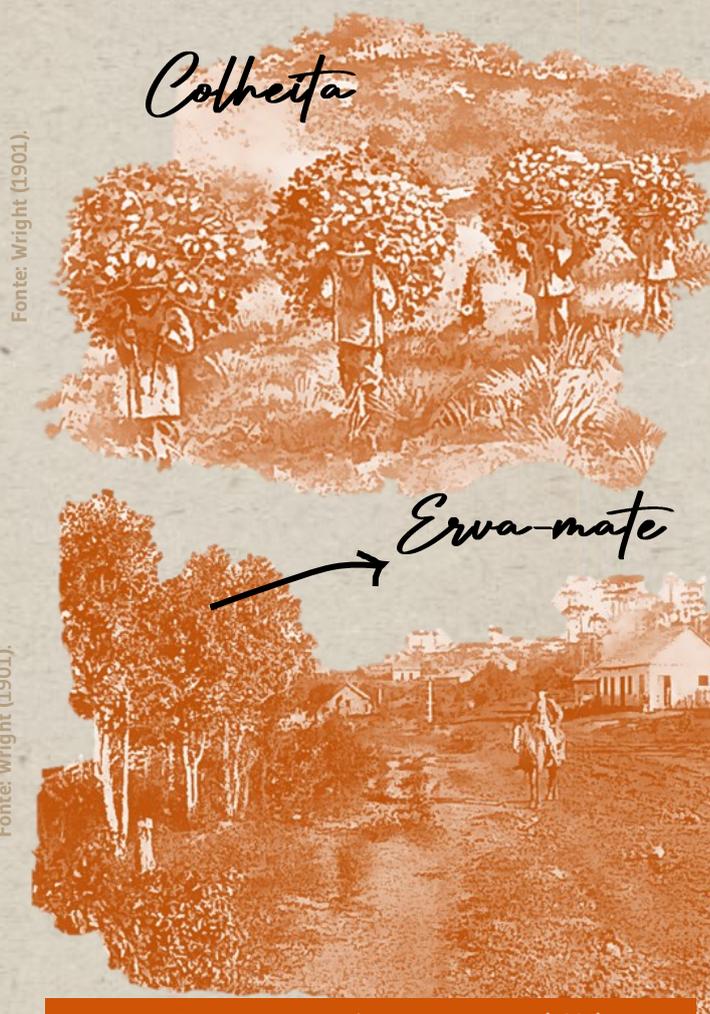


Figura 14 e Figura 15 – Ilustrações de Marie Wright (1901). A primeira mostra indígena carregando a colheita da erva-mate. Enquanto a segunda mostra do lado direito a planta de porte arbustivo

³⁷ Esse espaço, utilizado para a conclusão do beneficiamento e embalagem do mate para a exportação, começaram a ser montadas no final do século XVIII (PEREIRA, 1996).

o objetivo de introduzir um aumento do ritmo de produção e, conseqüentemente, de acumulação, as habilidades específicas de cada função deixaram de ser exercidas pelos trabalhadores e foram transferidas às máquinas. Esse processo resultou no controle dos industriais sobre o processo produtivo e o produto final. E, pouco a pouco, o conhecimento proveniente da população livre deixou de ser necessário para a fabricação da erva-mate (PEREIRA, 1996).

Diferentemente das economias industriais europeias, a formação da burguesia ervateira não existiu previamente à sua industrialização e o capital para o seu desenvolvimento veio da realocação de investimentos de outros setores econômicos da região ou pela intensificação da renda proveniente da produção do mate. Ao passo que essa burguesia foi se desenvolvendo, foi introduzida a divisão do trabalho, separados entre produtores de erva-mate e jornaleiros. Situação que fica evidente, por exemplo, quando se analisa o processo de racionalização dessa indústria e a preferência pelo uso da mão de obra livre e assalariada, diferente da maioria dos engenhos brasileiros que utilizavam o trabalho escravizado.

Para Pereira (1996) essa escolha, na realidade, estava associada à falta de capital acumulado por essa burguesia e à sazonalidade do plantio. Esses fatores fizeram com que, desde cedo na economia do mate, o trabalho entrasse como custo de operação e não como capital imobilizado. A partir disso é possível compreender as ambigüidades que acompanharam o processo de industrialização da produção da erva-mate, em que as circunstâncias locais forçaram uma ruptura com o sistema colonial de produção, ao invés de um suposto sinal de modernização antecipada.



Figura 16 – Postal datado do início do século XX, intitulado *Cabana de nacionais, distrito de Antonina*. Localizada no litoral do Paraná, Antonina está a menos de 90km da capital.

Entretanto, segundo Pena (1990), mesmo nas décadas próximas à abolição, a economia do mate era, sobretudo, escravista. A justificativa da ausência de capital para a compra de escravos

não se confirma, visto que havia um mercado consolidado de venda e aluguel³⁸. Na realidade, a desagregação do escravismo na região de Curitiba ocorreu pelo aumento da demanda dessa mão de obra na produção cafeeira. A partir disso, o tráfico inter-provincial se tornou uma oportunidade econômica para as regiões onde a economia era decadente ou instável³⁹.

Quando analisada todas as fases de produção, foi notada uma ampla participação dessa população nas etapas de colheita e preparo⁴⁰. Dessa forma, enquanto houve possibilidade



Figura 17 – Fotografia datada de 1904 mostra edificações de um engenho de erva-mate.

Fonte: coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022).

Florada da erva-mate



Figura – 18 – Ilustração de Marie Wright (1901) do arbusto da erva-mate (*Ilex paraguariensis*).

Fonte: Wright (1901).

³⁸ Por exemplo, nos períodos de valorização da erva-mate era comum o aluguel de outros senhores (PENA, 1990).

³⁹ Esse era o caso das províncias nordestinas e também do Sul. Em 1876, enquanto o preço médio de um escravizado do sexo masculino, entre 15 e 29 anos era de 2.270 mil réis em São Paulo, em Curitiba, o valor era de 1.120 mil réis (PENA, 1990).

⁴⁰ Diferentemente dos sistemas de *plantation* presente nas monoculturas cafeeiras desse período, em Curitiba era predominante os pequenos proprietários escravistas. Enquanto nas cidades cafeeiras da Província de São Paulo era comum uma média de 16 escravos por proprietário, em Curitiba essa média caía para 3,1. Além disso, houve um predomínio das relações escravagistas nas chácaras que circunvizinhavam o perímetro urbano da Capital, onde 42,1% dos cativos eram lavradores. Essas atividades não se limitavam à colheita e beneficiamento da erva-mate em seu estágio bruto, mas incluíam a lavoura de subsistência e a pecuária. Esses dados foram retirados do Departamento de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Curitiba – livro de “classificação dos escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação”, de 1875 (PENA, 1990).

econômica e política para exploração dos escravizados, mesmo nos setores mais modernos dos engenhos, a defesa pela manutenção do escravismo foi a postura adotada pela elite curitibana.

Nesse momento, torna-se importante lembrar que o caráter expropriador do capitalismo está associado à apropriação da natureza para a sua acumulação. Fato que não se limitou aos elementos naturais, mas de tudo aquilo que é considerado *natural* (SHIVA, 2019). Nesse caso, quando a produção da erva-mate integrou ao universo de mercadorias foi privatizado conhecimento da população livre e os meios para que pudessem produzi-la, em detrimento do enriquecimento individual de um pequeno grupo. Foram ocultadas as expropriações ao passo que a forma de produção dessa mercadoria controlada pela burguesia ervateira foi naturalizada, através do apagamento e da criação de uma nova relação entre trabalho e natureza.

Ao passo que a urbanização de Curitiba foi consequência da implantação das indústrias do mate, também as primeiras intervenções urbanas foram possíveis devido ao capital proveniente da economia ervateira. Percebo que existe uma estreita relação com a Natureza, a indústria da erva-mate – assim como a sua burguesia – e o espaço urbano. Na relação entre a Natureza e o surgimento da elite do mate é possível identificar a presença do discurso da modernidade/colonialidade. Contudo, de que forma é construída a relação entre a Natureza e a Humanidade nos espaços urbanos? Esse questionamento me conduz à busca pelos significados da Natureza no meio urbano e de que forma a modernidade/colonialidade constituiu a relação entre ambos?

4 SIGNIFICADOS DA NATUREZA NO MEIO URBANO: OCUPAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE CURITIBA

No período colonial, a ideia de cidade se embasava na diferenciação entre as áreas rural e urbanizada, sendo este último marcado pela esterilidade onde a ordem racional do homem se contrapunha ao caos presente na natureza. De fato, nesse período, a natureza intocada era considerada nociva, sendo necessário a constituição de uma nova natureza humanizada para torna-la segura contra as doenças. Para isso, a legislação desempenhou um importante papel, instituindo o traçado ortogonal das ruas, lotes com dimensões que não permitissem a criação de animais e proibição de vegetação nas áreas públicas. Acreditava-se que essas medidas garantiam uma aparência de civilização às cidades e estavam presentes na maioria das cidades luso-brasileiras (TRINDADE, 1997).

A partir do século XIX, com o surgimento das cidades industriais na Europa e com a ameaça de epidemias presente no imaginário da população, a presença da natureza dentro do perímetro urbano ganhou outros significados. Enquanto os doentes eram confinados e afastados

do convívio social, a presença da vegetação passou a ser aceita em espaços determinados – praças, parques e jardins – devido à crença na sua capacidade de purificar o ar corrompido. Foi estabelecida uma relação de desconfiança mútua entre a cidade e a Natureza em que o resgate ao ar puro, o acesso à água potável e a disponibilidade de áreas verdes passaram a ser aspectos desejados. Em um primeiro momento, essa preocupação foi parte de uma parcela da elite e, posteriormente, tornou-se uma preocupação estatal (TRINDADE, 1997).

No Brasil, essa mudança foi alavancada pela chegada da coroa portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, onde foi permitida a criação de um novo modelo de urbanização diferente daquele desenvolvido previamente. Situação que pode ser percebida, por exemplo, na criação do horto real⁴¹ – Jardim Botânico – para o estudo de espécies vegetais brasileiras e, a partir da independência em 1822, com a criação de diversas instituições voltadas à pesquisa de recursos naturais e agrícolas. Da mesma forma, devido às recorrentes epidemias e escassez de água no Rio de Janeiro, então capital do país, foi dado início a um projeto de reflorestamento e regeneração da vegetação. Seu primeiro resultado foi a criação da Floresta da Tijuca em 1861 com o objetivo de preservação dos mananciais e das fontes de água potável. Contudo, também serviu para iniciar o

Fonte: Sisson [18--].



Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Figura 19 – Gravura do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Nela é possível ver pessoas caminhando por uma estrada. Esse percurso, delimitado por uma linha sucessiva de palmeiras. Essas árvores parecem marcar a divisão entre intervenção humana e os elementos naturais, situado pela vegetação presente nas extremidades laterais

⁴¹ O horto real não foi o primeiro jardim botânico do país, existe a menção Da criação de um espaço com essas conformações em 1798 na cidade de Belém, no Pará (BARATA apud TRINDADE, 1997).

processo de suburbanização da elite, que passou a instalar as suas residências próximas à Natureza e longe das doenças presentes no espaço citadino (TRINDADE, 1997).

A implantação medidas mitigadoras dos impactos da ação humana no meio natural aparece em Curitiba já em 1805. Enquanto ainda fazia parte da Comarca de São Paulo, foi instituído que cada família matasse, sob pena de multa, dois pássaros para cada integrante. Essa medida buscava corrigir os danos que esses animais provocavam às plantações, contudo, esse comportamento estava relacionado à derrubada das matas e à caça dos seus predadores naturais (TRINDADE, 1997).

Até metade do século XIX, o ambiente urbano da cidade de Curitiba estava preso ao rigor formal instituído no período colonial. Situação que começou a se alterar quando se tornou capital da nova Província no Paraná, em 1854 e para uma parcela da elite curitibana, dos administradores públicos, dos médicos e engenheiros, havia uma preocupação com o saneamento da cidade (TRINDADE, 1997).

Aos poucos, as convicções dessa elite em ascensão, caracteristicamente urbana e industrial, começou a fazer parte das ideias presentes nas repartições públicas. Um primeiro

Figura 20 - Na imagem é possível ver os cursos d'água que circundam o perímetro urbano de Curitiba, assim como as áreas de banhado.



Curitiba em 1855.

exemplo foi a contratação do Pierre Talouis⁴², em 1856, para a elaboração de um plano para a cidade de Curitiba. O engenheiro realizou um levantamento topográfico que acompanhou a proposta de realinhamento das ruas que não respeitassem a ortogonalidade e também recomendações futuras para uma ocupação ordenada do território (GARCEZ, 2006). Posteriormente, essas ideias podem ser encontradas no plano de ocupação da região próxima à estação ferroviária⁴³. Claramente inspirado nas obras haussmanianas, a malha reticular proposta pelo engenheiro Ernesto Guaita em 1888, consolidava um abandono da Curitiba antiga e se direcionava rumo à *Nova Curitiba*⁴⁴ (CADORE, 2010).

Para além de um desenho de ocupação do território, esse projeto simbolizou as premissas do progresso. A técnica e a ordem estavam presentes no traçado que abandonava as ruas tortas e fora do padrão e se direcionava, através da ortogonalidade e do desenho rigoroso, rumo à modernidade, representado pelo desenvolvimento industrial. Posteriormente, essa região do Rebouças, próxima à estação ferroviária, se consolidou como a zona industrial na porção Sul da cidade, abrigando usinas termoelétricas, engenhos do mate e outras fábricas (GARCEZ, 2006). Da mesma forma que a figura



Fonte: autora (2022), adaptado de Cadore (2010).

Figura 21
Projeto do engenheiro italiano Antônio Ferrucci para implantação da estação ferroviária em 1888.



Fonte: autora (2022), adaptado de Cadore (2010).

Figura 22
Inaugurada a ferrovia em 1885, o eixo de conexão com a estação, prevista por Ferrucci, a Rua da Liberdade – atual Barão do Rio Branco – começa a ser ocupada



Fonte: autora (2022), adaptado de Cadore (2010).

Figura 23
Projeto Nova Curitiba de Ernesto Guaita, de 1888. Os traços desse projeto foram se repetindo, como pode ser percebido na planta de 1894.

⁴² Pierre Talouis, contratado pelo governo imperial, realizou o plano de arruamento da recém nomeada capital, a cidade de Niterói, em 1841 (GARCEZ, 2006).

⁴³ Finalizada em 1885, a estação conectava a capital ao mar, no eixo Curitiba-Paranaguá. Localizada na Rua Sete de Setembro, a sua implantação foi realizada fora do perímetro urbano, na região sul, que se conectava ao centro através da Rua da Liberdade (atual Barão do Rio Branco). O perímetro urbano que até então não passava da Praça Carlos Gomes, começou a ser gradativamente ocupada a partir de 3 eixos de avenidas principais (Av. Sete de Setembro, Av. Visconde de Guarapuava e Av. Silva Jardim) (CADORE, 2010).

⁴⁴ *Nova Curitiba* foi o nome do plano elaborado por Guaita.



Figura 24 - Planta de 1894

Fonte: autora (2022) adaptado de Estado do Paraná [1894].

do engenheiro seria incorporado à organização do espaço urbano, também seria a presença da Natureza no espaço urbano. Eram nessas áreas verdes que a população, em seus momentos de lazer, poderia usufruir do ar puro e contemplar a natureza construída pelo homem. Prática já presente nos hábitos da elite, mas que ainda faltava alcançar as camadas populares (BAHLS, 1998).

Foi a partir da gestão de Tauney como presidente da província, entre 1885 e 1886 que apareceu uma nova forma de estruturação do espaço urbano. Para ele havia a

[...] necessidade de conservar maior número de largos e praças como área de saneamento da população e futuros locais de ajardinados e arborizados formando '*squares*' e pontos de recreio, [pois, os] locais arborizados traziam benefícios à saúde física e mental dos habitantes (TRINDADE, 1997, p. 21).

É dentro desse movimento que as obras de canalização dos rios se inserem em Curitiba, onde teve como marco inicial a construção Passeio Público em 1886. Através de uma parceria entre o poder público e o capital privado foi confirmada a necessidade de ações saneadoras no meio urbano. Devido ao grande incômodo à população quando o rio Belém inundava, a drenagem de uma das áreas pantanosas que margeavam os limites urbanos tinha o intuito de prover à população uma melhoria na qualidade de vida no que concerne aos aspectos sanitários, através de uma parceria do poder público com o capital privado. Mas, nesse período, somente justificativas relacionadas à infraestrutura não eram o suficiente, visto que a necessidade de embelezamento era o principal fator para as intervenções urbanas⁴⁵.

A natureza desse lugar, foi vencida e humilhada pelo poder da actividade humana.

O nojento refugio de reptis e insectos venenosos, o manancial perene de aguas sujas em constante decomposição, o perigoso viveiro, onde brotavam e se desenvolviam as febres malignas e perigosas, o foco productivo, finalmente, de toda especie de microbios inimigos da saude e da vida, desapareceram, sendo substituído por um pittoresco e esplendido jardim público, que constitue actualmente um timbre de gloria para nossa capital (PASSEIO PÚBLICO, 1886, p. 1).

Dessa forma, além dos aspectos sanitários, esse espaço representava uma resposta aos desejos **estéticos** e de modernização da elite, onde a natureza domesticada passou a simbolizar a beleza e a prosperidade da capital (BAHLS, 1998). Apesar da sua notável importância sanitária, essa obra possuiu aspectos ambíguos e passíveis de serem questionados. Analisar essa

⁴⁵ Conforme explicado anteriormente, as obras de infraestrutura seguiam os ideais haussmanianos de embelezamento urbano.

Figura 25 – imagem de 1886 no ano de inauguração do Passeio Público



Fonte: coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (FCC).



Figura 26 – Figuras femininas caminham sozinha ou em dupla. Fotografia de 1886

Fonte: coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (FCC).

ambiguidade pode possibilitar desfazer o emaranhado ideológico que acompanharam o processo de modernização.

Para fugir das doenças presentes nas cidades, uma outra estratégia sanitária de reaproximação do contato com a natureza era morar ou ter uma casa no campo. Tática que foi amplamente utilizada pela elite, visto que também permitia fugir dos rígidos parâmetros construtivos herdados do período colonial. A partir disso, as elites curitibanas começaram a construir suas residências nas chácaras próximas ao limite legal do perímetro urbano (BAHLS, 1998).

Um desses locais era justamente nas proximidades do Passeio Público, onde os barões do mate escolheram instalar seus engenhos na região do Fontana, na Estrada da Graciosa⁴⁶, e as suas residências no Alto da Glória. Vale destacar que as mudanças nas características da região

⁴⁶ A Estrada da Graciosa era uma das vias que saíam de Curitiba.

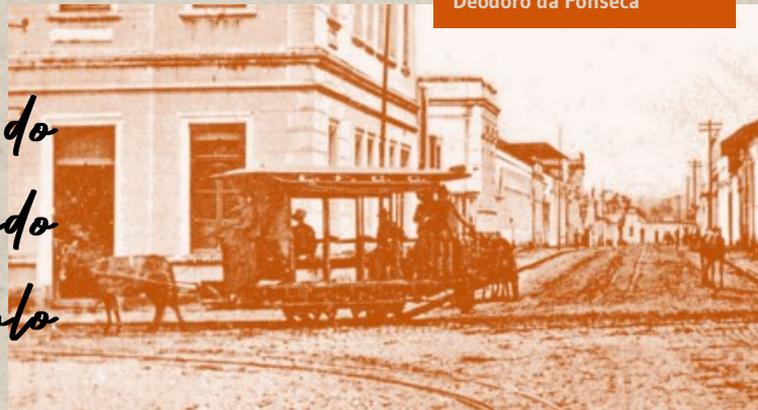
Fonte: coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022).



Figura 27 – Fotografia de 1910

Região do Batel

Figura 28 – Fotografia de 1904, Rua Marechal Deodoro da Fonseca



Fonte: coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022).

Detalhe do bonde puxado a cavalo

foram notáveis, pois o que antes era um charco com pequenas casas e oficinas, passou a abrigar residências de luxo distribuídas no *boulevard* Dois de Julho⁴⁷, que se iniciava no Passeio Público, passava pela capela do Alto da Glória e findava em um teatro particular (GARCEZ, 2006).

Através da domesticação do rio pela ação humana foi possível transformar a antiga área de banhado em uma página em branco à espera do desenho racional que permitiria uma otimização na ocupação do território. A partir disso, é possível perceber que essa obra, na realidade, favoreceu aqueles que moravam nas proximidades do novo Passeio Público. Em especial a elite ervateira que também passaram a ter suas terras valorizadas economicamente. Não obstante, a fuga dos centros considerados insalubres e a criação desses subúrbios de moradia da classe alta também ocorreu na porção Oeste da cidade, nas regiões da rua Comendador Araújo e do Batel. Portanto, antes mesmo do fim do século XIX, as regiões próximas ao centro já estavam ocupadas pela elite e seus palacetes (SUTIL, 1996).

Portanto, é possível apontar que com a construção do passeio público iniciou um incentivo a expansão urbana e a segregação sócio-espacial, as quais estavam fortemente associadas ao acesso à infraestrutura urbana (BAHLS, 1998). Não é de se espantar que as primeiras linhas de bonde⁴⁸ instaladas em 1887, foram pensadas para realizar o escoamento da

⁴⁷ Atual Av. João Gualberto.

⁴⁸ Os bondes puxados à mula foram implementados em 1887 por uma empresa composta por mais de 60 empresários ligados à produção da erva-mate. No entanto, logo em seguida passou a ser controlada por uma empresa italiana e posteriormente, por uma empresa anglo francesa. A implantação dos bondes elétricos ocorreu somente em 1911,

produção de erva-mate do Batel e do Fontana em direção à estação ferroviária. No entanto, o transporte de pessoas também era realizado por esses bondes, as quais passaram a preferir residir próximos às linhas de transporte, valorizando ainda mais os terrenos dessas regiões (GARCEZ, 2006).

Quando se observa a evolução urbana da cidade de Curitiba no período de transição entre os séculos XIX e XX, é possível perceber uma expansão concêntrica do seu limite⁴⁹. Esse crescimento mostra o modo como era pensada a ocupação do território. Assim como na colonização, acompanhado do caráter provisório dos limites urbanos havia a possibilidade infinita de ampliação do espaço urbano.

Em um primeiro momento, essas alterações eram decididas pelos vereadores municipais e integravam o Código de Posturas Municipais. Era nesse instrumento legal onde se estabeleciam os parâmetros para o desenvolvimento da vida urbana, interferindo nas questões relacionadas à infraestrutura, como dimensionamento e ocupação dos lotes, os parâmetros construtivos permitidos, o traçado das ruas, a vegetação urbana, o saneamento e o abastecimento de água. Dentro do seu escopo estavam inclusas medidas de características comportamentais, as quais poderiam variar desde a obrigatoriedade da manutenção da limpeza das ruas pelos moradores à proibição de criação de animais. Em suma, era através desse aparato que eram definidos os comportamentos legítimos de uma população urbana, visto que o poder dos vereadores não se estendia à área rural.

Dessa forma, quando se analisa os interesses privados que se beneficiaram com as melhorias de infraestrutura, é possível encarar uma outra faceta da ideologia do progresso, que é inerente ao sistema capitalista: **o território como mercadoria**.

Quando Raquel Rolnik (1999, p. 2) diz que a lei “[...] funciona como uma espécie de molde da cidade ideal ou desejável” é possível compreender o modo como a abstração permitiu projetar uma cidade ideal através de ideias e conceitos. Dessa forma, a realidade material pode ser desconsiderada em detrimento do pensamento racionalizado, ou seja, das ideias. Tal fato possui uma relação próxima com o mercado de terras, pois foi através da *desmaterialização* da arquitetura que se tornou possível construir uma *expectativa futura de valor* associada ao território e à terra, quantia esta que vai variar conforme a sua localização — fato que se relaciona diretamente com o acesso à infraestrutura — e se está dentro ou fora da lei (ROLNIK, R., 2019).

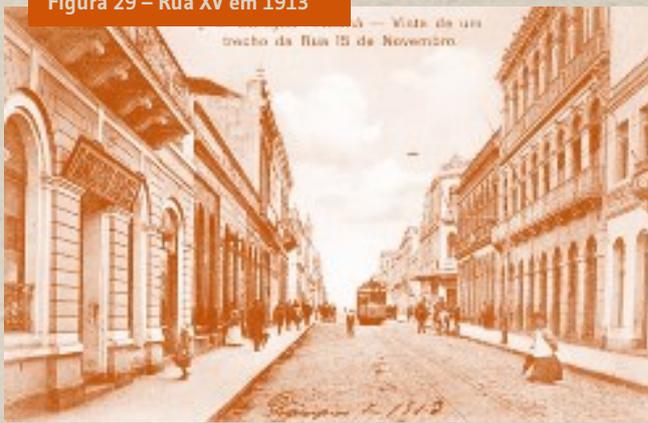
devido a iniciativa de uma empresa suíça através da importação de veículos da Bélgica. Somente a partir de 1941 que a Companhia de Força e Luz do Paraná (CFLP) passou a explorar os serviços (GARCEZ, 2006). Aqui é possível perceber como a instalação de infraestrutura urbana em Curitiba foi um negócio vantajoso para os capitais estrangeiros, fato que não se limitou apenas ao transporte, mas que também pode ser percebido na instalação da telefonia, no sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto.

⁴⁹ Para ver imagens da evolução urbana de Curitiba, retomar as páginas 65-66.

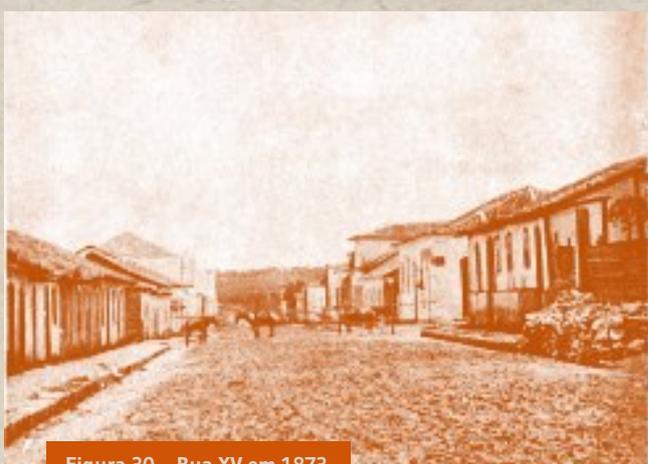
Vale destacar que a cidade idealizada normalmente são as representações dos desejos da elite, sendo, no primeiro momento, a representação da elite colonial e agroexportadora e, no fim do século XIX, os ideais da classe burguesa e industrial em ascensão (VILLAÇA, 1999). Estar *para dentro* desse limite exigia obediência às regras impostas pelos vereadores⁵⁰. Nesse caso, refiro-me aos aspectos construtivos das edificações, elemento que foi amplamente utilizado para expulsar a população indesejada dos centros urbanos⁵¹

Essa situação pode ser percebida, por exemplo, ao analisar as especificações impostas pelos Códigos de Posturas de Curitiba e pelos documentos da Câmara aprovados nos séculos XIX e XX, nos quais já em 1829 ficava proibida a construção de choupanas, sendo exigido que as edificações nas ruas principais tivessem pelo menos 18 palmos (aproximadamente 4 metros) de altura. Nos anos seguintes, estratégias similares foram aplicadas. A partir de 1895, passou a ser obrigatória para a execução de reformas e novas construções, a aprovação do projeto arquitetônico

Figura 29 – Rua XV em 1913



Fonte: coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022).



Fonte: coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022).

Figura 30 – Rua XV em 1873



Fonte: coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022).

Figura 31 – Rua XV em 1907

⁵⁰ Nesse momento é importante questionar: quem eram aqueles que faziam as regras? Sabe-se que não eram os homens e mulheres pobres, a população imigrante, escravizada ou indígena.

⁵¹ Essa estratégia também foi utilizada durante a colonização para separar os colonizadores dos colonizados. Caso necessário, sugiro retornar ao primeiro capítulo (p.31-32).

que não tivessem poder aquisitivo para respeitar os parâmetros construtivos não poderiam se instalar *dentro* do quadro urbano e seu lugar era *fora* do espaço cidadão (GARCEZ, 2006).

Essas legislações visavam atender à padrões de elegância e beleza que, na realidade, representavam a estética e os hábitos da elite, primeiro atendendo aos desejos da elite colonial e, posteriormente, aos anseios da elite urbana industrial e da classe intelectual. Contudo, a transição desses costumes não ocorreu por meio de uma sucessão natural.

Ao contrário, foi marcada por um conflito político que pode ser notado ao analisar o modo como se sucedeu a ocupação do território. No primeiro momento, as estéticas impostas pelos códigos de posturas possuíam fortes resquícios coloniais que se expressavam justamente na fisionomia arquitetônica da cidade. No entanto, esses traços herdados de Portugal marcados pelo passado de ex-colônia não eram capazes de expressar a individualidade característica da burguesia industrial em ascensão que encontrou a sua referência nas residências francesas. Essa impossibilidade da expressão fez com que os barões do mate construíssem seus palacetes fora do quadro urbano, visto que as legislações na área rural eram inexistentes ou mais brandas. Era no espaço



Figura 33
À direita a
Praça
Tiradentes e
ao fundo a
Igreja Matriz.

Fonte: coleção Júlia Wanderley da
Fundação Cultural de Curitiba (2022).



Figura 34
Praça Osório.

Fonte: coleção Júlia Wanderley da
Fundação Cultural de Curitiba (2022).



Figura 35
Rua Barão
do Serro
Azul vista
da Igreja
Matriz.

Fonte: coleção Júlia Wanderley da
Fundação Cultural de Curitiba (2022).



Figura 36
Rua Riachuelo

Fonte: coleção Júlia Wanderley da
Fundação Cultural de Curitiba (2022).

Rua Comendador Araújo

Fonte: Coleção Júlia
Wanderley da Fundação
Cultural de Curitiba
(2022).



Figura 37
Imagem de 1908.,
retrata a rua
Comendador
Araújo localizada
na porção leste
da cidade. À
esquerda
encontram-se os
trilhos do bonde.
À direita aparece
no primeiro
plano o palacete
da família Ross e
ao fundo o
palacete da
família Miró.

fora da lei que a arquitetura eclética encontrou espaço para se constituir como a linguagem dessa elite.

Uma situação ao mesmo tempo similar, mas muito diferente, ocorreu com a parcela da população que não possuía condições financeiras para construir suas habitações de acordo com as rígidas imposições exigidas no perímetro urbano. Portanto, também era o espaço *fora da lei* era permitido a eles.

Enquanto os palacetes instalados no meio do terreno foram legalizados em 1919, o custo da moradia triplicou entre o final do século XIX e início do século XX⁵³ (SUTIL, 1996). De que modo isso afetou as camadas populares em relação à habitação? Quando é definido que a legalidade está atrelada a lógica proprietária, automaticamente se insere *fora da lei* aqueles que não conseguem acessar o mercado formal de terras e, em consequência, também as espacializações produzidas por esse grupo.

Quando destacada a ausência de uma política de redistribuição das terras após 1888, fica evidente a exclusão do mercado de terras para a parcela da população que foi escravizada e teve seu trabalho explorado sem nenhuma remuneração durante a colonização. Apesar de terem sido, em geral, as suas mãos não-brancas que desmataram as florestas e construíram as ruas, casas e igrejas que compuseram essa cidade (LARA, 2018). Foram as suas mãos que extraíram o pau-brasil, que retiraram o ouro e a prata dos rios e das minas, seus corpos que derramaram o sangue e o leite que possibilitaram o capital necessário para que as assim intituladas metrópoles

⁵³ No final do século XIX, a moradia mediana custava em torno de 40\$ a 50\$, valor que em 1913 passou a ser entre 120\$ e 150\$ (VICTOR apud SUTIL, 1996).

dessem continuidade ao sistema de exploração da colonização e que encontrou suas ramificações na modernização.

São faces da mesma moeda, como afirma Escobar (2014), pois sem a colonialidade e a imposição de um modo de vida sobre o outro, não seria possível a modernização. Portanto, aqui é possível notar como os ideais da colonização se expressavam não somente na relação entre o Homem e a Natureza, mas também se expressaram no modo como foi efetivada a ocupação territorial. A sua presença estava no traço do desenho das cidades e da arquitetura, pois essa ciência, enquanto um instrumento, faz parte dos mecanismos de ação da ideologia dominante.

É um fato consagrado que o processo de modernização foi realizado partir da aplicação dos conhecimentos técnicos da engenharia, em que se destacaram no Paraná a atuação dos engenheiros negros baianos, os irmãos Antônio e André Rebouças⁵⁴, responsáveis pela construção da Estrada da Graciosa, da Ferrovia Curitiba-Paranaguá e do Chafariz da Praça Zacarias, sendo este último um importante marco nas obras sanitárias para abastecimento de água (SANTOS; BRAGA; BRUM, 2019). Cabe destacar, contudo, que a efetivação dessas obras somente foi possível devido ao trabalho realizado por mãos negras, indígenas e também imigrantes.

5 OCULTAMENTO E REPRESSÃO DO CORPO REBELDE: HABITANTES DE CURITIBA

No Brasil, diferentemente da Europa, os problemas urbanos não foram decorrentes da industrialização, pois até o início do século XIX era nas áreas rurais que se concentrava a maioria da população e o poder econômico de agroexportação. Com a instauração da República essa situação foi alterada e as cidades passaram a centralizar o poder econômico e político. Mas não somente, também as cidades brasileiras passaram a atrair o contingente populacional proveniente de outros países, resultando na chegada massiva de imigrantes.

As cidades não possuíam estrutura para abrigar esse aumento populacional de acordo com os parâmetros sanitários estabelecidos pela ciência, iniciando-se, assim, um processo de favelização e instauração de habitações coletivas insalubres como os cortiços (BAHLS, 1998). À demanda por habitação e infraestrutura somou-se o fim da escravidão, processo que legislativamente se desenvolveu na segunda metade do século⁵⁵ (PEREIRA, 1996).

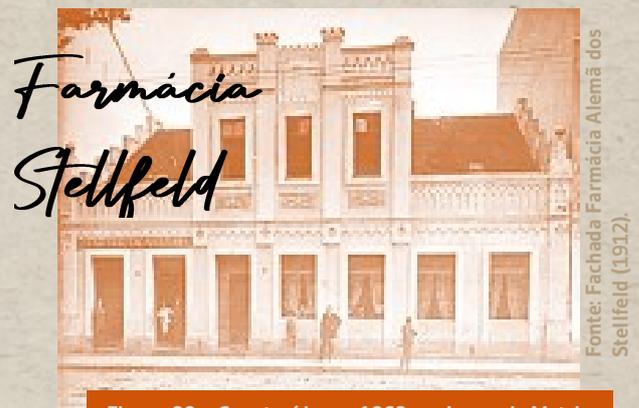
⁵⁴Os irmãos Antônio e André Rebouças acreditavam na modernização e na transformação social a partir das suas obras. Além disso, possuíam uma perspectiva crítica sobre a escravidão, em especial André Rebouças que defendia a necessidade de uma reforma agrária, inclusive com a distribuição de terras para os libertos (SANTOS; BRAGA; BRUM, 2019, p. 34)(SANTOS; BRAGA; BRUM, 2019).

⁵⁵ Legislativamente, o fim da escravidão se iniciou em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós que proibia o tráfico de pessoas escravizadas africanas no atlântico e foi dada continuidade com a Lei do Ventre Livre (1871), que instaurou a liberdade para as filhas e filhos de mulheres escravizadas; a Lei do Sexagenário (1885), que concedia a liberdade à população escravizada ao atingir 60 anos, contudo, eram poucos aqueles que atingiam essa idade; e, por fim, a Lei

No caso de Curitiba, o crescimento da cidade começou a ser expressivo no final do século XIX e a alta densidade populacional que as cidades como Rio de Janeiro e São Paulo apresentavam há alguns anos não era de fato uma realidade. Apesar disso, as práticas modernas importadas do outro continente foram aplicadas e justificadas enquanto ações preventivas para evitar o crescimento desenfreado, como estava sendo o caso de algumas cidades brasileiras. Foi somente entre as décadas de 1880 e 1890 que o número de habitantes dobrou na capital paranaense, marcando o maior crescimento populacional dentre as capitais brasileiras. Valor este que dobrou novamente nas décadas de 1900 e 1920, em especial com a chegada de imigrantes em condição de refugiados de guerra (GARCEZ, 2006).

Enquanto em locais como o Estado de São Paulo a mão de obra imigrante foi promovida para substituição dos escravizados, no Paraná a imigração foi incentivada para ocupar a área rural e realizar uma agricultura de subsistência.

Situação que foi amplamente incentivada pelos administradores públicos como solução para a crise de abastecimento decorrente da valorização do mate nos mercados externos⁵⁶. Para eles, os



Fonte: Fachada Farmácia Alemã dos Stellfeld (1912).

Figura 38 – Construída em 1863, no Largo da Matriz (atual Praça Tiradentes), marcou a chegada de novos métodos construtivos na cidade (SUTIL, 1996).



Fonte Casa dos Gerânios [189-].

Figura 39 – Construída em 1891 pela família Boscardim, apresenta fachada simétrica, cimalha – marcando o nível superior – e sótão (SUTIL, 1996).



Fonte: Planta aprovada para o avenida Visconde de Guarapuava (1913).

Figura 40 – Projeto de 1913. Exemplo de construção de madeira com sótão e lambrequins

Áurea (1888) que instituiu o fim da escravidão no Brasil, ao menos legislativamente. Além disso, a Guerra do Paraguai (1864-1870) teve grande impacto social, sendo muitos escravizados enviados à linha de frente em um sistema de substituição, sendo dada a alforria àqueles que prestassem serviços militares. Inclusive, no Paraná, a partir de 1867, muitos deles foram vendidos para o Estado Imperial para integrarem as tropas combatentes (BRITO apud HOSHINO, 2019).

⁵⁶ A valorização do mate no mercado internacional a partir da metade do século XIX levou ao aumento da quantidade de engenhos em Curitiba. Tal situação realocou a mão de obra utilizada na agricultura de subsistência para a economia

imigrantes, especialmente os europeus, por possuírem uma ética e costumes dentro dos modos ditos *civilizados*, seriam os ideais para a colonização do território. Ou seja, ao contrário da população local, acreditava-se que esses imigrantes compartilhariam das mesmas perspectivas positivistas do trabalho e de acumulação das classes dirigentes (MENDONÇA, 2015).

No entanto, a instalação predominante dos imigrantes em propriedades agrícolas se efetivou somente nos anos de 1870 e 1890. Entre os anos de 1800 e 1875 devido à precária infraestrutura de distribuição, poucos estrangeiros se tornaram proprietários nos locais onde foram alocados e muitos escolheram abandonar as colônias e permanecer na capital. Contudo, mesmo com a evasão da população imigrante foi notado um crescimento populacional em muitas colônias. De fato, a viabilização e a permanência, de muitos núcleos coloniais ocorreram pela ocupação da população denominada brasileira ou cabocla, constituída em sua maioria por ex-escravizados (MENDONÇA, 2015).



Figura 41 - Ilustração feita por Briggs (1845) intitulada *preto de ganho*, retrata o costume de alugar os escravizados para terceiros (PENA, 1990)

Quando analisada nos dias de hoje, o apagamento da presença desses indivíduos enquanto força de trabalho constituinte das colônias agrícolas significou uma tentativa de apagamento. E naquele período, esse ocultamento garantiu uma desqualificação do trabalho dessa população nacional (MENDONÇA, 2015). Situação que não se limitou aos espaços rurais, mas também no perímetro urbano de Curitiba e que pode ser percebida quando analisado os dados populacionais.

De fato, a força de trabalho presente no núcleo urbano não era composta somente por imigrantes europeus. Já em 1854 havia um número considerável de pessoas negras na cidade. Nesse período, do total de 20.629 habitantes, 8.168 eram pretos e pardos (39,6%) e apenas 1.768 eram escravos (8,6%). Esses dados tornam evidente que a maioria da população negra era livre, compondo 33,9% da classe trabalhadora livre (Westphalen apud HOSHINO, 2019).

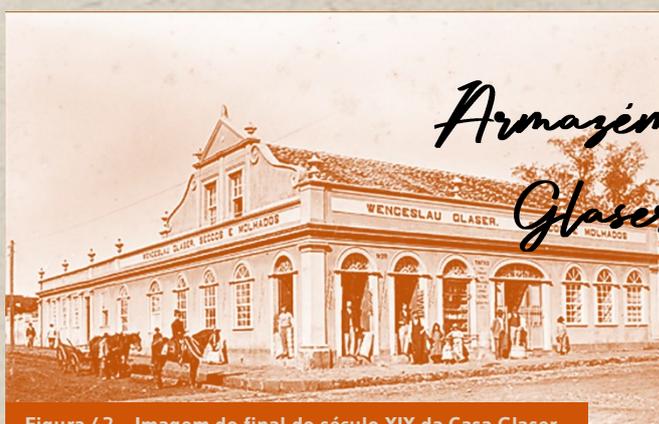
Paulatinamente a presença da população livre e dos escravizados foi ocultada, situação que pode ser percebida, por exemplo, na paisagem arquitetônica da cidade. Em um primeiro momento, Curitiba apresentava uma típica arquitetura colonial onde os serviços de pedreiro eram

ervateira, gerando uma crise de abastecimento. A partir desse cenário deu-se início as políticas de imigração empregadas pelo Estado (PEREIRA, 1996).

realizados em sua grande maioria pelos escravizados. As edificações eram térreas e executadas em taipa de pilão ou pedra, com cobertura de duas águas. As fachadas, compostas por janelas e portas voltadas para a rua, formavam um conjunto uniforme proporcionado pelas edificações construídas uma ao lado da outra. Inclusive, muitos destes trabalhadores negros mesmo na condição de escravizados participaram de importantes canteiros de obra da cidade, como a construção da Catedral Metropolitana de Curitiba⁵⁷ (GARCEZ, 2006), ou seja, o sistema escravagista não impedia que houvesse a especialização do trabalho (LAMB, 1994).

Posteriormente, na área da construção civil, a aplicação de tecnologias construtivas provenientes no continente europeu passaram a ser representantes da modernidade e foram popularizadas. Nas residências localizadas nas áreas centrais é possível perceber uma influência alemã e italiana com a presença do sótão habitável, o uso de calhas permitido pela utilização das platibandas, a presença de adornos nas fachadas, alteração da planta colonial com o uso do corredor lateral com acesso aos fundos do terreno. Não raro havia também exemplares construtivos de pedras e tijolos nas regiões não urbanizadas. Nas regiões periféricas, nota-se o predomínio de residências de madeira, com a presença de alpendre em uma das laterais e cobertura de duas águas adornadas por lambrequins (SUTIL, 1996).

Contudo, nem todos os recém-chegados conseguiram ser absorvidos no mercado de trabalho e aqueles que não possuíam conhecimento especializado ingressaram no contingente de mão de obra não qualificada e foram empregados pelo setor industrial nas madeireiras, olarias, pedreiras, assim como nas indústrias de erva-mate (GARCEZ, 2006). Nesses locais, inclusive, havia um predomínio da mão de obra negra (PEREIRA, 1996).



Fonte: Casa Glaser (2022).

Figura 42 – Imagem do final do século XIX da Casa Glaser, situado na esquina das ruas Comendador Araújo e Visconde do Rio Branco. Nesse local era feito o comércio de secos e molhados, ferragens, louças e tintas.

A partir de 1850, deu-se início ao período das grandes obras públicas de infraestrutura as quais foram utilizadas pela elite dirigente como estratégia para absorção da mão de obra excedente, inclusive a imigrante. Situação que produziu um fluxo emigratório para a capital da população livre do litoral e do interior da província do Paraná, assim como

⁵⁷ Enquanto era reconstruída a Catedral, após a sua demolição em 1875, muitos senhores concediam seus escravos para trabalharem na obra, sendo um deles o mestre de obras Vicente Moreira de Freitas. Em 1886, quando Gustavo Lazzarini assumiu a obra, o engenheiro se recusou a utilizar mão de obra escrava. Foi então criada a *caixa do socorro* e aos poucos foram compradas a liberdade desses trabalhadores (SANTOS; BRAGA; BRUM, 2019).

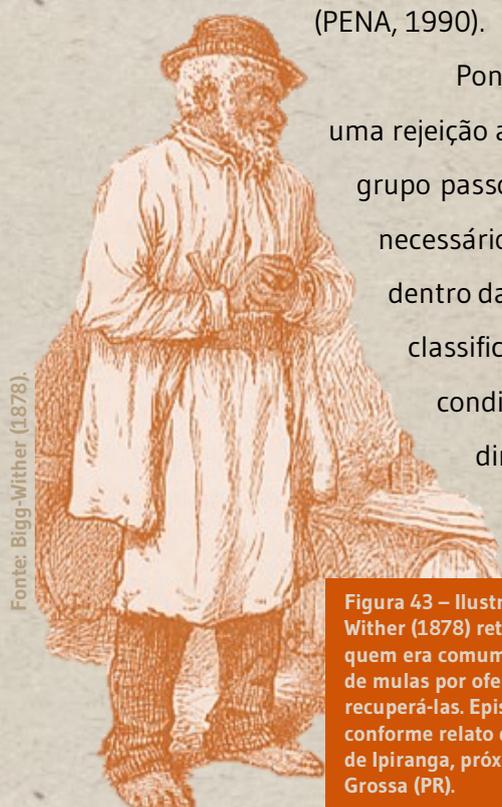
de indígenas provenientes da região de Guarapuava (GARCEZ, 2006). Nessas obras, também era comum a presença dos escravizados, alugados pelos senhores ao Estado (LAMOUNIER, 2008).

Situação semelhante aconteceu no setor comercial, onde esse grupo passou a ter uma presença predominante, onde muitas pessoas contratadas como atendentes eram imigrantes. A justificativa dada era a linguagem, pois era afirmado que a maioria dos donos de comércio e dos clientes eram também imigrantes (GARCEZ, 2006). Contudo, desde 1861 passou a ocorrer uma exclusão sistemática das pessoas escravizadas dos empregos que exigiam contato direto com a população, como era o caso do comércio formal⁵⁸.

Através de dispositivos legais, buscou retirar a população cativa da trama social ocorreu em paralelo ao fim do escravismo, como uma tentativa de minar os laços econômicos e afetivos entre os escravizados e a população livre (PEREIRA, 1996). Eram nos espaços das tabernas, dos armazéns, da venda e do botequim onde os escravizados vendiam os itens roubados os quais eram utilizados para pagar pela sua liberdade. Apesar da compra de itens roubados, assim como a sua presença em espaços de divertimento ser proibida, essa era uma prática habitual. A partir disso, eram forjadas alianças com as pessoas livres de condição similar, mas também com alguns proprietários, onde eram construídas redes de solidariedade que acobertavam os furtos e as fugas. Enquanto para a elite o roubo significava a violação do direito sagrado da propriedade privada, para os demais essas práticas tinham o intuito de melhoraria das suas condições de existência (PENA, 1990).

Pontuar esse ocultamento não objetiva de modo algum incentivar uma rejeição ao imigrante, mas busca mostrar o modo como a presença de um grupo passou a ser aceita e evidenciada enquanto outros foram omitidos. É necessário lembrar que dessa parcela, em especial a indígena e negra, dentro da dicotomia Cultura x Natureza, encontrava-se distante do que era classificado como *civilidade* (SHIVA, 2019). Portanto, esse apagamento condizia com o discurso de modernização engendrado pelas classes dirigentes, onde a civilidade e a moralidade estavam associadas ao progresso material, ou seja, à acumulação.

Havia uma rejeição por parte dos vereadores aos hábitos populares os quais desde a Independência passaram a adquirir vários hábitos da burguesia europeia. Decorrentes do acesso à educação formal, a



Fonte: Bigg-Wither (1878).

Figura 43 – Ilustração do livro de Bigg-Wither (1878) retrata João, um senhor a quem era comumente atribuído o roubo de mulas por oferecer o serviço para recuperá-las. Episódio se passou, conforme relato do autor, na povoação de Ipiranga, próxima à cidade de Ponta Grossa (PR).

⁵⁸ Era permitida a participação dos escravizados nos comércios ambulantes (PEREIRA, 1996).

aquisição desses costumes passou a ser um elemento de diferenciação socioeconômica. Dentro desse universo de crenças estava presente a ideia de que somente através da transformação dos costumes seria possível alcançar os resultados econômicos e políticos almejados. Dessa forma, a classe dirigente, composta exclusivamente por latifundiários, passa a crer no seu papel civilizatório e a cultura se torna um local privilegiado de intervenção do Estado (PEREIRA, 1996).

Contudo, alguns estrangeiros escapavam das definições idealizadas presentes nos discursos políticos de incentivo à imigração. De fato, seus costumes e hábitos, assim como a sua realidade material e os seus direitos políticos, ou a ausência deles, estavam mais próximos das camadas populares do que das elites. Da mesma forma, aos olhos das classes dirigentes não haviam grandes diferenças entre os escravizados e a população livre das classes baixas, pois “[...] na sociedade paranaense do século XIX, escravos, libertos, pardos, mulatos e brancos despossuídos formavam um grupo social bastante homogêneo culturalmente” (PEREIRA, 1996, p. 167).

Dessa forma, havia uma identificação entre esses grupos e que se efetivava, por exemplo, através do compartilhamento dos espaços de lazer, em especial nos bailes populares, também conhecidos como *sumpfs* pessoas de diversas etnias e classes sociais se reuniam para dançar e se divertir⁵⁹. Contudo, para as autoridades policiais, os ‘bailões’ organizados por alemães eram um ambiente de degradação e corrupção da moral, frequentado por bêbados e desordeiros. Esses espaços de convívio, em especial durante o Império, foram pouco a pouco minados através do amparo legislativo:

Uma das ocasiões que propiciavam a reunião dos trabalhadores eram os bailes alemães, chamados *Sumpfs*. Encontravam-se ali operários, criados, carroceiros alemães, e muitos outros estrangeiros e nacionais, inclusive libertos e escravos. Estes bailes populares foram frequentemente fiscalizados, através da intervenção policial. [...] Por reunir tantos trabalhadores, que [...] se deixavam corromper [...] pelos maus exemplos, esses divertimentos se tornaram objeto das atenções não apenas das autoridades policiais, mas também dos patrões e donos de escravos. Diversão e música pareciam indicar à elite um sintoma de rebeldia, de recusa a uma vida voltada às atividades laboriosas. Desde 1877 o decreto nº 491 proibira ajuntamentos de pessoas com música, dança e vozerias, nos botequins da cidade (LAMB, 1994, p. 89).

Seria essa proibição apenas uma tentativa de separar e homogeneizar os grupos e, assim, tornar possível a construção de um perfil social da população curitibana com características étnicas-raciais específicas, em que seria valorizada aquela parcela com ascendência europeia enquanto os demais seriam ocultados? No entanto, também esses imigrantes europeus não

⁵⁹ Enquanto Colônia, as danças eram permitidas com o objetivo de impedir revoltas, ao passo que as manifestações religiosas eram sistematicamente reprimidas (PEREIRA, 1996).

tiveram o seu ócio restringido? Logo, seria possível mapear uma relação entre essa tentativa de separação da classe trabalhadora e a proibição dos momentos de diversão como estratégia de impor o disciplinamento do trabalho e de extinguir os laços de solidariedade entre os despossuídos?

Dentro dos ideais positivistas do trabalho, o lazer era considerado como um momento de descanso reparador e estava diretamente relacionada à produtividade, havendo uma evidente associação entre o trabalho e o lazer. Frequentar esses bailes auxiliava na construção daquilo que eram considerados maus hábitos, os quais influenciavam na regularidade da produção e no comportamento dos trabalhadores:

Afinal, festejar após a meia-noite, quando os bailes começavam a esquentar, como nos informa o chefe de polícia, traria com certeza efeitos negativos à eficácia e à regularidade dos trabalhadores do dia seguinte (PENA, 1990).

Aos olhos da elite a conduta da população nos bailes populares não era morigerada⁶⁰ e, na realidade, era um desvio do perfil identitário que se buscava construir do paranaense, enquanto um povo pacífico e trabalhador. Contudo, devido às novas tendências burguesas que incluía a dança dentro das atividades de divertimento, a proibição dos bailes públicos foi pouco a pouco sendo revogada. Em seu lugar tornou-se obrigatório o pagamento de uma taxa para a sua realização, assim como a responsabilização dos organizadores em impedir o consumo excessivo das bebidas alcoólicas e outras ações que pudessem gerar desordem. Dessa forma, para manter os seus espaços de diversão, as camadas populares urbanas tiveram que abrir mão dos seus hábitos em detrimento dos comportamentos presentes nos bailes públicos da elite.

Enquanto os *sumpfs* passaram a ser aceitos na cidade, os batuques ou fandangos continuaram a ser reprimidos pelas autoridades. Desde o final do século XVIII esses espaços de bailes populares, característicos da população negra⁶¹, foram sumariamente perseguido pelas autoridades locais e pela elite, como pode ser percebido nas Posturas Municipais de 1829:

Tendo sido sem proveito todas as providências policiais até agora dadas, para se extirparem os batuques, que sem mais razão que a corrupção dos costumes, se têm arraigado neste Povo, e que dão azo à perpetração de muitos delitos que resultam da promiscuidade de ambos os sexos da classe imoral de escravos, e libertos, que não fazem tais ajuntamentos senão para dar pasto à devassidão e à

⁶⁰ Amplamente utilizado pelas classes dominantes do Paraná do século XIX, morigerado assinalava o indivíduo possuidor das qualidades ditas como positivas e que tinham como modelo uma idealização do camponês europeu (PEREIRA, 1996).

⁶¹ Apesar do jongo ser considerada a dança associada à população negra, em Curitiba esse termo não aparece na legislação municipal. Dessa forma, pode-se considerar que na capital, assim como no restante da Província, não havia uma distinção entre o fandango e o batuque, sendo ambos definidos como danças negras (PEREIRA, 1996).

desordem da crápula, com ofensa manifesta da moral pública, e tranqüilidade dos Povos (PEREIRA, 1996, p. 164).

Como pode ser percebido no trecho acima, esses ajuntamentos eram considerados espaços de desordem, capazes de corromper os costumes e, sobretudo, um local de ofensa à moral pública (burguesa). A sua proibição nos espaços públicos foi seguida pela restrição também nas propriedades privadas. Em 1839 essas atividades passaram a ser permitidas nos casamentos, ou seja, em festas comemorativas específicas realizadas nos espaços privativos, onde as famílias morigeradas poderiam se permitir ao desvio. Essa decisão também marcou, de modo inédito, a interferência dos vereadores em todo o município e não somente na área urbana e seus arredores, marcando o início da influência das normas urbana também nas áreas rurais (PEREIRA, 1996).

A partir disso, é possível perceber uma divergência dentro da elite curitibana, onde uma parcela desse grupo resistia em abandonar os costumes populares. Em especial quando a dança era, justamente, um dos aspectos culturais de diferenciação. Podemos perceber um dos aspectos desse conflito, por exemplo, ao analisar a descrição das danças presentes nas festas populares:

Em passo batido e lento, mas rítmico, acompanhando as violas, os homens começaram primeiro a dança, adiantando-se e retirando-se para o centro do círculo alternadamente, e as mulheres também batiam os pés, mas não avançavam. Ao fim de doze compassos musicais, todos em conjunto, homens e mulheres, batiam palmas três vezes, o que servia de sinal para que todos dessem maior intensidade aos movimentos de corpo e batessem com mais força no chão. Durante aqueles minutos que pareciam intermináveis, tivemos então de bater os pés também sobre o soalho pesado, sacudir os braços e o corpo e bater palmas. À proporção que a dança continuava a agitação ficava mais forte, a voz se transformava em grito, o menear do corpo, antes gracioso, tendia a contorções violentas [...] (BIGG-WHITHER apud PEREIRA, 1996).

Os gestos corporais presentes nesses bailes eram repletos de alusões sexuais os quais ofendiam o pudor das classes dominantes recentemente adepta à moralidade burguesa. Essa situação talvez consiga, em parte, explicar a repulsa moral das elites em relação às camadas populares, visto que as danças culturais ou folclóricas que conhecemos hoje, provavelmente, não são as mesmas danças antigas paranaenses as quais detinham um vigor ou mesmo uma *lascividade*. Inclusive, muitas das danças consideradas típicas dos países europeus foram produtos de constituição étnica híbrida exportadas da América Latina, como é o caso da Chula e dos fandangos⁶² (PEREIRA, 1996).

⁶² A chula, por exemplo, conhecida como uma dança folclórica de Portugal é, na realidade, um produto latino-americano etnicamente híbrido levado à Europa por brasileiros negros. Amplamente difundida entre as classes baixas portuguesas, foi inclusive proibida no século XVIII em Portugal. Também os fandangos em a sua origem na América Latina e, assim como a chula, eram representações explícitas de provocações sexuais (PEREIRA, 1996). “[O fandango] veio da América para a Espanha por volta de 1700, e fez com que uma testemunha comentasse que ‘me pareceu

Esse tipo de expressão, por exemplo, não acontecia nos salões de bailes quando estes se tornaram o divertimento preferido das classes dominantes a partir da metade do século XIX. Ao invés, nesses espaços *públicos* repetiam-se as mesmas danças, a valsa e o xote, presente nos salões da burguesia e da aristocracia Europeia no final do século XVIII e durante o século XIX⁶³. Com a aderência da elite curitibana ao modismo europeu, os bailes populares passaram a ser admitidos, contudo, foram delegados aos espaços privados (PEREIRA, 1996).

Dessa forma, através da legislação, do uso da força policial ou pela sua simples presença com o intuito de vigiar, buscou reprimir e desarticular os espaços de convivência e de sociabilidade das camadas populares. A proibição das congadas, dos batuques, dos bailes e dos fandangos não foi uma ação isolada, mas foi estendida para as demais práticas populares possíveis de serem realizadas nas ruas, praças e mercados (GILLIES, 2014). O intuito era conter os corpos rebeldes, pois a sua desobediência, individual ou coletiva, representava para a elite um perigo à segurança e à paz⁶⁴.

Batuque



Figura 46: Ilustração de Monthelie do séc. XIX retrata um tipo de dança comum entre as camadas populares, o batuque.

Fonte: Rugendas (1835).

impossível que, depois de uma dança dessas, a moça pudesse recusar qualquer coisa ao seu parceiro! A testemunha devia saber do que estava falando, pois seu nome era Casanova” (BURKE apud PEREIRA, 1996, p. 174).

⁶³ A valsa, derivada das danças camponesas europeias, também foi criticada por permitir que os homens colocassem a mão nas cinturas das mulheres (PEREIRA, 1996).

⁶⁴ Segundo Lamb (1994), dentro dos valores dominantes, tanto na esfera individual quanto coletiva, havia uma sucessão onde a segurança propiciaria o trabalho e asseguraria, assim, o progresso.

É nesse sentido que se insere, a partir de 1861, a proibição das manifestações carnavalescas, das cantorias nas ruas, dos ajuntamentos de escravos com tambores nos espaços públicos, nos domicílios e nas casas de bebidas ou tavernas. Essas medidas foram feitas baseadas na crença de que a desordem estaria presente em qualquer concentração de indivíduos ligados às camadas populares ou ao mundo do trabalho. Estigma que pode ser percebido no trecho publicado no jornal *Gazeta Paranaense*, em 1882:

Um policiamento permanente no chafariz do Largo Zacarias é uma necessidade para evitar as desordens que diariamente ali se dão, devido ao contínuo ajuntamento de negros, criados, colonos e soldados carregadores de água. Temos presenciado muitos fatos revoltantes que se têm dado, e se continuar a falta de policiamento no lugar lamentaremos ainda alguma desgraça (PENA, 1990).

Por ser uma das fontes de abastecimento de água, o Largo Zacarias, assim como as demais fontes e chafarizes da cidade, esse local era amplamente frequentado pela população, “ora

para trabalhar no carregamento de água, ora para participar do pequeno comércio ambulante que circundava o chafariz e ora ainda para passear e trocar ideias com outras pessoas” (PENA, 1990).

Contudo, essas presenças somadas à ausência de policiamento indicava uma suposta certeza de infortúnio iminente. Assim, é perceptível uma associação dos trabalhadores com a criminalidade e a desordem, tanto por parte da imprensa, como da instituição policial e dos políticos da época.



Chafariz da Praça Zacarias

Figura 44 – Pipeiro enche barril para vender água de porta em porta (BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS,

Fonte: Chafariz (2022).

Carregadores de água

Fonte: Rugendas (1835).

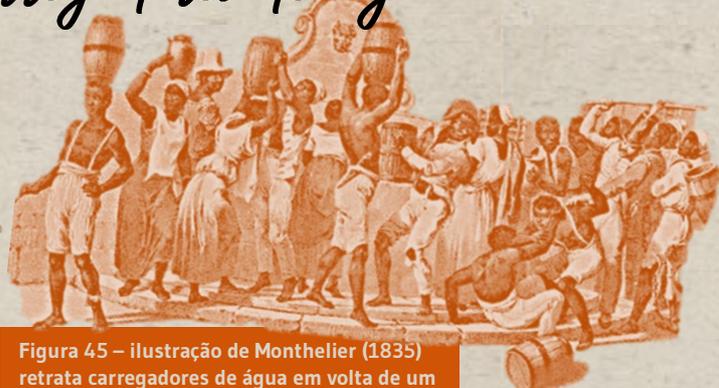


Figura 45 – ilustração de Monthezier (1835) retrata carregadores de água em volta de um chafariz. No canto direito uma autoridade policial está deferindo golpes em uma pessoa caída no chão.

Da mesma forma se deu a perseguição da capoeira e a sua criminalização que integrou o código penal de 1890⁶⁵. No entanto, ela amedrontava a elite, por ser uma “tradição rebelde com fortes raízes escravas” (SOARES, 1998, p. 6). que aconteciam nos espaços públicos e estavam incorporadas nas tarefas do dia a dia, enquanto buscavam água nos chafarizes ou nos demais espaços em que circulavam. Em Curitiba, os primeiros relatos da prática da capoeira aparecem no final do século XIX e, como fica evidente, essa atividade não se restringia aos homens:

Às 7 horas da manhã, deu-se hoje na rua Barão do Serro Azul, um facto escandaloso, de que a polícia não teve conhecimento. Um soldado embriagado jogava capoeira com uma mulher. Conclusão: tabefes e sangue (NOTÍCIAS E FACTOS, 1900, p. 2)

Esses relatos, presente nas colunas policiais da imprensa, mostram a associação entre a capoeira e a desordem, onde os seus praticantes são associados à bebedeira e a violência. Quando se analisa os dispositivos legais, fica evidente o principal objetivo desse regulamento, a preservação do



Figura 48 – Ilustração de Monthelier do século XIX mostra uma roda de capoeira

Fonte: Rugendas (1835).

Lembro-me das lavadeiras... elas então proibidas de lavar as roupas nos chafarizes... A estátua da Maria lata d'água na frente do Paço municipal me lembra daqueles que trabalhavam com afazeres domésticos e iam buscar água no chafariz.



Figura 47 – Maria Fonte: A autora

⁶⁵ A capoeira era uma atividade estereotipadamente identificada com a população negra — escrava ou livre —, a capoeira fez parte da cultura urbana das camadas populares do século XIX em que pessoas de diferentes origens, etnias e classe. Devido ao manejo de facas, era considerada uma atividade violenta e majoritariamente praticada por homens. Entretanto, há relatos de algumas mulheres praticantes de capoeira já no século XIX, nas regiões do nordeste e norte do Brasil. Caso queira se aprofundar na temática sugiro as leituras *O reinado das mulheres: a capoeiragem feminina no norte do Brasil* (OLIVEIRA; LEAL, 2009) e *Capoeiras – Bahia, século XIX: imaginário e documentação* (ABREU, 2005).

domínio do poder senhorial herdado da colonização. E mesmo que o seu cumprimento não fosse rigoroso, era um instrumento à disposição, caso fosse necessário (PENA, 1990).

Como explicado anteriormente, as posturas municipais representavam o modelo de cidade. Essa idealização, contudo, não se restringia aos aspectos arquitetônicos e espaciais. De fato, a lei representava o ideal de organização social almejado pelas elites e autoridades locais. É gritante a disparidade entre a Curitiba real, composta por uma diversidade, com predomínio das

populações não-brancas e distante do irreal desejo de um território civilizado pelos imigrantes.

No entanto, várias disposições estabelecidas nos Códigos de Posturas de Curitiba remontam às legislações Portuguesas no período da Idade Média, sendo muitas das *Ordenações* replicadas nas posturas do século XIX. Quando analisado o texto de 1861 (PEREIRA, 1996, p. 20–21), foi aprovado pelos vereadores



Figura 49 – Fotografia de 1905 retrata várias carroças aglomeradas na frente do Mercado

Fonte: coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (FCC).

curitibanos que “Toda pessoa que em lugar público injuriar a outrem com palavras infames ou indecentes, ou gesto da mesma natureza [...]” sofria punições por multas ou até mesmo prisão. Essa norma continuou nas posturas de 1895, sendo circunscrita para o espaço dos mercados, ficando vedado “[...] ajuntamentos inconvenientes, danças, vozerios, palavras obscenas dentro dos mercados [...]”.

Essa tentativa de evitar a desordem aparece nas cidades portuguesas medievais, sob a justificativa dos vereadores de advogarem pela instauração da paz e segurança nas ruas públicas. Contudo, para Santos e Pereira (2003), essas leis não eram voltadas ao controle da moral ou para impedir ataques de violência. Na realidade, o seu objetivo era a manutenção da ordem nos espaços de comercialização, ou seja, a intenção era manter a ordem do mercado. Em especial quando as ameaças genéricas desses textos tinham como um alvo específico, as *mulheres vendedoras ambulantes*. Tal afirmação pode ser feita quando analisado o corpo dos textos medievais, onde eram elas as sujeitas passíveis de punição, como podemos ver o caso da cidade de Lisboa, no século XV:

Item – Mandaram que *qualquer mulher* que doestar [insultar] outra mulher ou homem ou ferir ou escalavrar ou lhe romper o véu da touca ou doestar em feito

de más palavras, por trejeito ou por remoque [insinuação, zombaria] que pague por cada vez 14 reais e meio se for vezeiras que os ditos juízes a *mandem presa e que fique aos vereadores da dita cidade de a mandarem degradar ou enfrear* [por freios, como nos animas de montaria] ou *lhe dar outra pena* em que semelhante caso couber (LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS apud PEREIRA; SANTOS, 2003, p. 21, grifos meus).

O enfreamento como punição para as mulheres aparece anos antes no Regimento da Cidade de Évora, datado do século XIII. Na seção específica *Título das bravas* previa-se às mulheres reincidentes que fossem “enfreada e degradada publicamente com freio na boca fora da cidade até mercê d’el-Rei” (REGIMENTO DA CIDADE DE ÉVORA apud PEREIRA; SANTOS, 2003, p. 20). A continuação desse dispositivo pode ser percebida na cidade de Braga, em 1550:

Acordaram mais, *vista a grande devassidade que vai em as mulheres*, e pouco sentido e desconhecimento de Si mesmo não olhando com as línguas danam em si e a outrem a se desonrarem e dizerem palavras desonestas umas às outras [...] querendo ver se pode remediar [...] acordaram e mandaram que *quais quer mulheres de qualquer sorte e condição* que sejam que pelejarem, a acometedora pague pena por cada vez [...]” (REGIMENTOS MUNICIPAIS DE BRAGA apud PEREIRA; SANTOS, 2003, p. 21, grifos meus).

Percebem as semelhanças existentes entre as Posturas Municipais de Curitiba do século XIX com as leis de Portugal nos séculos XV e XVI? Pergunto-me por que seriam as mulheres as sujeitas específicas dessas leis, especialmente quando elas não agiam de acordo com as virtudes identificadas com o feminino. Séculos depois as punições se modificaram, mas a violência patriarcal e misógina da qual falaram Shiva (2021) e Mies (2021) permanecem.

Os freios nas bocas foram abandonados, mas a punição para as mulheres desviantes atravessou os oceanos e os anos, encontrando uma reminiscência nos territórios além-mar. No Brasil Imperial do século XIX, muitas mulheres pobres dependiam do trabalho autônomo na comercialização de biscoitos, bolos e doces para a sua sobrevivência. Em geral analfabetas, elas dependiam da palavra falada para efetivação das suas transações feitas verbalmente. Era, portanto, comum as discussões e reclamações, assim como os “[...] bate-papos intermináveis à soleira das portas, dos conchavos junto aos tabuleiros nas ruas, pontes, condição precípua de suas agências de sobrevivências” (DIAS, 1995, p. 20).

A sua condição de alvo dos preconceitos da elite provinha de dois fatores. O primeiro era relacionado a sua inserção no mundo do trabalho, onde havia um menosprezo a qualquer atividade voltada à subsistência. O segundo era por não se enquadrarem nos modelos familiares da elite voltado à herança e transmissão da propriedade privada, essas mulheres pobres – brancas, escravas e forras – eram relegadas à condição de excedentes sociais, como mães-solo ou concubinas. Apesar de não se adequarem ao papel da mulher branca instituído pela sociedade colonial⁶⁶, essa ocupação permitiu às vendedoras gozar de uma maior autonomia, circulando nos espaços públicos dos mercados, praças, ruas, fontes e chafarizes, onde além do comércio miúdo podiam oferecer serviços de cozinheira e lavadeira (DIAS, 1995).



Figura 50 – Ilustração de Julião (1740-1811) retrata uma mulher negra carregando uma criança branca em um pano amarrado às costas, um tabuleiro com cana e frutas na cabeça.

Fonte: Julião [17-].

Outros questionamentos aparecem quando consideramos o contexto da escravidão em que, a partir de 1850 até 1888, o comércio ambulante era o único tipo de transação comercial permitida aos escravizados. Inclusive, aqueles que tinham lotes autônomos⁶⁷ utilizavam esse espaço para vender a sua produção de alimentos agrícolas. Portanto, era através do comércio ambulante que a população cativa conseguia integrar na trama social da qual paulatinamente buscavam excluí-los (PENA, 1990).

Quando analisado o contexto das relações familiares da população escravizada, o retrato mais frequente dos núcleos familiares na Comarca de Curitiba em 1875 eram aqueles compostos por solteiras sem filhos ou com filhos – mães solo na linguagem atual⁶⁸. Ao considerar o predomínio das mulheres nas atividades domésticas, somado ao fato de que na capital quase 50% dos escravizados eram domésticos (PENA, 1990), pergunto-me se muitas delas também não foram vendedoras ambulantes. Seria essa a ocupação de muitas dessas mulheres após a alforria?

⁶⁶ Na sociedade colonial, as mulheres brancas eram compreendidas como reprodutoras e transmissoras dos símbolos da ascendência colonizadora através da cor, língua e religião (DIAS, 1995).

⁶⁷ Alguns senhores de escravos concediam lotes autônomos para a realização de plantio. Argumenta-se que essas concessões eram estratégias para o controle da mão de obra ou para a diminuição dos custos reprodutivos. É inegável o caráter funcional dos lotes, contudo, os mesmos não podem ser compreendidos apenas como tática de dominação. Uma outra perspectiva permite compreendê-los como resultado dos embates empregados pelos cativos na conquista de espaços de liberdade. Essa afirmação se comprova pelos relatos em que escravos plantavam para a comercialização independente dos seus senhores e, em alguns casos, reagiam violentamente à interferência dos mesmos em seus negócios ou nas tentativas de extinguir o seu direito de usufruto dos lotes (PENA, 1990).

⁶⁸ Esses dados foram retirados do Departamento de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Curitiba – livro de “classificação dos escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação”, de 1875. Relativos à Comarca de Curitiba, inclui os municípios de Votuverava, São José dos Pinhais, Arraial Queimado, Curitiba, Campo Largo e Iguacu. Do total dos 1.639 indivíduos da amostra, 719 (43,9%) possuíam família. Desse valor, 440 (61,2%) eram mulheres solteiras ou viúvas, sendo 42,7% eram mães e 18,5% não possuíam filhos (PENA, 1990).

A partir disso, seria correto classificar as normas comportamentais presentes nas legislações brasileiras do século XIX somente como uma imposição dos costumes da modernidade? No entanto, por que quando essas leis são analisadas a partir dos recortes – gênero, classe e raça – surgem outras interpretações capazes de mapear a violência de cunho capitalista, patriarcal e racista? Vocês lembram que algumas páginas acima falei sobre o modo como a eliminação dos conflitos para a instauração de uma homogeneidade e harmonia são necessárias para a constituição do progresso?

Assim como os desvios comportamentais dessas mulheres eram considerados uma desordem que precisava ser corrigido, a concepção da natureza como caótica e necessária de ser dominada pelo homem *compartilham da mesma fonte de violência*. Quando as leis são analisadas partir dos recortes é possível perceber o modo como as formas de opressão baseadas no pensamento hierárquico e binário se efetivaram, constituindo-se enquanto uma ideologia.

Conforme articulado nesse capítulo, é possível perceber que o uso ideológico da arquitetura e do urbanismo associados ao discurso do progresso e da modernidade se efetivou na Curitiba do fim do século XIX. Tal situação aparece, por exemplo, quando analisados os parâmetros construtivos estabelecidos para o perímetro urbano entre o século XIX e os primeiros anos do século XX⁶⁹. Esses critérios estabeleciam o que era permitido dentro do quadro urbano e, em consequência, aqueles que não obedecessem a tais preceitos deveriam se instalar fora do espaço citadino. Essas legislações visavam atender aos padrões de elegância e beleza que, na realidade, representavam a estética e os hábitos da elite. Em um primeiro atendendo aos desejos da elite colonial e, posteriormente, aos anseios da elite urbana industrial e da classe intelectual. De fato,



⁶⁹ Conforme explicado na página 76, desde 1829 era proibido a construção de choupanas e tornava obrigatório nas principais ruas da cidade que as edificações possuíssem 18 palmos (aproximadamente 4m). Em 1895, todas as reformas e novas construções deveriam possuir projeto realizado por profissional especializado e aprovado na prefeitura. Dez anos depois, em 1905, passa a ser permitido somente sobrados de 2 e 3 pavimentos nas principais ruas da cidade. Um ano depois, em 1906 passa a ser proibida construções com fachadas de madeira.

foi na arquitetura eclética que a burguesia encontra a linguagem capaz de expressar a individualidade proprietária presente nesse novo habitat urbano, expresso nas casas burguesas. Da mesma forma, o urbanismo embelezador foi capaz de unir a infraestrutura à estética.

Quando analisado a partir da Natureza, é possível perceber que as obras de infraestrutura, de saneamento e de lazer associadas ao discurso do progresso, somente foram possíveis pela instituição de uma hierarquização da Cultura sobre a Natureza. Enquanto no período colonial a Natureza era compreendida como caótica, em oposição à racionalidade do espaço urbano, no século XIX a Natureza *domesticada* passou a representar os ideais de beleza e prosperidade, tendo como marco dessa mudança em Curitiba a construção do Passeio Público em 1888. A partir disso, deu-se cabo ao processo de expansão urbana e segregação espacial fortemente associadas ao acesso à infraestrutura urbana na capital paranaense.

Esse domínio da Cultura em relação à Natureza não se limitou aos elementos naturais, mas também incluiu a parcela da população considerada como não-civilizados, ou seja, seus corpos. Enquanto havia uma aceitação do imigrante europeu, compreendido pela elite como civilizado, foi construído um ocultamento da população não-branca na cidade de Curitiba. Entretanto, os escravizados, libertos e brancos despossuídos formavam um grupo social bastante homogêneo. Situação, esta, conflitante com a crença das classes dirigentes de que os resultados econômicos e políticos desejados seriam alcançados através da transformação dos costumes da população.

A partir disso, passa a ser necessário conter os corpos rebeldes, visto que a sua desobediência, individual ou coletiva, representava para a elite um perigo à segurança e à paz. Para isso, o aparato legislativo foi amplamente utilizado e as posturas municipais se mostraram uma representação do modelo de cidade ideal, tanto em relação aos aspectos arquitetônicos e espaciais, mas também em relação ao ideal de organização social desejado pelas elites e autoridades locais.

O poderio da Cultura sobre a Natureza articulado pelo discurso da modernização e do progresso esteve presente desde a colonização, através da atribuição de uma superioridade da cultura ocidental sobre as demais. Essa relação também esteve presente na classificação e hierarquização dos corpos, onde aqueles não-brancos foram alocados do outro lado do espectro Cultura/Natureza. Tal situação permaneceu nos séculos seguintes, constituindo o sistema da modernidade/colonialidade. No entanto, seria possível afirmar que houve uma continuidade dessa situação no século XX? Se sim, de que modo isso ocorreu?

Polícia do Estado do Paraná
Gabinete de Identificação
SYSTEMA VUCETICH
CURITIBA

| SECÇÃO | | SERIE |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| MÃO ESQUERDA | MÃO DIREITA | |
|  | POLEGARES II |  |
|  | INDICADORES I |  |
|  | MEDIOS II |  |
|  | ANULARES II |  |
|  | MINIMOS II |  |

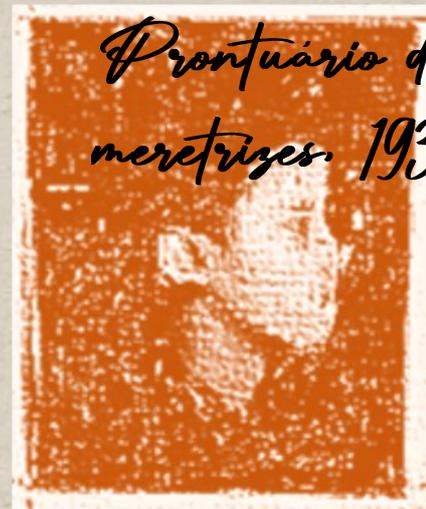


Figura 52 – Prontuário de Meretrizes, 1935
 Fonte: Aguiar (2016).

Identificação das meretrizes feita pela Delegacia de Costumes e pelo Gabinete de Identificação e Estatística. A criação de ambas instituições no final da década de 1930 representa o início da modernização das instituições policiais na capital paranaense (AGUIAR, 2016).

CAPÍTULO 06

CORPO E CIDADE

protagonistas para a construção de
uma nova identidade coletiva e
homogênea na primeira república
(1889-1930)

1. individualismo, disciplina e superação de si: novos ideais estéticos do corpo, biologização da natureza e a importância da mulher-dona-de-casa para a manutenção dos ideais republicanos
2. modernização da instituição policial: racionalização do processo de controle dos corpos desviantes para a manutenção da paz e preservação da ordem
3. urbanismo como disciplina científica e a cidade como organismo vivo
4. o urbanista e as possibilidades de concretização do desejo de modernização: rearranjo do espaço urbano para controle da propagação da desordem e caos
5. agache no brasil: tradução do seu pensamento para a realidade brasileira
6. início do urbanismo científico em curitiba: inauguração de uma nova concepção sobre o espaço urbano com agache e a importância dos meios de comunicação
7. plano agache (1943-1945): leitura a partir das lentes feministas de análise
8. continuidades...

CORPO E CIDADE: PROTAGONISTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE COLETIVA E HOMOGÊNEA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Nesse capítulo será analisado o modo como foi construída **a relação entre corpo e cidade** no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, aproximados enquanto um organismo vivo. Em consequência desse organicismo presente no campo científico desse período, tal perspectiva influenciou no processo de constituição do urbanismo enquanto uma disciplina científica.

O panorama técnico-científico do período em questão com enfoque nas concepções sobre o corpo, em especial na abordagem funcionalista amplamente difundida no âmbito acadêmico. O urbanista, como especialista das cidades, ficou encarregado de identificar os problemas corrigindo-os através da aplicação de técnicas terapêuticas específicas.

Essa perspectiva tecnocrata de ambos — corpo e cidade — somente foi possível através da instituição de parâmetros constituinte de uma cidade-corpo saudável, moral e disciplinada em oposição à cidade-corpo desviante, doente e imoral. Logo, seria possível afirmar que as renovações urbanas e a modernização dos costumes são facetas da mesma ideologia tecnocrata e funcionalista?

Contudo, de que forma a formação dessa disciplina influenciou as percepções acerca do corpo e do território? Quais concepções sobre o corpo e a cidade foram engendradas pelo discurso do urbanismo?

1 INDIVIDUALISMO, DISCIPLINA E SUPERAÇÃO DE SI: NOVOS IDEAIS ESTÉTICOS DO CORPO, BIOLOGIZAÇÃO DA NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA MULHER-DONA-DE-CASA PARA A MANUTENÇÃO DOS IDEAIS REPUBLICANOS CORPO COMO PROTAGONISTA

Diferentemente das demais regiões onde predominavam as produções de caráter oligárquico herdeiras da colonização, na Província do Paraná do final do século XIX predominava a exportação da erva-mate⁷⁰. Representada pela burguesia industrial do mate, a sua formação e desenvolvimento foram relacionados aos fatores humanos e econômicos específicos da região, os quais proporcionaram particularidades que a distanciariam tanto da burguesia industrial europeia quanto daquela brasileira que viria a se desenvolver.

Por constituírem uma economia predominantemente urbana, a instalação de engenhos de erva-mate gerou mudanças significativas em Curitiba. Em especial com reconstrução da Estrada da Graciosa na década de 1870, produzindo um aumento significativo da quantidade de

⁷⁰ Para uma explicação sobre o desenvolvimento da indústria da erva-mate, retornar ao capítulo anterior.

engenhos⁷¹. A partir disso, deu-se cabo a uma nova dinâmica ao espaço urbano da capital. Foi incentivado o seu crescimento, demográfico e territorial, assim como corroborou para a instalação de infraestrutura voltada ao transporte. Além disso, nos momentos de valorização do produto nos mercados de exportação tornava-se vantajoso, tanto para a população-livre quanto para aquela escravizada⁷², abandonar a agricultura de subsistência e ingressar na economia do mate⁷³.

A segunda metade do século XIX foi marcada por crises de abastecimentos e pela desagregação do escravismo, afetando diretamente os grandes latifundiários dos campos gerais. Detentores do monopólio político, esse grupo era encarregado pelos aparatos legais e fiscais a nível regional, condição que garantiu a eles a manutenção dos valores e instituições coloniais⁷⁴ (PEREIRA, 1996).

Nesse contexto, a burguesia do mate, que durante os governos colonial e monárquico não possuía representação política, passou a dividi-lo com a elite oligárquica⁷⁵. Apesar das diferenças⁷⁶, esses grupos compartilhavam do desprezo às camadas pobres e populares, especialmente da sua cultura. Para eles, portanto, a modernização, não deveria se restringir aos aspectos físicos, essas mudanças, sobretudo, deveriam ser feitas na sociedade como um todo. A extinção dos hábitos antigos tornou-se imprescindível, substituindo-os pelos novos comportamentos da burguesia europeia, considerados civilizados e mais adequados à nova vida posta pela modernidade⁷⁷ (PEREIRA, 1996).

Após quase 300 anos, o projeto utópico iluminista de proprietários livres se efetivou do outro lado do atlântico em terras latino-americanas. Em um contexto pós abolição de grande incerteza sobre a estruturação do mercado de trabalhadores livres, os ideais franceses expressos

⁷¹ Muitos engenhos que se localizavam no litoral paranaense foram realocados para os arredores da capital com o objetivo de se aproximar dos ervais (PENA, 1990).

⁷² Como explicado nas páginas 58-62, o sistema escravagista foi amplamente utilizado na produção do mate, em especial nas fases produtivas de caráter agrícola, como o plantio e o beneficiamento da erva bruta (PENA, 1990).

⁷³ Devido à sazonalidade da produção e por não compartilharem dos ideais positivistas do trabalho, era mais interessante realocar a sua mão de obra para atividades relacionadas a economia do mate em que o tempo entre as colheitas poderia ser destinado ao lazer e ócio (PEREIRA, 1996).

⁷⁴ Enquanto a burguesia industrial exigia políticas de livre-mercado e uma participação mínima do Estado na economia, a elite oligárquica, através do monopólio do seu poder político, implantou políticas regulatórias nos momentos de crise até o final do século XIX. Para combater a crise de abastecimento de alimentos foi utilizada a estratégia de controle do mercado e políticas de imigração voltadas para a produção da agricultura de subsistência (hortifrutigranjeira), sendo esta última justificada pela substituição da classe populares locais pela imigrante em uma tentativa de "civilização" da população paranaense (GARCEZ, 2006).

⁷⁵ A representação da elite oligárquica na Primeira República foi desassociada da imagem dos fazendeiros, mas permaneceu na figura dos profissionais liberais e bacharéis, seus herdeiros políticos e econômicos (PEREIRA, 1996).

⁷⁶ Um importante local de unificação das classes dominantes do Paraná foram os salões de baile, os quais eram frequentados por integrantes dos partidos Conservador e Liberal (PEREIRA, 1996).

⁷⁷ Os códigos de posturas serviam para criar códigos de urbanidade e as suas leis eram voltadas para a cotidianidade. Suas atuações estavam voltadas ao controle da paisagem da cidade, mas também atuavam nos hábitos da população. Uma análise sobre os códigos municipais foi realizada no capítulo anterior (p.76-90).

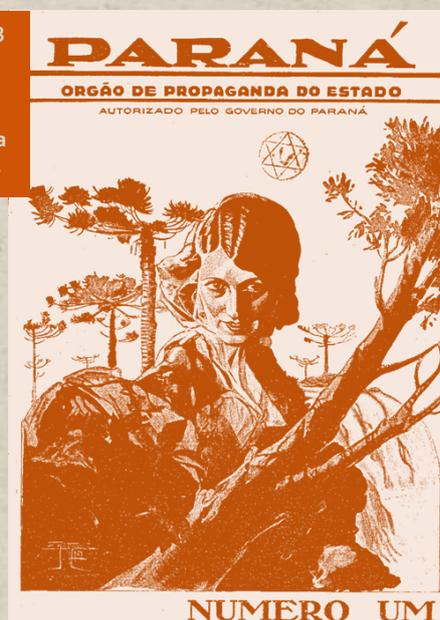
na associação entre liberdade, propriedade e cidadania, foram articulados para resolver a instabilidade política e social através da restauração conservadora da ordem (GUIMARÃES, 2011).

Composta por militares positivistas e fazendeiros, o governo republicano defendeu o seu papel civilizatório de (re)criar a *Nação*. Considerados uma *massa amorfa*, a população pobre deveria ser moldada em uma nova identidade coletiva única e homogênea. Uma nova conquista deveria ser feita no território brasileiro, dessa vez, conduzidas pelas classes dominantes nacionais efetivando, assim, uma nova colonização (GUIMARÃES, 2011).

As bases republicanas, firmadas no desejo pela construção de uma nova nação, utilizaram-se do patriotismo, do nacionalismo, da alegoria feminina⁷⁸ como representante da nação e da manipulação do mito de origens e dos heróis para a reconstrução racional de um novo imaginário popular. Através dessa atuação no campo simbólico-sensível se buscou constituir um vínculo entre identidade e território (TRINDADE, 1996).

Dentre os ensinamentos ministrados àqueles que cursam as escolas primárias, o que se refere à história pátria é sem dúvida um dos que devem merecer a maior soma de carinho por parte do professor. As *lições de história do Brasil* dadas nas escolas primárias devem ser de natureza tal que os que aprendem delas *tirem um valor prático, que bebam noções de moral e de civismo*, que fiquem conhecendo qual a ação dos nossos grandes homens, o nosso aperfeiçoamento através dos anos, *a nossa evolução política e intelectual, o papel que representamos no concerto das nações, enfim os fatores que contribuíram para a nossa formação de povo civilizado* (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1913 TRINDADE, 1996, p. 197, grifos meus).

Figura 53
Capa da
revista
Paraná,
publicada
em 1920.



Fonte: Paraná (1929).

Esse projeto das classes dirigentes, fundamentou-se na falsa ideia de criar uma nação branca e europeia na América Latina, a qual se mostrou impossível de ser alcançado⁷⁹ (GUIMARÃES, 2011). Especialmente em Curitiba, onde a diversidade étnica era uma realidade acentuada e que não se limitava à população

⁷⁸ No positivismo a figura feminina assume um papel de representação da superioridade moral e social, sendo seu papel a difusão dos valores espirituais e culturais da sociedade (TRINDADE, 1996).

⁷⁹ Foi incentivado pelo governo republicano a imigração de camponeses europeus para a substituição da mão de obra existente. Essa estratégia de embranquecimento da população não foi uma novidade republicana. Um exemplo foi a implantação de políticas similares nas décadas anteriores. Contudo, para a frustração da elite, os hábitos e costumes dos recém-chegados estavam distantes das suas projeções idealizadas de trabalhadores morigerados. Ao invés, esses indivíduos possuíam uma cultura mais próxima das camadas populares do que da elite (PEREIRA, 1996).

desposuída, mas incluía também as camadas médias. Esse grupo, composto por pessoas brancas, negras-mestiças e imigrantes europeus, que viram no fim do Império a possibilidade de sua legitimação, permaneceram excluídos do novo regime (TRINDADE, 1996).

Entretanto, para aglutinação de uma população composta por etnias tão diversas, o discurso de modernização modificado, passando a agregar o individualismo. Em um país com um passado colonial e escravagista, foi necessária uma atualização da dominação com novas formas e linguagens capazes de manter a subordinação e inferiorização da população, especialmente daquela não-branca. Temendo a reescravização⁸⁰, para esses indivíduos os ideais franceses republicanos se estruturaram na autonomia pessoal e no anseio em fazer parte de um grupo nacional onde não houvesse a restrição dos seus direitos, tratamentos e oportunidades (GUIMARÃES, 2011). Assim, o crescimento da Nação passou a depender, principalmente, da participação ativa dos indivíduos e do seu esforço individual (TRINDADE, 1996).

Para isso, o disciplinamento da atividade laborativa com a continuidade das antigas relações de poderio colonial não era o suficiente. De fato, para a manutenção das relações de dominação era necessária a interiorização dos princípios exigidos pela produtividade capitalista, onde cada indivíduo aceitasse e difundisse os valores burgueses de honestidade, laborosidade, privacidade e de uma vida disciplinada e dessexuada. Nesse aspecto, a escolarização foi crucial para introduzir a cultura burguesa nas camadas populares, especialmente para propagar as felicidades proporcionadas pelo trabalho (RAGO, 1985).

A difusão institucional da ideologia do trabalho se diferenciou conforme a condição financeira, mas o seu objetivo era comum: *produzir trabalhadores conformados à nova ordem social*. Àqueles com menos recursos financeiros foram treinados de modo utilitário para o exercício de atividades práticas (RAGO, 1985). Enquanto isso, para as camadas abastadas, a educação serviu como instrumento de disseminação das prerrogativas da disciplina do trabalho, visto que os integrantes desses grupos seriam aqueles a assumir os cargos de poder nessa nova estrutura (TRINDADE, 1996).

Portanto, era no dia a dia que esses princípios estavam presentes e eram reafirmados em cada espaço laborativo, ou seja, em cada unidade produtiva. Fosse nas fábricas, através dos regulamentos internos com seu sistema de punição e prêmios (RAGO, 1985), ou nas casas de família, onde os serviços domésticos, quando remunerados, eram demarcados por relações

⁸⁰ Durante a república, havia um medo de que fosse implantada a reescravização, temor esse que colocou uma parcela da população ex-escravizada em apoio à manutenção da monarquia, especialmente nos primeiros anos republicanos. Esse, por exemplo, foi o caso da Guarda Negra criada em setembro de 1888 e composta, em geral, por libertos e ex-escravizados. Esses monarquistas, lutavam pela defesa da sua liberdade por temerem futuros cerceamentos com a instauração da República (GUIMARÃES, 2011).

hierárquicas de poder (TRINDADE, 1996). Em um contexto de recente extinção das relações escravagistas, descobrimos que em 1875 muitas mulheres escravizadas em Curitiba eram mães solo e trabalhavam no espaço doméstico⁸¹. A partir disso, torna-se crucial retomar a figura da mucama. Essas mulheres, presente nas residências para a execução dos afazeres domésticos, em muitos casos também exerciam as funções de dama de companhia ou de ama de leite (GANZ, 1994). De fato, para Lélia Gonzalez (2019), é na sua imagem que se originou a violência simbólica como pessoas a serem ocultadas, recalcadas e tiradas de cena, as quais foram transfiguradas às *creadas*. Estas se tornam a mucama permitida, realizando a prestação de serviços e bens, carregando a sua família e a dos outros nas costas.

Portanto, para muitas mulheres não foi a educação que as possibilitou adentrar ao mercado de trabalho formal, mas a execução de serviços domésticos. Por serem consideradas tarefas já habituais a elas, uma instrução formal para o desenvolvimento dessas habilidades foi considerada desnecessária. Dessa forma, muitas mulheres e meninas que residiam nas zonas rurais e periféricas da cidade ingressaram no contingente de trabalhadores urbanos através da execução dessas atividades. A presença delas pelas ruas de Curitiba era massiva, caminhando em direção aos escritórios, comércios, hospitais, hotéis, pensões e casas. Eram elas as *creadas*⁸², governantes, pajens⁸³, cozinheiras, arrumadeiras, camareiras, engomadeiras, passadoras de linho branco, garçonetes, lavadeiras (TRINDADE, 1996).

As lavadeiras... se elas não podem mais trabalhar no leito dos rios ou nas fontes públicas, onde elas estariam? Dentro das casas de família? Dentro das suas casas? Seriam elas trabalhadoras informais ou autônomas?



Figura 54 – Ilustração de Jacottet (1806-1880) retrata cotidiano em uma fazenda no Rio de Janeiro

Fonte: Ribeyrolles (1861)

⁸¹ Conforme explicado no capítulo anterior (p.88-89), esses dados foram retirados do Departamento de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Curitiba informa que o retrato mais frequente dos núcleos familiares na Comarca de Curitiba, em 1875, eram aqueles compostos por solteiras sem filhos ou com filhos – mães solo na linguagem atual. Além disso, quase 50% dos escravizados eram domésticos, havendo um predomínio das mulheres nas atividades domésticas (PENA, 1990).

⁸² Somente na década de 1920 as *creadas* passaram a ser chamadas de domésticas, termo que as demarcavam enquanto trabalhadoras livres e integrante da classe produtiva. Deixava-se para trás o antigo termo associado à figura das mucamas (GANZ, 1994).

⁸³ Muitas meninas ingressavam no mercado formal de trabalho nas casas de família, executando serviços domésticos considerados leves ou voltados ao cuidado das crianças (GANZ, 1994).

Essas relações de poder também eram permeadas pelo passado colonial e escravagista. Tal fato pode ser percebido, por exemplo, ao analisar os anúncios publicados nos jornais, onde não era raro a especificação das características requisitadas para a contratação das trabalhadoras domésticas como a cor ou a língua que falassem (GANZ, 1994). É nesse contexto de embranquecimento da população incentivada pelos movimentos imigratórios que se construiu no imaginário popular curitibano a figura das *creadas polacas*. Trabalhadoras das casas de família, o seu estereótipo é marcado pela petulância e agressividade, por frequentarem os bailes públicos e estarem próximas de atividades que envolviam embriaguez, brigas e outras práticas consideradas violentas e imorais (TRINDADE, 1996).

Penso nos motivos que talham a figura das criadas polacas nesse universo imagético e percebo na sua atitude irreverente, talvez considerada insolente, um rastro desviante. Encontro entre as linhas que demarcam seu contorno uma teimosia daninha em não se adequar ao ideal de imigrante civilizada e de mulher frágil e delicada.

Portanto, a escolarização das mulheres pobres e miseráveis era compreendida como irrelevante, pois para serem produtivas à sociedade capitalista não era necessária a aquisição de novos

conhecimentos. No caso das mulheres ricas, a circunstância era diferente. A instrução formal desse grupo serviu para a construção de um novo paradigma de feminilidade, ou seja, para a instauração de um novo modo de *ser e agir* associado ao *feminino*. Fabricado e justificado pelo discurso dos médicos-especialistas, afirmava-se a existência de uma *natureza*⁸⁴ tipicamente feminina: delicada, frágil, com menor capacidade cerebral, detentora de um instinto à procriação e à maternidade (TRINDADE, 1996).

Enquanto as disciplinas de filosofia, teologia e latim não eram aconselhadas por despertar nelas uma excessiva capacidade abstrativa, no ambiente escolar eram ensinadas práticas de controle do tempo para maximizar a eficiência, acompanhadas pela aplicação de exames que serviam para atestar a sua adequação ao modelo instituído. Nesses locais elas também eram educadas para o *novo espírito* da época, marcado não somente pelas mudanças impostas pela modernidade⁸⁵, mas pelo surgimento de novos ideais estéticos voltados à incessante busca pelo

⁸⁴ A *naturalização* do feminino é amplamente difundida já entre os pensadores iluministas como Rousseau. Contudo, a sua origem está conectada com a ascensão do capitalismo como economia mundial, onde para a manutenção das relações capitalistas de trabalho, a reprodução da mão de obra passou ser uma preocupação da burguesia e do Estado (RAGO, 1985). Foi a partir disso que se iniciou o processo de medicalização e controle do corpo feminino devido a sua capacidade de fabricação de produto (feto), ou seja, pela qualidade do seu corpo de gestar em seu ventre indivíduos detentores da força de trabalho a serem exploradas pelo capital (SHIVA, 2021).

⁸⁵ Essas mudanças estão relacionadas aos impactados produzidos pela percepção da velocidade possibilitada pela ferrovia e pelo automóvel, pelo cinema e fotografia, pela visão aérea da cidade, dentre outras (PEREIRA, 2015).

desenvolvimento e aprimoramento de si⁸⁶. O empenho para a superação de si era conquistado pelo cultivo da força física e pela inserção de novos cuidados do corpo que evidenciassem a capacidade do *progresso humano*⁸⁷ (TRINDADE, 1996).

A prática esportiva disciplinada surgiu para ilustrar esse potencial individual de prosperidade. Foi nesse contexto, por exemplo, que as competições esportivas nasceram. Executadas em um ambiente controlado, as capacidades físicas dos participantes são comparadas entre si em um sistema classificatório que atribuía recompensas aos vencedores pelo seu esforço. Entretanto, a confirmação das normas sociais de produtividade e desempenho não se restringiram nessas disputas. A prática do esporte, por ser um exercício disciplinado, possibilitava forjar hábitos saudáveis nos indivíduos, tanto físicos quanto morais, em que um corpo disciplinado dificultava a propagação de miasmas e vícios (WEBBER, 1988).

O cuidado com o corpo acompanhava uma prática esportiva a associada a disposição de tempo livre para a realização dessas atividades, situação que se coloca, de imediato, enquanto uma preocupação da elite, visto que para as camadas populares os jogos faziam parte da infância e não permaneciam na vida adulta. Contudo, com o passar do tempo as práticas esportivas foram popularizadas e passaram a integrar o currículo escolar com o objetivo principal de treinar a juventude para a vida militar. Esse vínculo torna-se evidente quando se considera o fato de que, assim como essas competições, nesse



Fonte: Puchta (2007).

Figura 55 – Capa do livro *Homem Forte* de autoria de Domingos Nascimento. Esse material foi feito com intuito de ser difundido nas escolas.



Fonte: Sociedade Teuto-brasileira [ca 1920].

Figura 56 – Exibição de ginastas alemãs em 1910, em Curitiba, na Sociedade Teuto.



Fonte: COLÉGIO Sacre-Coeur de Jesus [195-].

Figura 57 – Grupo de alunas do Colégio Sacre-Coeur de Jesus vestidas com uniforme de educação física. Fotografia do final da década de 1950

⁸⁶ É dentro desse contexto que ganha notoriedade o pensamento de Nietzsche, do desejo pela criação de seres humanos superiores através do esforço e da vontade individual (WEBBER, 1988).

⁸⁷ A preocupação com a saúde surgiu nos países europeus como Alemanha e Inglaterra como um propósito patriótico, de revitalização e “regeneração física da raça”. Preocupação esta que estava presente nos ideais revolucionários franceses de 1793 e 1848. Contudo, no período pós-Primeira Guerra, no *fin de siècle*, junto com a desilusão e a divulgação

período de transição entre os séculos XIX XX a colonização dos territórios africanos e asiáticos pelos governos imperiais foi um grande atrativo para a juventude das classes abastadas (WEBBER, 1988). No caso feminino, a partir do século XX, as práticas esportivas passaram a compor a grade educacional das mulheres ricas (TRINDADE, 1996).

Foi através da educação dessas jovens abastadas que o discurso defendido pela medicina-sanitarista dos valores burgueses de trabalho, castidade e esforço individual alcançou a cotidianidade. As esposas-mães, encarregadas pela educação da unidade familiar, foram encarregadas pela mudança dos hábitos de cuidado com a saúde e higiene no *espaço* do lar. Sob respaldo da ciência e do pensamento positivista, a figura materna passou a carregar o título de *especialista do lar* (RAGO, 1985).

Portanto, o principal difusor das prerrogativas republicanas foi o núcleo familiar heterossexual, onde a sua formação passou a ser compreendida pelo Estado como parte da missão social de cada indivíduo. Constituída pela figura do pai provedor e da mãe educadora, era dever

Figura 58 – Postal da escola dos imigrantes poloneses, no bairro Abranches, datado de 1904.



Fonte: coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022).

Figura 59 – Escola polonesa, 1920.



Fonte: Escola Polonesa [ca 1920].

dos pares formar cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento do país. Vinculada a esse pensamento, estava a normatização da sexualidade voltada à reprodução, situação que categorizava todas as outras expressões de sexualidade que fugissem desse modelo como doentes e não-higienizadas (RAGO, 1985).

Apesar das diferenças, a importância do lar e da escola estavam presentes nas famílias imigrantes, compreendidas como instituições capazes de preservar e difundir os costumes particulares das comunidades, assim como a sua religião e sua língua⁸⁸ (TRINDADE, 1996). Da mesma forma, a normalização da família nuclear aparecia entre as camadas mais despossuídas⁸⁹ (PENA, 1990).

de uma constante *crise*, ocorreu uma revolução esportiva. A prática dessas atividades tornou-se um refúgio para o mundo insatisfatório e o remédio para torná-lo melhor (WEBBER, 1988).

⁸⁸ A estrutura da família imigrante era diferente daquela concebida pela elite republicana. Nesse caso, a figura materna era cuidadora e também trabalhava nas lavouras. Fortemente influenciada pelo catolicismo, também se contrapunha aos ideais laicos da república (TRINDADE, 1996).

⁸⁹ Durante a transição do escravismo para o trabalho livre havia uma preocupação por parte da elite sobre a necessidade de constituição de laços familiares entre os escravizados para a manutenção da segurança e da

Dentro dos pressupostos positivistas, as obrigações e deveres encarregados às mulheres não se limitavam ao desenvolvimento das funções atribuídas a elas no âmbito familiar. Na realidade, foi desencadeado um processo de *descorporificação*, onde a figura da esposa-mãe-dona-de-casa, ao cumprir o seu propósito primordial de aperfeiçoar o homem e educar seus filhos, elevava-se à condição de superioridade moral e social. Através da construção dessa alegoria, a *Mulher* passa a representar os ideais de Humanidade e, em muitos momentos, também da República (TRINDADE, 1996).

A partir disso, os corpos femininos passaram a retratar os valores éticos e morais da sociedade, carregando consigo tal responsabilidade a cada segundo da sua existência. A despeito da existência de uma divisão comportamental nas esferas públicas e privada, dentro do positivismo, a vivência pública das mulheres era incentivada, desde que não estrasse em desacordo com a vida doméstica. Ao invés de uma divisão entre o público e o privado, para a *Mulher* havia uma *complementaridade* entre essas esferas, visto que as práticas públicas masculinas, associada à política e ao trabalho, eram compreendidas como funções indignas à suposta natureza frágil e dócil do feminino. De fato, a vivência pública da *Mulher* era fundamental para a formação e manutenção dos ideais positivistas nesse espaço, enquanto uma *representação* corporificada da espiritualidade e da moral.

Portanto, houve uma abstração dos corpos femininos, em direção ao desenvolvimento de uma vida também abstrata. Ou seja, foi construída e difundida culturalmente uma nova cartografia possível para as subjetividades femininas voltadas para a manutenção dos sistemas de dominação e violência inerentes à modernidade/colonialidade. Contudo, esse novo modelo carregou consigo uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo que afirmava uma condição não individualizada no mundo, conduziu à construção de uma interioridade inerente ao feminino. Através da expropriação de seus corpos, foi negada a elas a sua individualidade em uma cultura individualizante. Assim, a

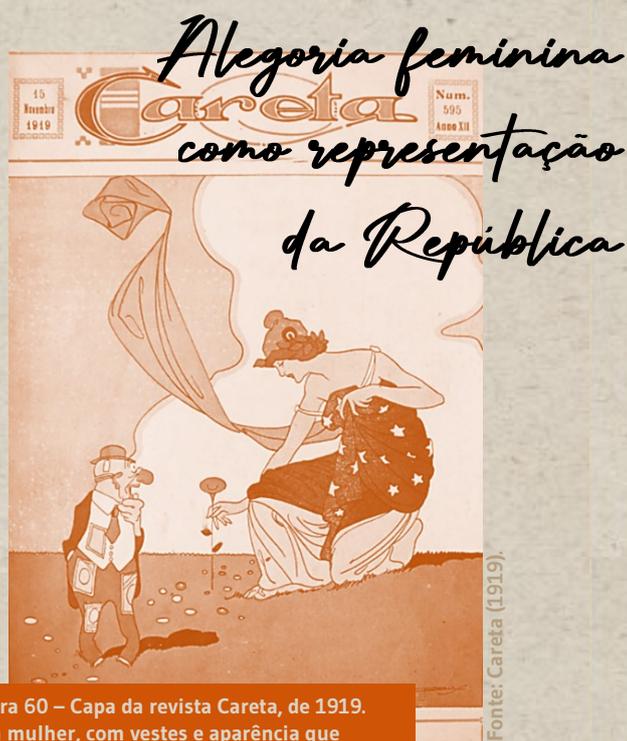


Figura 60 – Capa da revista Careta, de 1919. Uma mulher, com vestes e aparência que remontam às figuras míticas da Grécia colhe uma flor e entrega-a a um homem, pequeno e franzino diante da sua grandeza

propriedade. Com efeito, havia um padrão regular e estável de famílias nucleares entre os cativos e, apesar do número de matrimônios não ser expressivo, o mesmo também não era entre a população pobre (PENA, 1990).

captura da sua força vital também foi articulada na falta presente na propriedade privada. Enrijecidas ao sistema de identidades, o sistema de punição e compensação também é aplicado nesse contexto (ROLNIK, 2011).

A partir dessa prerrogativa, zelar para que as mulheres não desviassem do seu propósito significava comprometer-se ideologicamente com o avanço da Humanidade. Ou seja, acreditava-se que disciplinar e controlar os corpos femininos desviantes era, de fato, vital para a manutenção e consolidação da República. Era na sua materialidade corpórea que a ética e a moral republicana manifestavam-se: na concretude e na banalidade do cotidiano, ao caminhar pelas ruas, ao praticar o *footing* na rua XV, ao fazer piquenique no Passeio Público ou ao atender aos eventos sociais. Contudo, além da representação daquilo que a República efetivamente era, as mulheres carregavam em sua carne e em seu sexo os desejos e sonhos republicanos daquilo que poderia *vir a ser*.

Educando, instruindo e preparando convenientemente as mulheres conseguiremos melhorar, transformar a sociedade de forma a podermos nos aproximar da perfeição em matéria social e política.

Em nossa terra, já encontramos a mulher instruída, educada, com o preciso carinho, mas não tem infelizmente, a energia para lutar. Ante um chá tango ou uma fita de cinema não resiste à tentação e abandona tudo (DIÁRIO DA TARDE apud TRINDADE, 1996, p. 149).

É nesse âmbito que a educação feminina é permitida e incentivada, através da prerrogativa liberal do desenvolvimento individual. Eram as instituições educacionais que possibilitariam ao embrião da esposa-mãe-dona-de-casa, carregado pelas meninas, germinar e prosperar (TRINDADE, 1996).

Inicialmente, a possibilidade de alcançar o novo modelo de feminilidade burguesa estava restrita às mulheres da elite. Enquanto isso, às mulheres colonizadas e subalternizadas foi atribuída à condição de “sem gênero”, marcadas como sexualmente agressivas e fortes para qualquer trabalho se acreditava que elas não detinham as características de feminilidade associada a essa nova natureza feminina (LUGONES, 2007). As marcas coloniais foram apontadas por Sojourney Truth (2018, p. 17 grifos meus) anos atrás, em 1851 na Convenção dos Direitos das Mulheres.

“[...] Aquele homem lá diz que as mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens e atravessar as valas, e sempre ter os melhores lugares, não importa onde. Nunca ninguém me ajudou a entrar em carruagens ou a passar pelas poças, nem nunca me deram o melhor lugar. *E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Eu arei a terra, plantei e juntei toda a colheita nos celeiros; não havia homem páreo para mim! E eu não sou uma mulher?* Eu trabalhava e comia tanto quanto qualquer homem – quando tinha o que comer –, e ainda aguentava o chicote! *E eu não sou uma mulher? Dei à luz a treze crianças e vi a maioria delas sendo*

vendida como escrava, e quando gritei a dor de minha mãe, ninguém a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher? [...]



Fonte: Volk [1900].

Figura 61 –Nesse retrato é possível perceber a valorização do vestuário já no início do século XX. Fotografia descrita como “Empregada doméstica da família Casagrande”.

Nas palavras da ativista pelo abolicionismo e direito das mulheres fica evidente a singularidade ambivalente onde estão situados o seu corpo e a sua subjetividade, tornando-se impossível compreendê-la como uma unidade homogênea. A pergunta “Eu não sou uma mulher?” ressoa a cada relato de desvio vivido pelo seu corpo, sempre colocado como “fora do lugar” quando pensado a partir das categorias universalizantes, pois é no seu corpo, no seu ser mulher e na sua história que diferentes opressões se entrelaçavam e se materializavam.

A essas mulheres foi reservada a culpa e o julgamento do discurso moralista e filantrópico, levando-as desejar esse modelo e, quando possível, adotá-lo. Em especial quando a ideologia burguesa, em sua lógica proprietária, permitiu a essa parcela da população o acesso a espaços que antes eram rigorosamente proibidos. Essa situação pode ser percebida, por exemplo na importância da vestimenta para as camadas populares, como um caminho para a superação das diferenças sociais:

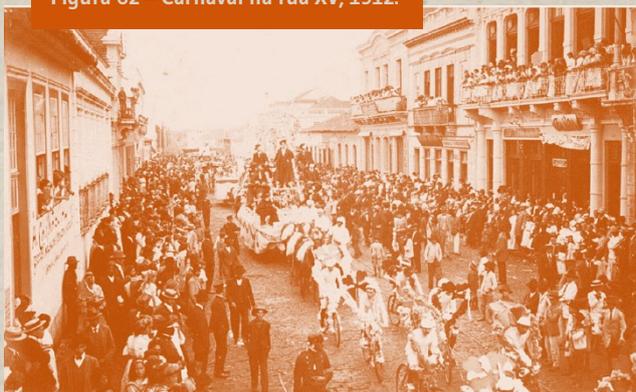
A ausência de nome na ficha técnica da fotografia deixa um desconforto.... Qual seria o seu nome ou apelido? Seria o mesmo que o meu? Ou o seu?

Logo à entrada, assistindo o desfile do cortejo pomposo das damas e cavalheiros [...] Ali nas frisas, há três espetáculos que aquela gente assiste: lá estão as outras senhoras que não têm perdido nem as repetições. E que luxo! Decotadas! Amarrando Sedas! [...]

- Sim senhor: até a minha lavadeira por aqui... aquela mulatinha que está perto de Juca Enéas!... Foi por isso que me pediu cinco mil réis adiantados sobre a lavagem da minha roupa!⁹⁰ [...] (O OLHO DA RUA, 1908 apud TRINDADE, 1996, p. 249).

⁹⁰ Crônica publicada em Curitiba, em 4 de abril de 1908.

Figura 62 – Carnaval na rua XV, 1912.



Fonte: Coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022).



Fonte: Coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022).

Figura 63 –Rua XV na década de 1920. Seria carnaval ou desfile?

Nesse trecho, escrito em linguagem satírica pelo cronista, pode mostrar uma flexibilidade das diferenças sociais possibilitada pelo dinheiro, onde a frequência de uma pessoa marginalizada, no caso a lavadeira, evidencia que o seu acesso à cultura da elite foi uma consequência do processo de urbanização e da popularização dos espetáculos artísticos (TRINDADE, 1996).

Dessa forma, apesar da popularização dessas cartografias subjetivas, fatores associados à raça não podem ser ignorados especialmente em um país com um passado colonial e escravagista, pois às mulheres não-brancas era negada qualquer possibilidade de alcançar tal referencial (TRINDADE, 1996).

Assim como o modelo de feminilidade deixou de ser uma referência exclusiva das classes abastadas, também o acesso à educação foi ampliado. Essa ampliação, no caso das mulheres, foi pautada pelo processo de modernização das cidades. Em especial pela expansão do mercado de trabalho e das áreas de atuação permitidas a elas. A partir disso, elas passaram a ser as professoras, datilógrafas, secretárias, enfermeiras, e também profissionais liberais, como médicas, advogadas e engenheiras (TRINDADE, 1996).

Ao mesmo tempo que a educação formal possibilitou o acesso de uma parcela do contingente feminino às profissões antes reservadas aos homens, foi dado início ao processo de formalização das atividades historicamente realizadas pelas mulheres. Fato que não se restringiu ao caso das parteiras — que apesar de não precisarem da educação formal tiveram a sua prática formalizada —, mas passou a incluir outros fazeres e que pode ser percebido, por exemplo, com o surgimento da diplomação em corte e costura (GANZ, 1994).

Contudo, nem todos esses saberes praticados no decorrer da história pelas mulheres integraram o mercado formalizado de trabalho. Muitas dessas profissões tiveram a sua prática levada à ilegalidade ou ao rígido controle (GANZ, 1994). Esse foi o caso das curandeiras, das benzedoras e das massagistas, sobretudo, porque a sua prática contestava a figura do médico-

especialista e de todo processo de racionalização da medicina e de medicalização do corpo feminino (FEDERICI, 2017).

Outra figura presente na cotidianidade de Curitiba eram as

cartomantes e sortistas, retratadas pelos jornais com características físicas próximas ao imaginário construído sobre as bruxas. A prática desse ofício era realizada nas casas dessas mulheres, as quais eram descritas como sujas, imundas e anti-higiênicas (GANZ, 1994). Essas descrições auxiliaram na construção de representações simbólicas associada a essas ocupações, ao reforçar uma suposta condição de não-modernidade dos costumes populares como não civilizados. O mesmo ocorre com a descrição da lavadeira Nha Fermina, feita por Tônico de Campos (1934, p. 1):

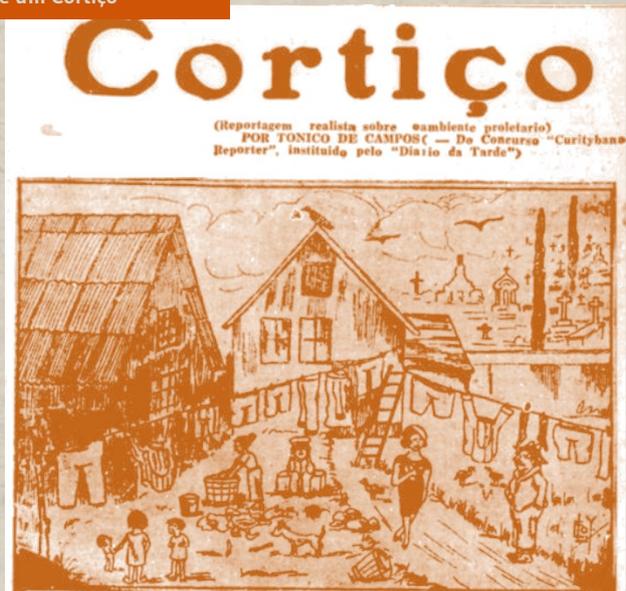
Passa o dia inteiro exibindo aquelle corpo velho e murcho, lá, junto ao tanque, bem perto do poço. [...] [seu hábito é] cheirar o fundilho das cuécas dos freguezes. As segundas-feiras, volta da cidade carregadinha de roupas sujas. Aos sabbados, devolve ás casas dos ricos, as roupas cheirosas de orvalho, mas, rescendendo o cheiro horrível da sua má-vontade.

Figura 64 – Reportagem do jornal Diário da Tarde, publicada em 1930.

NO REGIMEM DA BRUXARIA!
Como se explora a credence popular. — Os milagres operados pelas bruxas e as suas vastas clientelas. — Uma benzedeira, que se ri dos diagnosticos clinicos. — Um apêndice insensível a benzimentos. — Coisas interessantes de reportagem

Fonte: No Regime da Bruxaria (1930).

Figura 65 – Ilustração de um Cortiço



Fonte: Campos (1934).

Apesar das palavras escolhidas pelo repórter serem questionáveis, sobretudo, quando se compreende um desprezo pelas camadas populares por parte da elite letrada, outras análises são possíveis de serem analisadas. Por exemplo, o fato desse ofício – característico da esfera doméstica – ser feito fora da casa dos patrões, não importavam as condições de precaridade ou não a qual essas mulheres se encontravam. De fato, essa era uma atividade da qual muitas mulheres pobres dependiam para a sua sobrevivência.

Nas ruas, dentro do contingente de trabalhadoras autônomas estavam as verdureiras e as leiteiras. Em sua maioria imigrantes italianas ou polonesas provenientes das colônias, as suas carroças eram estacionadas e ali comercializavam o excedente da agricultura de subsistência.

Nesse espaço também estavam as ambulantes que vendiam flores, balas, chocolates e doces caseiros. Elas estavam nas entradas dos cemitérios durante o final de semana, na frente do Palácio Theatro enquanto esperavam o fim dos espetáculos, batiam nas portas das residências para oferecer seus produtos ou armavam as suas barracas – ou tabuleiros – para expor a sua mercadoria (GANZ, 1994).

Essas práticas comerciais, que não demandavam conhecimentos formais e dependiam do saber adquirido no decorrer vida, foi um importante meio de subsistência para muitas mulheres pobres. Em consequência, elas se tornaram grandes conhecedoras dos espaços urbanos e das suas dinâmicas, devido as suas andanças pela cidade, no seu ir e vir pela malha urbana, elas transitavam entre os mundos domésticos e público. Situação que em diversos momentos gerou incômodos que se tornam perceptíveis, por exemplo, nos momentos em que as suas atividades passaram a ser alvo das leis regulatórias do Estado (DIAS, 1995).

De fato, a perseguição às vendedoras autônomas não é uma novidade e é possível identificar instrumentos legais de controle já nas cidades medievais portuguesas, assim como nas Posturas Municipais de Curitiba durante o século XIX (PEREIRA; SANTOS, 2003). Essas permanências podem ser percebidas também nas primeiras décadas do século XX, que em alguns casos elas conseguiram resistir e persistir nos seus ofícios – dentro da lei, mas em outros momentos foram empurradas para fora da legalidade.

Esse foi o caso das vendedoras de leite que entre as décadas de 1910 e 1930 articularam uma resistência contra a normatização dos produtos e a tentativa de monopolização do produto pela usina Astra. Composta majoritariamente por mulheres imigrantes, esse grupo muitas vezes se articulou distante das estruturas sindicais e, devido às suas mobilizações, conseguiram defender o seu comércio miúdo crucial para subsistência da sua família. Contudo, em 1939 o comércio ambulante passou a ser licenciado, impedindo a sua realização aqueles que não tivessem carteira de trabalho e atestado de idoneidade fornecido pela autoridade policial. Situação que tornou ainda mais difícil a presença das trabalhadoras da rua, que passaram a ter a sua atividade



Figura 66 – Fotografia tirada na década de 1920, na rua José Bonifácio, ao fundo da Igreja Catedral. Vê-se carroças e pessoas circulando. No canto direito da imagem, mulheres apoiam cestas em seus braços

Fonte: Groff (1925).

interferida pelas autoridades policiais, que muitas vezes a toleravam e em outros momentos a atacavam (GANZ, 1994).

Muitos desses casos de transição entre o legal e o ilegal fazia parte do cotidiano das proprietárias e empregadas dos bares, das casas de fruta e das pensões que, com frequência, driblavam a atuação da Saúde Pública e da Polícia em suas tentativas de fechar seus estabelecimentos. Era nesse ramo comercial onde muitas mulheres ganhavam o seu sustento e era comum serem relatadas na imprensa como pessoas de vida atribulada, relacionadas a casos de brigas, violência ou mesmo suicídios, situação que, assim como no caso das benzedeiras, construía uma imagem simbólica da mulher desviante atrelada a um destino trágico (GANZ, 1994).

A articulação desse medo era, sobretudo, um importante dispositivo de controle e funcionava para evitar os desvios das mulheres de sua vocação supostamente natural à procriação e constituição da família. Era atribuída uma superioridade moral àquelas que seguissem essa natureza tipicamente feminina, em relação demais. Para a existência da esposa-mãe-dona-de-casa era necessária a construção daquilo que acreditavam ser o seu extremo oposto, a prostituta. Ao mesmo tempo que foi construído o ideal de feminilidade, também foi fabricado o modelo imaginário de prostituta, caracterizada pela “[...] preguiça, desejo desmesurado pelo prazer, amor ao luxo, miséria financeira, desprezo pela religião e pela falta de educação moral e temperamento erótico” (RAGO, 1985, p. 86). Da mesma forma que foi o discurso médico-sanitarista foi o responsável pela construção da *Mulher*, também foi sua a fabricação da imagem do outro lado do espectro binário, a prostituta.

2 MODERNIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO POLICIAL: RACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE CONTROLE DOS CORPOS DESVIANTES PARA A MANUTENÇÃO DA PAZ E PRESERVAÇÃO DA ORDEM

A partir da prerrogativa de zelar pela sociedade no combate à sífilis e as doenças venéreas, ficou atribuído aos médicos sanitaristas a reponsabilidade de estudar a prostituição. Considerada uma doença social, esses profissionais passaram a investigar, estudar e categorizar o comportamento e as características físicas dessas mulheres. Foi nesse momento que os trabalhos desenvolvidos no final do século XIX pelos médicos Alexandre Parent-Duchâtelet e Cesare Lombroso, tornaram-se uma grande influência no mundo ocidentalizado ao transformar os corpos de alguns indivíduos em objeto de análise. Presente no trabalho de ambos, o estudo e a categorização desses corpos buscaram sustentar a hipótese de que a criminalidade era determinada por condições fisiológicas, sendo que alguns grupos étnicos portavam atrasos fisiológicos que impediam o controle das suas tendências criminosas. Ou seja, foi criada a ideia sobre a possibilidade de identificar nos corpos dos

indivíduos certas características capazes de remeter e justificar uma suposta condição primitiva (RAGO, 1985).

Esse tipo de pensamento supostamente científico tornou o *corpo como protagonista*. Suas influências alcançaram a antropologia criminal, a medicina legista e esteve relacionada à modernização da instituição policial. Com o intuito de controlar os comportamentos inadequados à ideia de civilização, a atividade policial passou por um processo onde se buscou racionalizar e tornar eficiente os seus processos de controle (BONI, 1987).

Situação que no Brasil andou lado a lado com o projeto político da classe dominante, onde a manutenção da paz e preservação da ordem foram considerados elementos fundamentais para se atingir o *Progresso na Nação*, mas também da região. Através disso, a existência de um órgão supervisor é legitimada e a violência, associada a essa prática, passa a ser justificada pelo exercício da sua função primordial de controlar e direcionar a vida social. A partir disso, essa instituição torna-se responsável pelas tentativas de imposição de um padrão de disciplina urbana e decoro público (BONI, 1987).

Nesse sentido, a instituição de padrões comportamentais foi utilizada para a delimitação e classificação das ameaças sociais. Fundamentado nas práticas das classes dominantes para a construção desse modelo, as camadas populares foram categorizadas como o principal alvo dessa readequação comportamental. Além de uma mudança cultural que representava a assimilação nos hábitos burgueses pela população despossuída, para as classes dirigentes a população pobre representava

Figura 67
Análise da
fisionomia
do crânio de
criminosas
italianas



Fonte: Lombroso (2017).



Fonte: Lombroso (2017).

Figura 68 – Fisionomia de
criminosas russas



Fonte: Lombroso (2017).

Figura 69 – Fisionomia de
prostitutas russas

perigo potencial, capaz de explodirem de modo violento e abalar as estruturas da sociedade⁹¹. A partir desse medo engendrado pela existência de um colapso social iminente, o indivíduo pobre foi colocado como um delinquente, não por algo já feito, mas pelo o que poderá fazer (BONI, 1987).

A repressão de comportamentos de poderiam levar ao crime passa a ser progressivamente implantada, situação que tornou necessária a diferenciação do homem honesto e trabalhador do delinquente. Para isso, foi implantado um processo de *identificação*, tanto daqueles que cometessem os crimes, quanto dos demais que passaram a precisar comprovar seus antecedentes. A partir disso, a identificação como trabalhador torna-se o elemento que concede ao indivíduo a sua cidadania e, em Curitiba, foi iniciada pelos trabalhadores dos transportes coletivos para comprovar a sua condição de trabalhador. Posteriormente, essa prática foi convencionada e disseminada inclusive dentro do aparato estatal, como a proposta do delegado da polícia, em 1912, de identificação de todos os funcionários municipais (RIBEIRO, 1985, apud BONI, 1987, p. 51):

A polícia, para bem desempenhar sua missão, necessita conhecer todas as pessoas boas ou más que constituem meio em que há de executar a sua acção, observando-as, impedir seus atentados ou erros.

Esse controle e a violência acompanhada pelo direito de corrigir atingiu a estrutura da vida cotidiana das cidades através da ação policial. A vigilância constante, o patrulhamento, o conhecimento dos espaços e acontecimentos públicos tornaram-se frequente no dia a dia da população pobre, tanto nos seus espaços de trabalho quanto de lazer.

A prática de controle dos espaços de sociabilidade e do ócio da população estavam relacionados com a disciplinarização do trabalho e na tentativa de minar a articulação política das camadas populares, como já foi abordado no capítulo anterior. Contudo, no final do século XIX foi modificada a concepção de crime, em que passa a ser criminalizado qualquer comportamento *que altere a ordem pública*. Utilizo as palavras do delegado da polícia, Antenor Coelho, em seu relatório enviado para o Chefe de Polícia do Estado em 1920:

A falsa mendicidade, a embriagues habitual, o meretrício escandaloso, a vadiagem, os levantes frequentes dos agitadores perigosos, a infância desprotegida e abandonada, a progressão do jogo, as sociedades operárias, perturbadas muitas vezes pelos indivíduos imbuídos das leituras de doutrinas

⁹¹ Esse medo acompanhou os governos burgueses quando estes assumiram o poder político e, da mesma forma que se utilizaram das forças populares para assumirem as estruturas de governo passaram a teme-las. Ao compreender a influência dos governos franceses na construção da hegemonia burguesa, as estratégias para a manutenção da sua hegemonia integraram os aparatos institucionais e o traçado das cidades foi estrategicamente utilizado para impedir manifestação populares. Em especial quando a instauração de um governo popular e socialista fazia parte de uma memória recente, com a Comuna de Paris de 1871 (VILLAÇA, 1999). No caso do Brasil, podemos citar como exemplo de resistência populares que seguiram à instauração da República, em contraposição ao seu projeto modernizador, a Guerra dos Canudos (1896-1897) e a Revolta da Vacina (1904) (GUIMARÃES, 2011).

subversivas, as várias modalidades de ataques ao direito de propriedade, as casas de tolerância, a censura às representações teatrais, a repressão do lenocínio e tantos outros, são os problemas fundamentais que o policial tem de encarar de frente para impedir que a sociedade honesta seja esmagada e vencida pelo vício (BONI, 1987, p. 47).

A dimensão dessa repressão é perceptível com a inserção da punição às contravenções no Código Penal de 1890, que passou a incluir jogos, apostas, mendicância, embriaguez, vadiagem, capoeiragem e lenocínio. Situação que se torna alarmante quando nos anos entre 1894 e 1920 mais de 75% das prisões realizadas em Curitiba foram decorrentes de contravenções, sendo em sua grande maioria, mais de 90%, associada à desordem e embriaguez (BONI, 1987).

Tabela 1

Proporções de prisões por crimes e contravenção

| Motivo | 1894-1898 | % | 1904-1908 | % | 1916-1920 | % |
|---------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|
| Crimes | 226 | 21,6 | 517 | 14,7 | 788 | 12 |
| Contravenções | 817 | 78,4 | 2995 | 85,3 | 5.749 | 88 |
| Total | 1.043 | 100% | 3.751 | 100% | 6.537 | 100% |

Fonte: R.S.J.CP *apud* BONI, 1987, p.56

Tabela 2

**Prisões segundo as principais Contravenções
1894-1920**

| Contravenções | Prisões | % |
|-----------------------|--------------|-------------|
| Desordens | 3.066 | 31,8 |
| Embriaguez | 3.235 | 33,6 |
| Embriaguez e desordem | 2.751 | 28,4 |
| Vadiagem | 603 | 6,2 |
| Total | 9.655 | 100% |

Fonte: R.S.J.CP *apud* BONI, 1987, p.61

Também nesse momento começa a ser implantado um novo sistema prisional em que a punição dos crimes passa a ser voltada à privação da liberdade e reeducação para o trabalho. Essas mudanças são perceptíveis, inclusive, nas estruturas prisionais com a instauração da reclusão em células individuais, onde o isolamento evitaria a *contaminação da ociosidade* (BONI, 1987). Aqui se faz necessário retomar o dado acima. Quando analisados as atividades que foram incluídas nessa categoria no novo código penal, é perceptível que os presos eram, em sua maioria, indivíduos que de alguma forma não se adequavam à disciplina do trabalho, à *ordem pública*, ou seja, não contribuíam para o *desenvolvimento e progresso* da região e, por fim, da *Nação*.

Fica evidente a existência de uma preocupação por parte da instituição polícia em manter a *ordem pública*. Fator que associado ao novo modelo de encarceramento individual criou novas demandas e ocasionou na criação da Penitenciária de Curitiba⁹² em 1909. Contudo, havia uma

⁹² O prédio da Penitenciária de Curitiba foi uma adaptação do Asylo dos Alieanados para tornar-se uma instalação penitenciária. Localizada no bairro do Ahú, o instituto disciplinar se localizava na área suburbana da cidade (BONI, 1987).

contradição entre o discurso e a prática penal, visto que as condições idealizadas de cumprimento da pena em células individuais não se efetivaram. Situação que continuou mesmo com a construção da nova estrutura, onde, de acordo com o Relatório Procurador Geral da Justiça do Estado de 1911, permanecia uma “Promiscuidade revoltante criminosos pronunciados, conjuntamente com mulheres, presas correccionais e até menores, sujeitos ao contágio, na ociosidade da prisão, tornando-se a *tuberculose social* [...]” (BONI, 1987, p. 54, grifos meus)

Essa estratégia, contudo, não se limitavam à correção dos criminosos, mas incluíam todos os indivíduos que faziam parte das categorias compreendidas como *doenças sociais*. Comparados ao exemplo de cidadania morigerada que buscava construir, foi realizada uma especificação desses grupos desviantes, seguida por um sequestro de gestos desviantes (FOUCAULT, 1977, apud BONI, 1987), onde o *disciplinamento seria feito através do isolamento social*.

As técnicas de correção comportamental eram várias e nelas estava inclusa a reclusão em institutos disciplinares, como as prisões, mas também o recolhimento dos mendigos⁹³ e

Nesse momento, a experiência da pandemia do COVID-19 se faz presente. Nesse caso, o isolamento social foi crucial para o controle da disseminação do coronavírus até a produção da vacina. Dois anos se passaram nesse tempo de espera e o disciplinamento do meu corpo se tornou uma estratégia de resistência pela manutenção da vida. Controle rígido para evitar a contaminação. Encontrar o uso dos mesmos termos também traz um mal-estar em vocês?

alienados que perambulavam pelas ruas da cidade, realocando-os para o Hospício Nossa Senhora da Luz⁹⁴. Outra prática comum eram as *ações eficientes*, onde os criminosos eram enviados para cidades de estados menores⁹⁵. Elogiados pela imprensa da época, o objetivo era *limpar a cidade* da presença desses indivíduos indesejados e regenerá-los através do trabalho no campo, enviando-os ao Norte do Paraná, para zonas agrícolas ou para terem a sua mão de obra utilizada na construção da nova estrada de ferro:

⁹³ Desde o século XIX e início do século XX havia uma constante preocupação com a mendicância, sendo necessária a expedição de uma licença para a sua prática a partir de 1917. Contudo, para livrar as ruas da cidade com a presença desses indivíduos que se recusavam a tornar-se útil através do trabalho, o seu recolhimento passou a ser recorrente. Inicialmente eram dirigidos ao Hospício e, em 1926, Curitiba passou a ter o primeiro espaço institucional que objetivava “receber indigentes do Estado, prestando-lhes assistência material e moral” (OUYAMA, 2006, p. 240). Localizado no bairro Cabral, o Asylo de Mendicância São Vicente de Paulo está localizado na Rua Barão dos Campos Gerais.

⁹⁴ Inicialmente, o hospício Nossa Senhora da Luz funcionava no Ahú. Contudo, em 1905, por decisão do Estado, as instalações passaram a abrigar o presídio. Em troca, a Santa Casa recebeu a doação de um terreno localizado em uma região distante, conhecida como Prado Paranaense. O novo hospício foi construído no cruzamento entre a R. Marechal Floriano Peixoto (antiga R. São José) e a Av. Presidente Kennedy, sendo inaugurado em 1907. Inicialmente o complexo era composto por três pavilhões separados conforme o tipo de doença mental, sendo construído um quarto pavilhão em 1923 (OUYAMA, 2006).

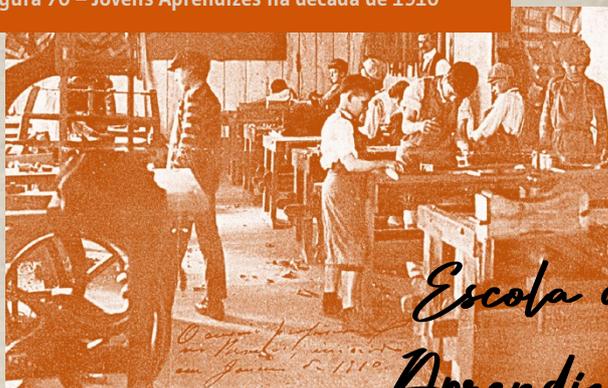
⁹⁵ Existem relatos nos anos de 1913 e 1916 dessa prática ser realizada pela polícia de São Paulo, que enviava os indivíduos com a passagem paga para o Paraná e com a instrução de não retornarem (BONI, 1987).

Como medida de saneamento moral e com o intuito de cooperar para a intensificação do trabalho tão necessário no momento histórico que atravessamos, em que todos os brasileiros devem aplicar a sua actividade em prol da grandeza econômica e militar [...] muitos indivíduos desocupados, que perambulavam nas ruas e praças desta capital⁹⁶ (BONI, 1987, p. 64).

No caso dos menores abandonados, durante a Primeira República surgiu uma preocupação com a infância. Compreendidos como futuros trabalhadores, acreditava ser necessário o seu controle e adestramento. Através de uma *ortopedia social*, baseada na educação, acreditava-se na possibilidade de evitar a sua transformação em criminosos regenerando-os através do trabalho⁹⁷ (BONI, 1987). É nesse contexto que em 1923 torna-se obrigatória em todo o território a criação de instituições destinadas a abrigar menores abandonados. Separada em seções masculinas e femininas, a distribuição dos abrigos era feita conforme o seu nível de *perversão*⁹⁸ (OUYAMA, 2006).

Figura 70 – Jovens Aprendizes na década de 1910

Fonte: Coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022)



*Escola de
Aprendizes
Artífices*

Fonte: Coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022)



Figura 71 – Postal da escola, datado de 1913.

No caso da prostituição, apesar de não se constituir como crime, era classificada como uma atividade imoral. Considerado um vício, aproximavam-se dos doentes e dos loucos, tornando-se objeto de análise dos médicos e do aparato policial com o intuito de conhecer o mundo da prostituição. Seus corpos, suas residências eram constantes alvo de agentes controladores, fossem eles autoridades policiais, sanitárias ou religiosas (BONI, 1987).

O uso de *estratégias de identificação* no cotidiano policial

⁹⁶ Trecho retirado do relatório do delegado auxiliar Bernardo Moreira Garcez, no ano de 1917 (BONI, 1987).

⁹⁷ É nesse contexto, por exemplo, que a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, criada em 1910, passou a receber um grande número de menores encaminhados pelas autoridades locais com o intuito de discipliná-los através do labor. A Escola de Aprendizes e Artífices do Paraná, posteriormente, se tornaria a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (QUELUZ, 2010).

⁹⁸ Inauguradas em 1926, a seção feminina foi instalada na rua Emiliano Perneta, onde também era a sede da Escola de Preservação e de Reformas para Meninas. Nessa instituição “[...] as meninas menores tinham aulas de costura, bordado, malharia, pintura e flores” (OUYAMA, 2006, p. 232). Com a transferência da Escola de Preservação para os arrabaldes do Portão, em 1928, também o abrigo foi transferido para o local, passando a se chamar Escola Isolada. Já os meninos menores foram realocados para o Palacete Loureiro onde funcionou até 1935. Posteriormente, as crianças mantidas pelo Abrigo de Menores foram realocadas para a Escola de Trabalhadores Rurais.

aparece também na criação do sistema de identificação⁹⁹ das meretrizes que atuavam na capital em 1914. Fotografadas pelo Gabinete de Identificação, seus rostos ganham forma ao serem capturados pela objetiva, marcando o alcance dos avanços tecnológicos nos aparatos institucionais. Devidamente registradas, elas também foram obrigadas a “[...] tirar carteira no serviço de *hygiene* policial” (DIÁRIO DA TARDE, 1914, apud BONI, 1987, p. 84). Essa medida, aclamada pela imprensa local, não foi o suficiente e em 1916 as prostitutas que habitavam na região central de Curitiba foram expulsas desse local:

Como medida preventiva e de moralidade pública, determinei [...] a mudança das meretrizes que residiam nas ruas mais movimentadas da Capital para outras menos centrais e por onde não fosse forçado o trânsito da maioria da população (RELATÓRIO DO CHEFE DA POLÍCIA, 1916, apud BONI, 1987, p. 88).

Torna-se evidente a estratégia de controlar a presença dessas mulheres através da demarcação dos espaços permitidos a elas. Esse procedimento, novamente, não foi uma ação original do chefe de polícia¹⁰⁰ da capital paranaense. Amplamente utilizada em outras cidades brasileiras, a criação de *zonas de vício* buscou eliminar a interação entre as prostitutas e as famílias nas ruas centrais e nos espaços de lazer. Em especial quando a presença das meretrizes era recorrente nos espaços de convivência das camadas populares, especialmente nos bares e botequins. Elas conviviam nesse espaço com os embriagados, os vadios, os indivíduos suspeitos, onde praticava-se jogos de azar e a ociosidade (BONI, 1987).

A existência desses espaços acompanhada pela interação entre indivíduos desviantes frustrava a elite local com seus sonhos tornar Curitiba uma cidade composta por cidadãos com comportamentos considerados civilizados. Situação que foi utilizada como justificativa para retirar essas mulheres da visibilidade da população, pois seus corpos e suas práticas sexuais não voltadas à reprodução se contrapunham ao modelo de feminilidade que se buscava construir. Consideradas úteis para a sociedade¹⁰¹, as suas atividades foram toleradas e passam a ser intensamente vigiada e controlada. Fato que pode ser identificada com as diversas proibições efetivadas por parte da

⁹⁹ Esses trabalhos de medições e experimentações com mulheres presas de diversas localidades são enviados, por exemplo, à Lombroso e integram a sua pesquisa. Ou seja, a instituição policial torna-se colaboradora da ciência, ou ao menos de uma suposta ciência (AGUIAR, 2016).

¹⁰⁰ Ficava sob responsabilidade dos chefes de polícia instituírem os padrões comportamentais dos habitantes das cidades (BONI, 1987).

¹⁰¹ A prostituição, historicamente, é praticada e é aceita pela sociedade ocidental como uma atividade a ser tolerada. Esse discurso se constrói a partir da natureza masculina e de uma suposta virilidade e apelo sexual inerente aos homens. Contudo, com o surgimento da propriedade privada tornou-se necessário haver um controle sobre a linha sucessória, situação que levou as mulheres a terem os seus corpos e a sua sexualidade vigiada com a justificativa de controle da propriedade. Com a ascensão do sistema capitalista, a explosão demográfica das cidades industriais, a prostituição tornou-se uma importante atividade para subsistência de muitas mulheres e muitas delas, inclusive, conseguiram ascender socialmente. A partir disso, a fiscalização dessa prática passou a ser uma preocupação estatal e, apoiados na ciência, começou a ser feito um controle rigoroso das suas práticas, seus corpos e suas residências (FEDERICI, 2017).

polícia como a proibição de que mais de duas mulheres morassem na mesma casa, em 1918, ou mesmo em 1919, onde ocorre uma intensa ação policial no combate ao lenocínio¹⁰². Ações essas que foram acompanhadas pela imprensa local e renderam elogios às autoridades pela sua preocupação moral e material dos habitantes de Curitiba (BONI, 1987).

Esse afastamento espacial, contudo, foi revogado em 1928, em consequência das ideias defendidas pelo delegado da nova Delegacia de Costumes. Influenciado pela crença na racionalização do aparato policial, a sua atuação fez parte do movimento de disseminação dos estudos do campo científico na esfera prática social para, então, se tornar um aparato instrumentalizado e utilizado pela comunidade em geral. Ou seja, os estudos de Lombroso e Parent-Duchâtelet que buscavam explicar os comportamentos desviantes através das características fisiológicas e sociológicas começam a ser disseminadas de modo generalizado, tanto nas demais esferas profissionais, mas também da população como um todo (AGUIAR, 2016).

A partir disso, em Curitiba, a regulamentação passou a ser a principal estratégia para vigiar a prostituição. Em paralelo, a exposição pública também foi proibida com o objetivo de retirar a

Prontuário das meretrizes

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO MEDICO LEGAL E ANNEXOS

GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO
E
ESTATISTICA

DO
ESTADO DO PARANA

PROMPTUARIO N. 16758

Nome *Maria Julia de Souza*
ou
Julia Moreira

Registro de N.º 59633

NOME *Maria Julia de Souza*
VULGO

Photographia tirada em, *24-12-36*

Photographia tirada em, *24-12-36*

Photographia tirada em, *24* de *Novembro* de 19 *35*

| QUALIFICAÇÃO | CARACTERES CHROMATICOS ETC. |
|-----------------------------------------------------|------------------------------|
| Filha de <i>Antonio de Souza</i> | Côr. <i>Amarela</i> |
| e de <i>Julietina</i> | Olhos <i>castanho escuro</i> |
| <i>Marica de Souza</i> | Cabellos <i>castanho</i> |
| Nacionalidade <i>Paraguaya</i> | Altura 1 e <i>1,45</i> cms. |
| Naturalidade <i>Santa Catarina</i> | Rosto |
| Nascida em <i>1</i> de <i>Julho</i> de 19 <i>18</i> | Mão direita |
| Estado civil <i>casada</i> | Mão esquerda |
| Instrução <i>sem</i> | |
| Promptuario feito em <i>24</i> | |
| de <i>Novembro</i> de 19 <i>35</i> | |

Figura 72

Fonte: Aguiar (2016).

prática da sexualidade desviante do espaço público e delimitando-a ao espaço privado. A presença dessas mulheres na paisagem urbana não se destaca mais na rua, seus corpos, que antes eram

¹⁰² O lenocínio se constituiu na exploração do meretrício, conhecido como "cáfrens" e a sua definição pode ser encontrada também no Código Penal. Essa prática, dentro dos pressupostos do trabalho, é compreendida como uma atividade ociosa e delinquente, feita por "uma espécie de vadios, desclassificados, que se recusam a tomar uma ocupação honesta e vivem na ociosidade auferindo lucros de um comércio infame" (BONI, 1987, p. 85).

expostos e utilizados como estratégia para atrair olhares, precisam se conformar à ordem imposta para esse espaço público. Sua interação com outros grupos sociais é dificultada e limitada, sua presença deve ser imperceptível à sociedade, exceto àqueles que desejem atender as suas *necessidades vitais*. Também as suas residências, as pensões e as casas de tolerância, são vigiadas. Elas que antes estavam em maior concentração na rua Ratcliff, atual Desembargador Westphalen, tem a sua presença ocultada também das narrativas históricas hegemônicas sobre a cidade de Curitiba (AGUIAR, 2016).



A atuação da delegacia de costumes não se limitou as prostitutas, incluso também os mendigos e vadios, os menores abandonados, os jogadores, os embriagados e as empregadas domésticas. Acreditava-se que esses indivíduos e suas condutas eram ameaças à *normalidade* e à *ordem pública*, contudo, essa classificação também foi utilizada para ocultar as contradições existentes na sociedade. Um exemplo foi a prisão dos grevistas e líderes do operariado por “desordem” com o intuito de desarticulação desse grupo. Tal fato pode ser percebido na fala do delegado da polícia relativo à mobilização ocorrida em 1917 (BONI, 1987, p. 73–74):

[...] foram dias e noites de vigílias [...]; uma fase em que todos nós estávamos sob a ameaça dos inúmeros grevistas e a população urbana e suburbana tomara

de verdadeiro terror. [...] O que houve nesta Capital [...] (foi) uma manifestação de ideais anarquistas, francamente proclamados por indivíduos adeptos, que procuraram explorar as classes operárias, arrastando-as aos meetings, onde a palavra dos ardorosos defensores dos princípios, era ouvida com verdadeira surpresa por aqueles espíritos acanhados, afeitos tão somente ao seu *metier*, nas fábricas e oficinas.

No mesmo relatório o delegado concluiu a inexistência da greve, mas a ocorrência de uma desordem provocada por indivíduos específicos. Após a prisão, esses indivíduos desaparecem do cenário curitibano, indicando a possibilidade de terem sido extraditados (BONI, 1987). Fica evidente uma vigilância da população com o intuito de reprimir comportamentos que poderiam levar à prática de crimes. Diversos instrumentos foram utilizados para efetivação desse controle, os quais buscavam instituir uma racionalização das diferenças entre as pessoas honestas e marginais. Procedimentos estes que tinham como principal objetivo a manutenção da ordem pública, através do controle e, em muitos casos, com o uso de diversos tipos de violência, institucional e corporal.

Contudo, mesmo com a criação e aplicação de ferramentas de identificação, havia uma dificuldade prática na atuação do policial em lidar com o ilegal e legal, em diferenciar os trabalhadores dos vagabundos ou mesmo reconhecer uma cidadania no trabalhador pobre, situação que fica evidente nas denúncias em jornais de prisões arbitrárias assim como o espancamento e punições físicas a partir do momento de suspeita (BONI, 1987).

Apesar dessas denúncias, havia uma aprovação por parte da imprensa, presente nos elogios às estratégias empregadas pela instituição policial para *livrar* a cidade da presença dos

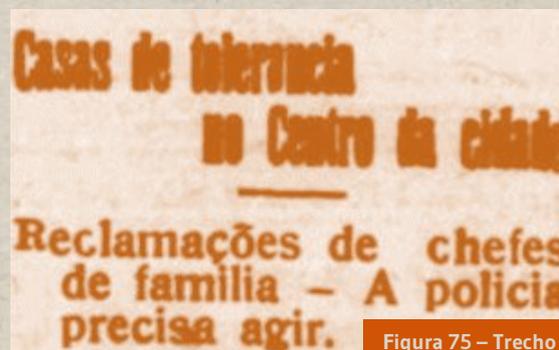
*Operários
em greve.
1917*



Figura 74 – Sociedade dos Operários, bairro São Francisco, 1917

indivíduos indesejados e prejudiciais àquela sociedade. Ações acompanhadas por violência que se justificavam por cumprir a preservação da moralidade pública e da paz das famílias.

Portanto, nesse capítulo busquei mostrar forma o conceito de modernização na Primeira República foi associado a uma preocupação de que com o corpo, em torná-lo saudável, físico e moral, condição que passa a ser uma preocupação coletiva, mas que depende do esforço individual. O mesmo se vale para o desenvolvimento do país, onde o progresso passa a depender da ação individual da população. Entretanto, devido à permanência de hábitos



Fonte: Casa de Tolerância no Centro da Cidade (1913).

Figura 75 – Trecho retirado de reportagem do jornal *O Diário da Tarde*, de 10 de outubro de 1913

considerados não modernos, especialmente as camadas populares, a elite se incumbiu da obrigação de moldar esses indivíduos e direcioná-los para se transformar no povo brasileiro. Acreditava-se que somente assim, o país, a sociedade e o cidadão brasileiro poderiam ser reconstruídos, deixando para trás o seu passado de colônia e imperial para adentrar ao mundo das repúblicas liberais. Através de modelos importados de comportamento, buscou-se implantar um país europeu e branco, sonho que se mostrava distante da realidade nacional composta por uma população de ameríndios, ex-escravos, descendentes miscigenados de negros, índios e brancos.

Seus corpos, feições, traços e cores que compõem a maioria das camadas populares demarcam diferenças que uma suposta ciência afirmou constituir características fisiológicas inferiores. Essa mesma suposta ciência atribuiu uma inferioridade à mulher em relação ao homem, justificando a sua apropriação, dominação acompanhado por processos violentos. O discurso da *Natureza* abordada no capítulo anterior se transforma ao se integrar como parte de conhecimentos de outras áreas científica, assim como fora dos círculos acadêmicos. A partir disso, surgem diversos especialistas em meio à comunidade geral, apresentando-se como científicos, racionais e modernos.

Os corpos passaram a ser categorizados e têm as suas diferenças identificadas, analisadas e comparadas. Foi construída uma classificação hierarquizada de um modelo a ser seguido em oposição a um antimodelo, identificado como um extremo desvio. Esse pensamento binário tornou-se crucial para a manutenção da ordem, onde a disciplina passa a ser também interiorizada pelos indivíduos (RAGO, 1985). Disciplina a qual está fortemente associada às novas demandas do capitalismo e é utilizado nas esferas tanto da macropolítica como da micropolítica, como um balizador entre o bom e o mal, o legal e o ilegal, o certo e o errado (ROLNIK, 2011).

As anormalidades passam a ser interpretadas como *doenças sociais*, problemáticas presentes nos *corpos individuais e coletivo*, que possuem a *capacidade de contaminação de todo o organismo social*. Torna-se crucial a atuação dos especialistas em aplicar práticas de correção e tratamento para evitar a sua disseminação. Contudo, para essa suposta ciência, além das características fisiológicas, existe outro fator que interfere no meio, as condições sociais. A partir disso, um outro especialista surge, o urbanista.

3 URBANISMO COMO DISCIPLINA CIENTÍFICA: A CIDADE COMO ORGANISMO VIVO

O *morar em cidade* imposto pela sociedade capitalista não pode ser analisado somente pela ótica das mudanças físicas na estrutura da cidade. Na realidade, as transformações engendradas foram imensas, com manifestações psíquicas e físicas profundas. Pensá-las como ajustes necessários a serem feitos ou uma adaptação é uma simplificação cruel, pois desconsidera todas as acomodações demandadas pela transposição dos modos de ser-estar-sentir-pensar o mundo que acompanhou o desenvolvimento das cidades, inclusas nesse processo também a cidade de Curitiba e as pessoas que nela habitavam.

Em um primeiro momento, as prerrogativas desse novo *morar urbano* capitalista encontrou ausências substanciais nas cidades detentoras de um passado colonial. Antiquadas às novas demandas que o sistema capitalista impôs, as infraestruturas das cidades colonizadas mostraram-se insuficientes para comportar o fluxo de mercadorias e pessoas necessário à nova ordem econômica. Tendo em mente as cidades europeias e norte-americanas, a percepção da condição de atraso era visível na forma da cidade, no desenho das suas ruas, na arquitetura das edificações e a sua paisagem, situação que funcionava como um lembrete permanente à elite local sobre a sua condição de atraso. Nesse movimento comparativo foi ignorado que a transição das cidades não colonizadas de seu estágio medieval para industrial foi artificialmente acelerada pela exploração financeira dos territórios-corpos colonizados. Ou seja, essa liderança nos processos modernizantes, utilizada para justificar a inferioridade das ex-colônias, somente foi possível pela violência sistemática de dominação empregada anteriormente.

A partir disso, o fornecimento desses serviços virou uma questão fundamental e constituinte desse novo *habitar urbano*, especialmente porque reforçava uma falta, sentimento este que sustenta as bases do capitalismo e da propriedade privada. Dessa forma, o desprovimento dessas infraestruturas se tornou problemático, pois essa carência era capaz de agravar as disfunções decorrentes da modernização. É declarada uma *crise urbana*, onde a insuficiência passou a ser uma condição permanente das cidades, agora sentidas e pensadas como um problema. Essa

posição, entretanto, não foi uma herança exclusiva da colonização, nem mesmo é uma novidade que as cidades são pensadas e projetadas para a materialização de uma organização social idealizada (PESAVENTO, 2015).

O fato é que para as cidades colonizadas, para as elites letradas locais, essa sociedade e cidade ideal já existia e o desejo de um dia alcançá-la era o elemento mobilizador. Portanto, se os problemas eram consequências das ausências, a solução estava no provimento. Nesse caso, tornou-se imprescindível o atendimento desses serviços, estipulados pelos debates científicos e tendo como exemplo as cidades francesas, norte-americanas e inglesas. Contudo, o atendimento dos desejos de modernização não seria atendido pelo fornecimento desses serviços. E mesmo se fossem aplicadas as mesmas técnicas empregadas nesses locais não seria o bastante, pois esse *desejo* não se limitava aos aspectos materiais. Travava-se, na realidade, de um anseio por essas sociedades em si (PESAVENTO, 2015).

Como explicado no capítulo anterior¹⁰³, no contexto brasileiro a matriz francesa influenciou as revitalizações urbanas realizadas durante o século XIX e início do século XX. O sonho da elite brasileira estava materializado na Paris de Haussman e essas manifestações aparecem nos anos antecedentes à instauração da República. A preocupação com a higiene passou a direcionar com maior intensidade as revitalizações urbanas, porém ainda fortemente associada à estética. Condições que aparecem exemplarmente no Rio de

Figura 76 – Obra de pavimentação na rua João Negrão em 1914.



Fonte: Coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022)

Figura 77 Postal da Rua XV. 1913.



Fonte: Coleção Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba (2022)

Figura 78 Rua XV em 1916.



Fonte: Groff (1916).

Figura 79 Alargamento da rua XV em 1926.



Fonte: Groff (1926).

¹⁰³ Para uma compreensão sobre as influências francesas nas práticas de intervenção urbana do século XIX, retomar a partir da página 47.

Janeiro do começo do século XX, com Pereira Passos, onde as medidas sanitárias acompanharam a imposição de uma nova fisionomia arquitetônica através do embelezamento (PEREIRA, 2015).

No caso de Curitiba, marcos desse pensamento foi a construção do Passeio Público, as manifestações arquitetônicas dos palácios da burguesia do mate e, embora lento e concentrado na região central, a distribuição e dos serviços de água encanada, coleta de esgoto, eletricidade, entre outros que gradativamente foram implantados e ampliados. Foi na gestão municipal do engenheiro Cândido de Abreu, conhecido por sua política de higienização, que muitas obras públicas de revitalização urbana se efetivaram, especialmente durante a sua segunda gestão entre os anos de 1913-1916.

Nesse período, a modernização da capital paranaense não se limitou ao aspecto físico, mas apareceu também na sua estrutura organizativa, com a concentração do planejamento e execução das obras públicas pela Comissão de Melhoramentos da Capital em 1913. Posteriormente, manifestou-se com a constituição de um novo Código de Posturas Municipais, implementado em 1919, e com a instituição de um novo zoneamento, onde o atendimento aos serviços e investimentos públicos passaram a ser diferenciados conforme a zona.

A importância do *embelezamento* apareceu nas propostas de avenidas com canteiros centrais, na arborização viária, na construção e reforma de praças e largos. No caso da *higiene*, essa preocupação aparece na criação de um plano geral de saneamento para a cidade em 1920, elaborado por Saturnino de Britto¹⁰⁴ (TRINDADE, 1997).

A continuação dessa narrativa evolutiva condiciona a acreditar que, embora lentamente, a modernização chegava à Curitiba. Se por um lado a condição de modernidade era constituída pelo acesso à infraestrutura, as limitações financeiras que a realidade material curitibana impunha obstáculos materiais para alcançar a concretização desse sonho. Situação que se agravou entre as décadas de 1920 e 1930, encontrando seu ápice com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929. Nesse momento, com a redução da exportação da erva-mate a capacidade de investimentos da burguesia ervateira também decresceu, refletindo na escassez de grandes obras urbanas realizadas na cidade durante esse período, situação que somente foi alterada com a introdução e o desenvolvimento da economia cafeeira no estado do Paraná no fim da década de 1940 (MENEZES, 1996).

¹⁰⁴ Contratado pelo governo estadual, o famoso engenheiro sanitarista era aclamado inclusive na França, onde algumas das suas soluções sanitárias foram elogiadas em revistas especializadas (TRINDADE). Confirmando, assim, a existência de uma preferência no que se refere à questão urbana pelas soluções e técnicas francesas, ou por eles validada.

nesses anos de estagnação econômica, a influência do pensamento positivista, que já vigorava nos projetos de revitalização urbana, ganhou força a partir do pensamento comtiano de melhoria e conservação do existente (PESAVENTO, 2015). Contudo, no âmbito da esfera política nacional, o positivismo não vingou. Na realidade, esse período foi marcado por um predomínio do pensamento oligárquico e paternalista. Ou seja, os sonhos e desejos da burguesia pela constituição

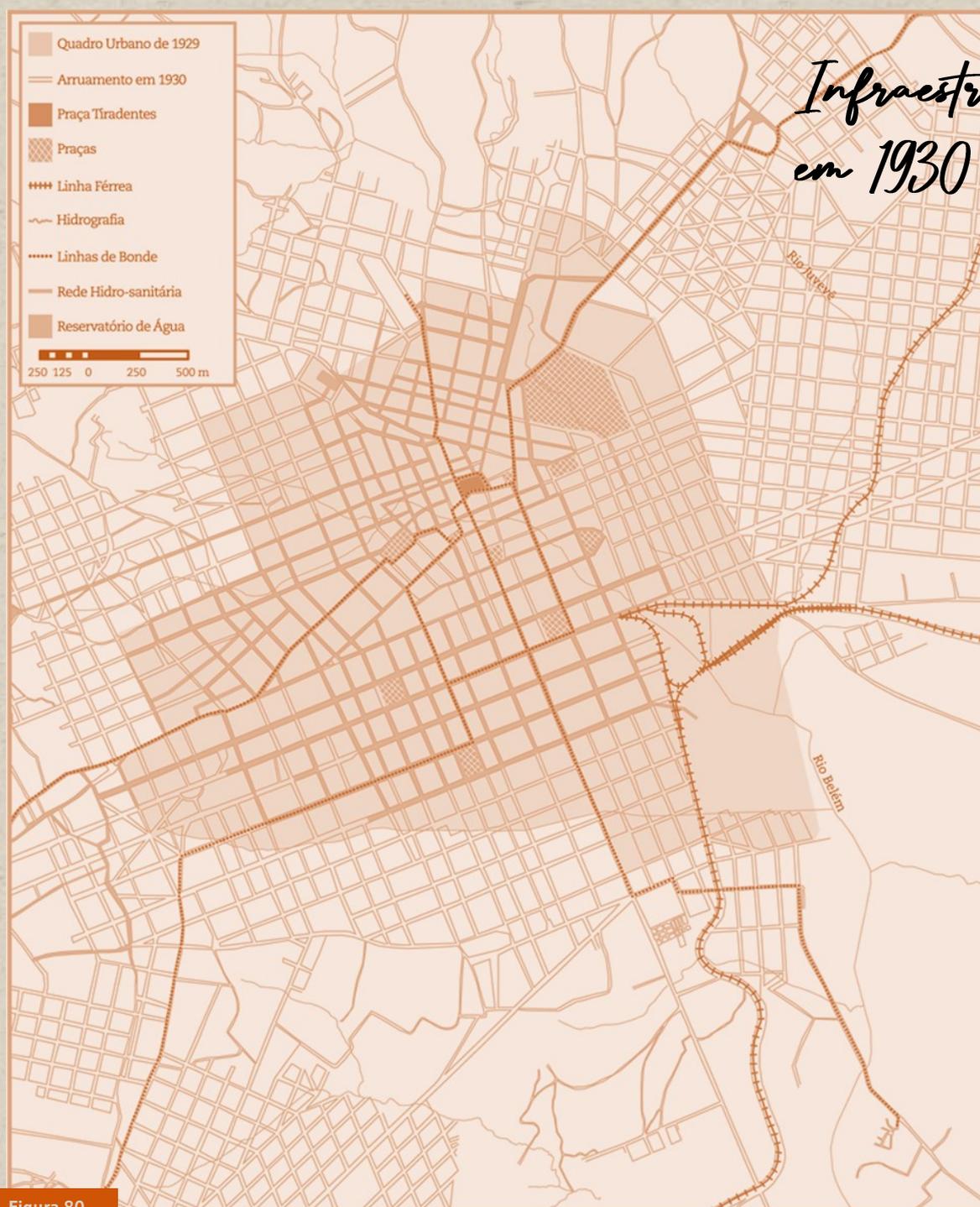


Figura 80

de uma democracia liberal não conseguiram romper com a estrutura de poder herdada do período colonial (TRINDADE, 1996).

A dissolução da Primeira República em 1930 foi sucedida pela constituição do Estado Novo e uma nova conjuntura se estabeleceu, decorrente do intenso processo de industrialização do país e do crescimento da classe trabalhadora urbana. Nesse contexto, o Estado passou a assumir a função de intermediar o conflito de classes, firmando o compromisso de eliminar as desigualdades sociais através de políticas compensatórias. Enquanto os direitos sociais foram assegurados aos trabalhadores urbanos, os direitos políticos permaneceram exclusivos às burguesias industrial e agrária. O novo regime, legitimado pelo apoio dos trabalhadores urbanos e em conciliação com a burguesia construiu as suas bases do pacto populista, aglutinando um desejo nacionalista por um país moderno e soberano em ambas as classes (MENEZES, 1996).

Assim como no período anterior, a racionalidade científica aparece como meio de materializar os anseios desse novo regime. Em consequência é dado cabo ao processo de burocratização do aparato estatal e uma nova estrutura administrativa foi estabelecida. A figura do funcionário público especialista, presente desde o século XIX, ganha um volume inédito na estrutura administrativa. Utilizado para afirmar a eficiência e racionalização estatal através da tecnocracia, buscou afirmar a neutralidade ideológica do Estado e dos seus procedimentos cotidianos (MENEZES, 1996). É dentro desse discurso associativo entre racionalidade científica e eficiência que ganhou espaço a figura do Urbanista (PEREIRA, 2015).

4 O URBANISTA E AS POSSIBILIDADES DE CONCRETRIZAÇÃO DO DESEJO DE MODERNIZAÇÃO: REARRANJO DO ESPAÇO URBANO PARA CONTROLE DA PROPAGAÇÃO DA DESORDEM E CAOS

Na mesa de autópsia repousa um corpo.

O especialista tem em suas mãos um guia, composto por desenhos detalhados daquilo que seria um corpo saudável. No entanto, quando começa a comparar o indivíduo a sua frente com as representações do livro, assusta-se. As diferenças entre a imagem e a realidade são absurdas.

A influência do desenvolvimento das ciências biológicas somado às novas expressões artísticas e costumes em emergência trouxeram uma mudança de perspectiva significativa no ser-estar-sentir o mundo, especialmente para a elite letrada. Sustentadas pela premissa da evolução e complexificação dos organismos, as formas de organização humana passaram a ser classificadas

hierarquicamente e comparadas entre si. No topo dessa lista estavam as sociedades industriais europeias. Essa visão organicista somada à tecnocracia fez com que os cientistas se tornassem responsáveis pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento do *organismo social*. Em paralelo, o advento das vacinas e a descoberta da microbiologia sustentaram as ações sanitárias propostas pela medicina ao afirmar que os distúrbios físicos e sociais eram consequência da proliferação destes organismos (TRINDADE, 1997).

A partir disso, a cidade passou a ser compreendida como um ser orgânico e detentor de um ciclo vital. O meio urbano tornou-se objeto de estudo de profissionais das mais variadas áreas e, apesar de a atuação desses profissionais partir da preocupação em curar o corpo-cidade doente, as suas hipóteses e conclusões eram diversas e, de modo recorrente, permaneciam restritas à área do especialista (TRINDADE, 1997).

É nesse contexto que a especialidade do urbanista é criada, com o intuito de concentrar em uma disciplina da ciência os estudos e práticas relacionadas às intervenções urbanas. De modo inédito, foi feita uma reunião e organização profissional¹⁰⁵ de um grupo de *especialistas práticos* da área para pesquisar e pensar o futuro das cidades, através da criação da *Société Française des Urbanistes* (S.F.U), em 1911, patrocinado pelo Museu Social de Paris. Esta entidade de caráter privado, criada em 1894, tinha como finalidade buscar por soluções práticas às questões sociais. Propondo-se como um espaço *entre* o público e o privado, formou outras seções de missões e pesquisas, sendo uma delas a *Section d'Hygiène Urbaine et Rurale* (Seção de Higiene Urbana e Rural – S.H.U.R) (BRUANT, 2015).

Criada em 1908, a S.H.U.R. foi crucial para a criação de dispositivos urbanos na cidade de Paris após a Primeira Guerra (1914-1918), destacando-se a subcomissão encarregada pelos espaços livres.¹⁰⁶ Apesar da preocupação com a teorização urbana não ser exclusividade da França¹⁰⁷, a importância da S.F.U. aumentou com a instauração da Lei Cordunet em 1919, onde tornou-se obrigatória às cidades francesas, com população acima de 20 mil habitantes, a apresentação de um plano urbanístico (PECHMAN, 2015). Esse imperativo além de agregar valor

¹⁰⁵ Não confundir essa organização profissional com sindicalização, visto que o objetivo não era a luta por direitos trabalhistas, econômicos ou sociais dessa categoria, mas visava fundar uma nova especialidade que tinha como objetivo essencial a prática intervencionista no espaço urbano.

¹⁰⁶ Sob orientação de Eugène Henard foi produzido entre 1909 e 1910 o “Plano de expansão e transformação de Paris após a supressão das fortificações”. Portanto, a S.F.U pode ser compreendida como uma derivação da S.H.U.R, visto que muitos profissionais eram integrantes de ambas as seções, como foi o caso de Alfred-Donat Agache. (BRUANT, 2015).

¹⁰⁷ A preocupação com a teorização urbana estava presente nesse mesmo período em países como no Estados Unidos, Inglaterra e outros países europeus. Mesmo na França, as concepções da S.F.U sobre o urbanismo não foi hegemônico. Um exemplo disso é a divergência de pensamento entre os contrários Agache e Le Corbusier, onde o primeiro utiliza-se da técnica e o segundo parte da experiência fenomenológica. Entretanto, nota-se uma aproximação nas soluções propostas por ambos, como é o caso da importância dada à circulação motorizada. Situação decorrente do impacto da velocidade na percepção de mundo, em especial por compartilharem a mesma matriz francesa haussmaniana (PEREIRA, 2015).

à nova disciplina que se constituía, auxiliou no processo de torná-la um produto cultural de exportação, visto que garantia a manutenção da importância social e econômica da França¹⁰⁸ (BRUANT, 2015).

Com o objetivo de criar a necessidade do urbanismo e do urbanista para o desenvolvimento das cidades, a divulgação foi amplamente utilizada pela S.F.U para legitimar essa nova especialidade. Um intenso trabalho expositivo nos meios de comunicação, conferências, palestras, cursos e revistas foi realizado. Além disso, outra estratégia partiu de dentro das estruturas do Museu Social com a criação de *missões civilizatórias através do urbanismo* e, com o apoio do Ministério de Relações Exteriores da França, foram firmadas parcerias internacionais.

Nas primeiras décadas do século XX, a América Latina, os territórios colonizados da África, Ásia e Oceania foram utilizados como espaços de experimentação de teses para a sua divulgação futura como teoria (PEREIRA, 2015). A disseminação desses experimentos encontrou terreno fértil nas exposições universais, que além de contar com a participação intensa dos integrantes da S.F.U e da S.H.U.R, o objetivo de divulgar os avanços tecnológicos das mais variadas áreas atraía um público abrangente que incluía profissionais, políticos e gestores das mais diversas localidades e regiões do mundo (BRUANT, 2015).

A partir desse momento buscou-se consagrar o urbanismo como uma prática capaz de tornar produtivo o conhecimento e técnica das demais ciências. Voltada à ação, esse procedimento se propunha interdisciplinar, integrada e capaz de controlar o crescimento e evolução das cidades de acordo com parâmetros estipulados de desenvolvimento e progresso. Nas palavras de Alfred-Donat Agache, secretário permanente e interlocutor responsável pelos anúncios e divulgação dessa disciplina (L'EXCELSIOR, 1913, apud BRUANT, 2015, p. 169):

O Urbanismo integra o conhecimento dos técnicos, do sociólogo, do engenheiro, do legista e, sobretudo, do higienista [...]. Esforçamo-nos hoje (com a criação da S.F.U.) em reunir todos os documentos que possam servir à elaboração de um corpo de doutrinas calcado na observação, na análise e na comparação; espera-se que estas doutrinas sejam transpostas para o domínio prático e que nossas cidades francesas, tão pitorescas em sua evocação do passado, sejam planejadas de tal forma que seu futuro possa ser feito de nosso presente.

Como médico capaz de tratar das comorbidades urbanas, o urbanista assumiu um papel centralizador. No entanto, sua atuação não se limitou à aplicação de conhecimentos técnicos, mas estava associado à construção de uma *nova cultura urbana*. Era, sobretudo, de uma *filosofia social*

¹⁰⁸ Foi uma tentativa de conservar a sua hegemonia cultural presente no século XIX. A partir do próximo século, a exportação cultural francesa é difundida como instrumento de desenvolvimento, contando com uma participação ativa e apoio das elites locais latino-americanas (PECHMAN, 2015).

(BRUANT, 2015, p. 182) e que demandava do profissional “[...] um conjunto de conhecimentos sociológicos bem assimilados [...]”:

Eu não hesito em afirmar que, se o urbanismo deve ser praticado como uma ciência e uma arte, deve ser considerado, em sua essência, como um derivado da *sociologia experimental* (AGACHE, 1935, apud BRUANT, 2015, p. 1812, grifos meus).

Assim como a arte e a técnica, no urbanismo a sociologia adquiriu uma importância fundamental. Afirmação inusitada para um graduado da *École de Beaux-Arts* de Paris e que marcou uma importante inovação da sua parte. Foi devido ao seu interesse pela sociologia¹⁰⁹, com destaque aos métodos experimentais *Le playsianos*, que Agache conseguiu a introduzir a observação dos acontecimentos sociais em sua prática (BRUANT, 2015).

É perceptível uma herança haussmaniana¹¹⁰, atualizada pela grande *croisée* de Henárd de 1903, em seus procedimentos e diretrizes projetuais, em especial pela importância dada à infraestrutura e vias de circulação. Da mesma forma, é possível vislumbrar o germe da utopia iluminista presente na busca por uma cidade igualitária, nos moldes da democracia burguesa, através do controle da expansão urbana¹¹¹. Traços da colonialidade também são perceptíveis pelo uso da legislação e da espacialidade urbana como ferramenta de poder e controle, através do zoneamento e da sua classificação hierárquica baseada na sua função. A crença na projeção da cidade ideal como uma representação espacial da sociedade idealizada permanece, porém, redefinida a partir de um modelo evolutivo. Fica à encargo do urbanista criar um enquadramento que direcione, de modo *positivo*, os agrupamentos humanos para alcançar o seu estágio final *natural*. Através do método associativo, a harmonia espacial produziria a incorporação da moral social.

O papel do urbanista será também o de solucionar as disfunções e o caos produzidos por uma sociedade doente, e o de *reformatar* a cidade, a fim de conferir, no futuro, uma **fisionomia à imagem do devir ideal da *cité*** serviços e equipamentos à altura de suas novas necessidades (BRUANT, 2015, p. 185, grifos meus).

¹⁰⁹O envolvimento de Agache nas ciências sociais aparece já no início do século XX, com publicações regulares na revista *La Science Sociale* (A Ciência Social) e sua participação na *Société Internationale de Science Sociale* torna-o reconhecido dentre os demais membros como o *arquiteto social*. Entre os anos de 1905 e 1909 foi convidado para ministrar um curso na *Collège Libre des Sciences Sociales*, movimento crucial para a estruturação do seu pensamento intelectual levando-o, posteriormente, a aplicação das ciências sociais na sua prática profissional efetiva, a partir de 1912. Em 1915 foi um dos fundadores do curso de Urbanismo, ofertado pela S.F.U na mesma instituição e em 1935 cria a revista de sociologia *Les Etudes Sociales* (Os estudos sociais), inaugurada com o texto *Um exemplo de sociologia aplicada: o urbanismo* (BRUANT, 2015).

¹¹⁰As modificações implementadas por Haussman em Paris substituiu as características medievais da cidade de Paris, composta por ruas estreitas e tortas, substituindo-as por grandes eixos viários delimitados por edifícios com fachadas uniformes, enquadrando uma perspectiva urbana ao mesmo tempo que possibilitavam uma rapidez na circulação das mercadorias e pessoas. Era a expressão da beleza e eficiência unidas (BENJAMIN, 2009)

¹¹¹A questão social é um fator importante para essa nova disciplina, direcionada para reparar os problemas sociais que emergiram nas primeiras cidades industriais devido à prática sem restrições do liberalismo econômico (BRUANT, 2015).

A transposição da tipologia social sobre a espacial, uma novidade proposta por Agache e permitida pela sociologia, somada à visão organicista decorrente das ciências biológicas modificou de modo inédito a compreensão sobre espaço urbano. Composto pela sobreposição dos aspectos físicos, econômicos e sociais, a cidade passou a ser considerada um **organismo complexo** e, assim como o organismo humano, deveria ser “[...] observado, conservado e restaurado” (BRUANT, 2015, p. 186).

Essas analogias prosseguem e são utilizadas inclusive para explicar o que é a cidade: “A cidade é o coração, o centro nervoso e o cérebro de uma região inteira e, às vezes, de um país [...]” (BRUANT, 2015, p. 187). Da mesma forma que o corpo humano, a Cidade-corpo foi desmembrado. Dividido conforme a distribuição da população e hierarquizada segundo as atividades econômicas e profissões. Essas partes são distribuídas pelo território conforme o seu grau de importância no funcionamento integral do organismo, irradiando a partir do núcleo central. Em paralelo, outras centralidades são distribuídas pelo território, com o intuito de aliviar o fluxo e o trânsito da região central.

Contudo, as propostas de organização territorial não são sempre as mesmas e variam conforme a particularidade de cada cidade. De fato, essas especificidades demandavam um olhar atento do especialista, que tinha uma função dupla, de perícia e ação. No primeiro momento, baseado nos aspectos do passado e do presente seria produzido um diagnóstico para compreender os vícios e disfunções presentes naquele espaço. Deveriam ser estudadas a geografia e história do local, seus indicadores sociais e econômicos, e as formas e os traçados urbanos existentes. Essa investigação permitiria ao urbanista antecipar os comportamentos sociais, possibilitando-o apresentar aos gestores propostas de ações capazes de controlar a propagação do caos e da desordem ao passo que rearranjaria o espaço urbano para criar condições que permitissem alcançar a organização social desejada (BRUANT, 2015).

Para isso, um importante aparato legal foi utilizado para guiar o crescimento e desenvolvimento da cidade: o zoneamento. Esse mecanismo adquire um papel vital dentro da metodologia proposta por Agache e pela S.F.U., pois seria ele o responsável por controlar o desenvolvimento desse corpo, conduzindo-o a uma evolução *positiva* (TRINDADE, 1997).

Através do discurso científico buscou-se omitir os fatores políticos e ideológicos por trás da prática do urbanista. Contudo, a criação da S.F.U e a construção do urbanismo como uma disciplina teve como um dos seus objetivos a contenção do avanço do socialismo que começava a se difundir no continente europeu e no restante do mundo, situação que pode ser notada pelo constante apoio e patrocínio do governo francês recebido pela instituição (TRINDADE, 1997). Fato

que não é de se espantar, visto que Comuna de Paris ainda era uma memória recente. Temendo novas insurreições populares, essa nova disciplina pretendeu se oferecer como uma alternativa ao socialismo que começava a se difundir pelo mundo, em particular no continente europeu. Portanto, o urbanismo, em sua origem, possuiu um importante papel educativo ao sistematizar a espacialização da ideologia das classes dominantes nas cidades (VILLAÇA, 1999).

5 AGACHE NO BRASIL: TRADUÇÃO DO SEU PENSAMENTO PARA A REALIDADE BRASILEIRA

Devido aos esforços em divulgar o urbanismo da S.F.U, a trajetória de Agache atravessa o oceano atlântico e chega no Brasil. A convite do prefeito do Rio de Janeiro, Antônio Prado Júnior, o líder das missões francesas fez uma série de conferências em 1927 na capital, realizando também palestras nas cidades de Recife e Belo Horizonte. No mesmo ano, o urbanista foi convidado para elaborar um plano de *Remodelação, embelezamento e expansão* para a capital do país, a qual afirmavam possuir feições consideradas ultrapassadas e não representativas da modernidade esperava para o Brasil (BRUANT, 2015).

Arelado à ideia de modernização, a prática do urbanismo afirmava ser capaz de direcionar à cidade e também a sociedade em direção ao seu desenvolvimento pleno ao associar os benefícios e os confortos provenientes do progresso tecnológico. Discurso que estava presente nas ideias difundidas desde o século XIX e que ganha força no século XX e que encontra na figura do urbanista a possibilidade de efetivar a ordenação do território. Na figura do urbanista, o desejo

Plano de Remodelação, embelezamento e expansão do Rio de Janeiro

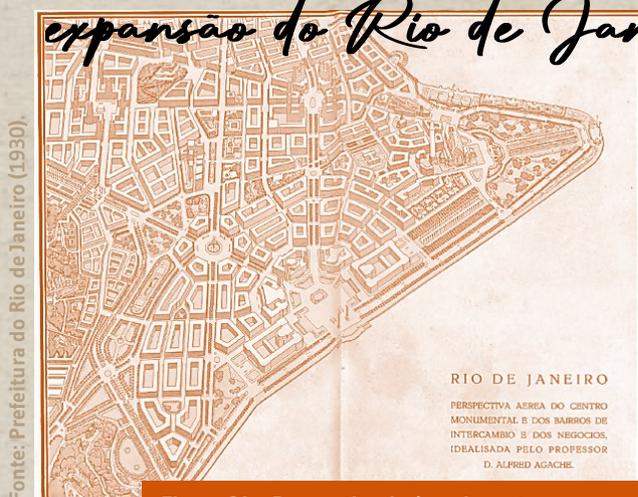


Figura 81 – Perspectiva da área do centro monumental

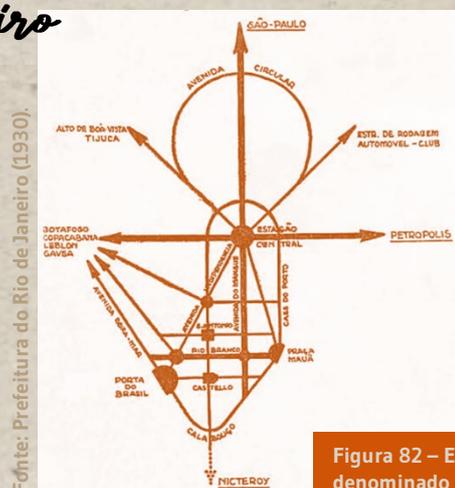


Figura 82 – Esquema denominado Conexão entre os cinco dedos

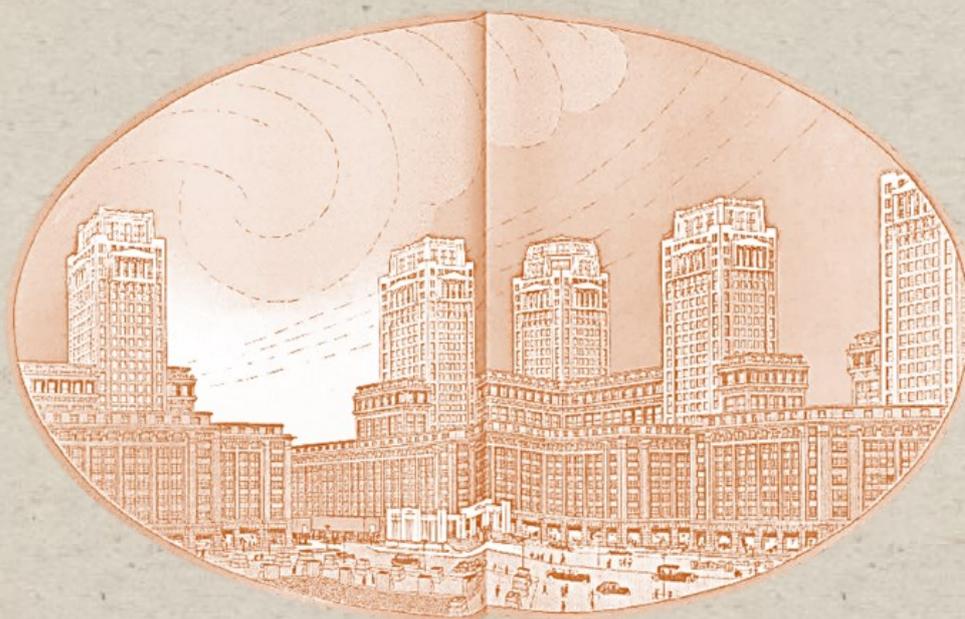


Figura 83
Perspectiva da Praça
do Castelo

Fonte: Prefeitura do
Rio de Janeiro
(1930).

de modernização vira uma possibilidade concreta para os locais considerados a periferia do mundo ocidental e as missões civilizatórias familiares a esses territórios reaparecem sob a égide da ciência em uma nova faceta da colonialidade.

O aspecto civilizatório do urbanismo, como produto cultural de exportação e com fortes características coloniais, fica evidente na proposta inicial apresentada aos meios de comunicação. Seu objetivo era de tornar a cidade do Rio de Janeiro *moderna e civilizada como Paris*. Situação, contudo, que entrou em conflito com o movimento cultural pautado pela busca por uma identidade nacional e brasileira que estava presente no campo da arte e da arquitetura desde 1922 com a Semana de Arte Moderna. A partir disso, o projeto para o Rio de Janeiro era torna-lo *Entrada para o Brasil ou para a América Latina* (CAROLLO, 2002).

Essa adaptação consegue colocar em evidência a particularidade da tradução do pensamento urbanístico para a realidade brasileira. Enquanto o urbanismo, na sua criação, assim como a metodologia de Agache estruturou uma prática urbana pautada nas políticas públicas de redistribuição¹¹², o mesmo não ocorreu no Brasil. Foi deixado de lado a preocupação com a condição de vida dos trabalhadores urbanos. De fato, essa prática corroborou para a manutenção da exploração e dominação da população, legitimando-a também através de um urbanismo pautado na disciplina e normatização dos corpos e das cidades (PECHMAN, 2015).

¹¹² As políticas de redistribuição buscavam garantir as condições para a reprodução da força de trabalho ao investir em equipamentos públicos, o suficiente para gerar altas taxas de mais-valia. Baseado em uma definição estratégica do Estado como redistribuidor de bens e serviços, a estrutura administrativa capta a parte excedente do capital e dos solos da cidade para compensar os não proprietários de terra e de meios de produção (ROLNIK, R., 2019).

Como marco dessa nova fase do urbanismo no Brasil, a partir de 1930, estão os planos realizados os para as cidades do Rio de Janeiro, planejado por Agache, e São Paulo, por Prestes Maia. Assim, os planos gerais¹¹³ surgem associados à racionalidade, a ordem e a eficiência (VILLAÇA, 1999). Sob o comando dos urbanistas e amparado pela ciência, essa técnica afirmou ter seus componentes ideológicos neutralizados (PEREIRA, 2015). Contudo, desde a sua formação esteve vinculada ao atendimento dos interesses das classes dominantes e a manutenção dos regimes exploratórios e de dominação das classes subalternizadas (VILLAÇA, 1999).

Para isso, foi feita uma reformulação conceitual, onde os termos *global* e *geral* passaram a ser empregados com o intuito de abarcar toda a cidade, todos os seus problemas e aspecto. Contudo, essa intenção mostrou-se falsa e pôde ser percebida, por exemplo, na ausência investimentos destinados à habitação popular. Enquanto isso, os principais interesses de investimentos foram destinados à infraestrutura ao passo que o foco das revitalizações permaneceu nas áreas centrais (VILLAÇA, 1999).

Ao se afastar da busca pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, o pensamento urbanístico foi adaptado para responder aos anseios pela modernização, desenvolvimento e construção de uma identidade nacional. Ideia que, assim como a tecnocracia, ganhou força com a instituição do Estado Novo, na década de 1930. No urbanismo e na figura de Agache foi possível às classes dirigentes encontrarem respaldo para afirmar uma falsa neutralidade ideológica nas ações estatais. Condição comprovada pela participação direta ou indireta urbanista em eventos e planos de urbanização das capitais brasileiras durante esse período¹¹⁴ (RIBEIRO, 2015).

Apesar de a ideologia nacionalista não favorecer a contratação de profissionais estrangeiros, muitos dos seus admiradores faziam parte da estrutura administrativa do Estado, o que impediu que o urbanista francês não assinasse os planos urbanísticos, mas foi contornado pela sua contratação como consultor ou colaborador de empresas brasileiras. Esse foi o caso da sua atuação junto à construtora Coimbra Bueno, onde elaborou planos para várias cidades do estado do Rio de Janeiro, o projeto de Interlagos em São Paulo, e também o Plano de Urbanização de Curitiba, no Paraná (SILVA, 2015).

¹¹³ Além de Agache, outro importante representante dessa nova visão da cidade no Brasil foi Prestes Maia, com seus projetos para a cidade de São Paulo. Contudo, a sua prática guardou mais resquícios das intervenções urbanas anteriores quando comparada com a metodologia do francês, onde é perceptível uma visão integrada do território a qual seria melhor desenvolvida somente na década de 1960, com os superplanos (VILLAÇA, 1999).

¹¹⁴ A nomeação de prefeitos pelos interventores do estado afeta especialmente as capitais, visto que responsabilidades que antes eram delegadas à câmara municipal passa a ser legislada pelos prefeitos (TRINDADE, 1997).

6 INÍCIO DO URBANISMO CIENTÍFICO EM CURITIBA: INAUGURAÇÃO DE UMA NOVA CONCEPÇÃO SOBRE O ESPAÇO URBANO COM AGACHE E A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

É inegável que no decorrer do século XIX e início do século XX, existiu uma preocupação com o desenvolvimento da cidade de Curitiba. Expressada nas intervenções urbanas voltadas ao embelezamento e ao saneamento e nos projetos de expansão da malha viária. Além disso, os Códigos de Posturas Municipais, realizados pelos vereadores de Curitiba, contou com diversos instrumentos de regulatórios que, junto com as normas comportamentais, buscaram construir a urbanidade para a capital. Entretanto, a prática do urbanismo, associado ao planejamento integrado e interdisciplinar, se iniciou em Curitiba somente em 1940. Sob o comando do famoso urbanista francês, Alfred-Donat Agache, foi elaborado o *Plano de Urbanização de Curitiba*, inaugurando uma nova visão sobre o espaço urbano na capital paranaense (TRINDADE, 1997).

Assim como no restante do país, a instauração do Estado Novo trouxe mudanças no cenário político e na estrutura organizativa da administração pública estadual. Nesse contexto, Manuel Ribas ganhou destaque no estado do Paraná e na sua capital, em especial quando se refere ao desenvolvimento do planejamento urbano de Curitiba. Governador estadual e, em alguns momentos, interventor federal¹¹⁵, determinou, em 1940, a constituição da Comissão do Plano da Cidade. Segundo esse comitê, o desenvolvimento pleno da capital paranaense era resultado das problemáticas urbanas que a assolavam há anos, as quais seriam solucionadas com um novo planejamento urbano para a cidade. Em consequência, nesse mesmo ano, foi encomendado pelo governo estadual o *Plano de Urbanização da Cidade de Curitiba*, ficando sob responsabilidade da municipalidade a contratação e acompanhamento do projeto (GARCEZ, 2006).

Novamente, a figura de Manuel Ribas aparece, dessa vez associado ao prefeito o engenheiro Rozaldo de Mello Leitão. Nomeado pelo interventor estadual, Leitão convidou Agache para conhecer a cidade, assim como fez Prado Júnior, no Rio de Janeiro. Em 1941 é oficializado a contratação de Agache, através da empresa Coimbra Bueno¹¹⁶, para a produção do novo plano para a cidade (TRINDADE, 1997).

Contudo, no contexto nacional, essa decisão não foi inédita. A necessidade de um planejamento urbano com as características dos *planos gerais* vinha sendo construída desde o final dos anos 30. Ao analisar os jornais da época, é possível perceber o anseio da elite curitibana em fazer parte desse movimento de modernização. Guiados pelo urbanista, vislumbrava-se a

¹¹⁵ Manuel Ribas foi interventor federal no estado do Paraná entre os anos de 1932 e 1945 (TRINDADE, 1997).

¹¹⁶ Após o fim da Primeira Guerra Mundial Agache não encontra espaço para o desenvolvimento dos seus projetos urbanos na Europa, que estavam mais próximos do modernismo. Decide então retornar ao Brasil e integrar a equipe técnica da construtora Coimbra Bueno Ltda. Contudo, apesar de não assinar oficialmente os projetos em que participou, toda a sua fundamentação teórica e metodológica desenvolvida e aplicada nos anos anteriores pela S.F.U orientavam as propostas (CAROLLO, 2002).

possibilidade de Curitiba deixar o seu aspecto provinciano no passado e caminhar em direção ao futuro, lado a lado das grandes cidades nacionais e internacionais¹¹⁷.

[...] Naturalmente aos olhos do urbanista Agache, ora estudado um plano urbanístico para a nossa cidade, o vasto “claro” da planta citadina aparecerá como magnífica oportunidade para o competente técnico dar vasa aos seus conhecimentos (LACERDA, 1940, p. 1).

Nesse trecho retirado do jornal *Diário da Tarde* fica evidente o impacto da sua contratação, especialmente na sua recorrente presença nesse meio de comunicação, a partir de 1940. Suas aparições na capital estavam relacionadas às palestras realizadas nas associações de engenheiros e na universidade, assim como em reuniões da alta sociedade curitibana¹¹⁸. É importante lembrar o papel da propaganda para o urbanismo da S.F.U e de Agache, em que se acreditava na imprensa como o mecanismo de sustentação da aplicabilidade do plano. Portanto, a sua presença nos jornais e em eventos era crucial para despertar o interesse da opinião pública (BOLETIM PMC, 1943), sobretudo, quando o entusiasmo nacionalista e o discurso da tecnocracia, presente nesse período, encontrava apoio nas propostas de Agache (TRINDADE, 1997).

Situação que pode ser percebida, por exemplo, nos elogios empregados ao prefeito Rozaldo Leitão, onde era destacada o seu profundo conhecimento sobre as questões urbanas da cidade, devido à sua formação em engenharia:

O dr. Rozaldo Leitão é um administrador capaz e ativo. Como engenheiro, conhece as peculiaridades de Curitiba sob o ponto de vista urbanístico e daí a razão pela qual muito fará em prol desta cidade, que bem merece o carinho que lhe dispensam (GRANDIOSO PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA CURITIBA, 1940, p. 1).

De modo usual, o nome do urbanista apareceu associado ao prefeito Rozaldo Leitão com o objetivo de ressaltar o esforço do gestor em solucionar os problemas da cidade. Esse esforço, entretanto, não era ingênuo, mas buscou construir uma estrutura que facilitasse a aceitação e a assimilação condizentes com a *visão* do prefeito, mesmo após a entrega do plano (TRINDADE, 1997)¹¹⁹. De modo constante, era reforçada a sua preocupação com a cidade. Associado a um sentimentalismo, a sua atuação tinha como o principal objetivo direcionar a cidade rumo à sua

¹¹⁷ Essas referências nacionais eram São Paulo e Rio de Janeiro e as internacionais eram cidades como Chicago e Filadélfia (CAROLLO, 2002).

¹¹⁸ Entre os anos de 1940 e 1941 foi relatada a presença de Agache em reuniões semanais do Rotary Club de Curitiba, no jornal *Diário da Tarde*.

¹¹⁹ Além da imprensa local, um importante meio de divulgação do trabalho de Agache e da gestão de Leitão, foi a publicação final do Plano de Urbanização de Curitiba, em 1943, no periódico da prefeitura, o Boletim PMC (BOLETIM PMC, 1943)..

modernização. Essa perspectiva gerou grandes expectativas, inclusive para justificar os altos valores emprestados da Caixa Econômica Federal para a sua efetivação:

Dentro de poucos, veremos os primeiros frutos dessa transação vultuosa, pois que os vinte mil contos estão auxiliando no plano de reformas da cidade, após cuja conclusão poderemos orgulhar-nos de Curitiba, porque esta será então um orgulho para o Brasil (VINTE MIL CONTOS PARA A PREFEITURA DE CURITIBA, 1941, p. 3).

Contudo, na leitura desse trecho uma outra questão aparece: o uso do urbanismo e das reformas urbanas associado ao nacionalismo. É possível compreender os reflexos da construção de uma identidade nacional fortemente vinculada ao território e aos símbolos da modernidade. Tendo como referências àquelas cidades que atingiram o estágio final evolutivo, com o desenvolvimento da sua cidade o seu habitante poderia se orgulhar dela e de si mesmo:

[...] A orientação do prefeito nos tira de um horrível todo dia, sem significação, para nos colocar em face de um futuro largo, que se prevê, que se sente com satisfação (LACERDA, 1940, p. 1).

Esse futuro de um dia chegar lá é colocado em marcha com o planejamento racional da cidade. E de fato, Curitiba já apresentava em sua paisagem um “[...] aspecto cosmopolita e nitidamente europeu” (GRANDIOSO PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA CURITIBA, 1940, p. 1)¹²⁰.

Através da técnica e da ciência, acreditava-se que todos os problemas da cidade conseguiriam ser resolvidos, em particular, quando esse projeto é conduzido por um famoso urbanista francês. Carregando consigo a fama e a experiência, Agache oferece à cidade e aos seus habitantes a possibilidade de adquirir forma de uma verdadeira capital. Ao empregar a sua metodologia de estudo, seria possível ao profissional identificar:

[...] *o que nos falta para nos dar; o que nos sobra para tirar. Estudará o sentido da nossa vida e imprimirá caráter apropriado à cidade, realçando a nossa história, dando graça nossa às nossas praças, num plano de longa duração. A cidade não é malha de ruas. É ambiente de vida, e por isso não pode deformar a vida. Precisa técnica, higiene, alegria, arte.* (LACERDA, 1940, p. 1).

A partir desse trecho, é possível identificar relação próxima entre o fazer do urbanista com a articulação da falta, sendo uma das suas funções a sua identificação. Essa ausência não se

¹²⁰ Em entrevista ao jornal *O Dia* (GRANDIOSO PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA CURITIBA, 1940, p. 1) Agache vê “[...] confirmada a opinião de que Curitiba apresenta os característicos de uma cidade europeia. [...] A influência do Velho Mundo é patente na construção das residências, cujo estilo é variável [...]. Num mesmo bairro observa-se a mescla de estilos, o que dá a Curitiba um aspecto cosmopolita e nitidamente europeu”.

limitava aos aspectos físicos da cidade, mas considerava os aspectos sociais e históricos da



Figura 84 – Chamada da reportagem do jornal Diário da Tarde, 1940.

população e da ocupação desse território, articulando um desprovimento associado integralmente à vida dessa sociedade. Essas carências eram produtoras, capazes de proporcionar *deformações* nessa vida.

Em entrevista concedida ao *Diário da Tarde* (DECLARAÇÕES DO PROFESSOR AGACHE AO DIÁRIO, 1940, p. 1) através da observação¹²¹, feita de modo preliminar, Agache afirmou que cidade sofria de *prisão de ventre*. Para ele, uma vida na cidade era articulada em 3 elementos: a circulação (ruas e avenidas), a respiração (praças e jardins) e digestão (esgotos). Os desequilíbrios desses elementos eram capazes de resultar em graves consequências para a saúde pública e, no caso de Curitiba, estava associada principalmente aos problemas relacionados aos rios da cidade.

Essa análise prévia não permaneceu na entrega final do Plano em 1943, que tinha como principal objetivo “[...]estabelecer as linhas e normas essenciais de sua remodelação, extensão e embelezamento[...]” (BOLETIM PMC, 1943, p. 17). Para isso, deveriam ser resolvidas as 3 problemáticas encontradas por Agache:

- 1) O solo¹²² (saneamento);
- 2) O homem¹²³ (descongestionamento);
- 3) O meio¹²⁴ (necessidade de órgãos funcionais).

Através de práticas corretivas e disciplinadores, a cidade-corpo problemática seria superada, tornando-se possível para Curitiba passar de uma:

[...] aglomeração de casas sem características que a distingua [...] para uma cidade orgânica, (um) complexo inteiriço, [...] capaz de disciplinar o tráfego, as construções, a propriedade imobiliária, as atividades econômicas e sociais (BOLETIM PMC, 1943, p. 11).

¹²¹ Aqui é possível perceber o modo como as ciências sociais, em especial a sociologia aparece na prática de Agache, conforme explicado na p.125.

¹²² Havia uma memória sobre as más condições de saneamento da cidade, devido às constantes enchentes na região central e nas áreas construídas. Agache utilizou-se de teses de medicina para comprovar que as principais endemias e epidemias da cidade foram consequência de problemas sanitários, sendo a mais recente o surto de febre tifóide, em 1917, decorrente da contaminação da rede de abastecimento de água (GARCEZ, 2006).

¹²³ Para Agache, a malha viária de Curitiba composta por *vielas medievais* era incapaz de dar vazão ao intenso tráfego de automóveis, estabelecido em uma previsão de 1 a 2 carros por família (GARCEZ, 2006).

¹²⁴ A organização em zonas e as atividades desenvolvidas em cada um dos centros funcionais irão constituir a vida da cidade (BOLETIM PMC, 1943).

7 PLANO AGACHE (1943-1945): LEITURA A PARTIR DAS LENTES FEMINISTAS DE ANÁLISE

O plano era um sólido corpo traçado com a racionalidade das máquinas, elaborado por um famoso urbanista e aceito sem maiores discussões (GARCEZ, 2006, p. 78).

O objetivo desse capítulo não será analisar de modo integral o plano, visto que esse trabalho já foi realizado em abundância e pode ser consultado nas referências utilizadas no decorrer do texto. De fato, a proposta dessa investigação será fazer uma leitura crítica a partir da Ideologia, modernidade/colonialidade, da relação entre Natureza e Humanidade, e do corpo-território. Nesse âmbito, a história adquire um papel fundamental, especialmente ao ser utilizada por Agache para justificar as suas análises, projeções futuras e, por fim, as suas propostas.

A construção de uma narrativa histórica linear foi utilizada como ferramenta ideológica para ocultar a realidade social e legitimar a exploração. Considerando que o espaço urbano é um importante produtor de ideologias, o planejamento urbano não pode se constituir como uma prática neutra. Logo, o urbanismo, como uma disciplina científica que pensa e atua sobre o espaço urbano, terá a sua prática fundamentada em um conjunto de ideias e crenças (VILLAÇA, 1999).

No decorrer do texto fica evidente a base tecnocrática utilizada por Agache na extensa coleta de dados, a aplicação de cálculos para projeção seguida pela apresentação de gráficos. A partir dessas informações, acreditava ser possível estabelecer previsões futuras, fundamentado em pressupostos históricos para justificar as suas propostas. É nesse caminho que o seu texto buscou construir uma lógica supostamente inquestionável imposta pela tecnocracia, a partir da qual estruturaria a reordenação racional do espaço. Através do discurso científico, as suas soluções, ao tentarem se afirmarem como neutras, teve como objetivo “[...] anular debate político e ideológico sobre a sua prática” (PECHMAN, 2015, p. 358).

Essa questão está presente, inclusive, no modo como os dados e as informações coletadas foram analisadas para a construção de uma narrativa que sustentasse o seu projeto. A partir disso, pode ser questionado, que materiais foram usados para a produção dessa pesquisa e com quais pressupostos eles corroboraram?

De fato, quando se começa a investigação a partir de uma crítica à modernidade e os discursos engendrados por ela, é possível perceber a busca pela construção de uma identidade regional coletiva vinculada ao território, através da reconstrução racional do imaginário popular. Sustentada por um mito de origem e seu herói-fundador, o local recebe um nome, emprestado dos indígenas da região, em referência a abundância de pinhões nas matas ao redor. A narrativa empregada conduz a pensar que a partir desse momento criador, deu-se o início da sua ocupação.

As condições climáticas, a fertilidade do solo, a sua localização estratégica nas estradas que conectam ao litoral e ao interior impulsionou o crescimento habitacional. Essa população adquire um caráter crucial para o seu desenvolvimento e a sua participação consta, inclusive, nos registros oficiais, onde foi “[...] por iniciativa do povo que se reuniu e clamou as autoridades judiciárias” (BOLETIM PMC, 1943, p. 7) foi alcançada a condição de Vila. Ao passo que a sua localização distante do litoral e, portanto, dos ataques marítimos elevaram à condição de capital da Comarca. Dessa forma, para o seu crescimento e desenvolvimento somente foi possível pelo esforço da sua população e devido as suas condições físicas e climáticas. Assim, ambos também adquirem importância para a continuidade dessa narrativa e que ganha força com a apresentação de informações geográficas e dados demográficos, listados quantitativamente e de modo generalizado¹²⁵.

Quando se examina o texto a partir da Natureza¹²⁶, é possível perceber a exaltação das particularidades de seus elementos naturais. Composta por “cadeia de elevações amenas, suficientes para quebrar a monotonia” que além de agregar valor estético também tinha valores práticos, pois permitia a “[...] fácil extensão da cidade” (BOLETIM PMC, 1943, p. 9). Esse movimento oscilante que concede elogios na busca por singularidade é feito de modo utilitário. Situação que pode ser percebida em relação às matas. Esse maciço, que supostamente deram o nome à região pela abundância das suas sementes, foram sistematicamente derrubadas para a ocupação humana. Contudo, foi essa ação que possibilitou uma beleza única e característica da paisagem.

A derribada sistemática dos grandes pinheiros que existiam na região, veio dar à cidade o belo aspecto das campinas verdejantes que a circundam, é preciso e mesmo indispensável que se conservem os últimos pinheiros que embelezam estas campinas e caracterizam Curitiba (BOLETIM PMC, 1943, p. 8).

Seriam os campos verdes que circundam a cidade uma evidência da capacidade humana em dominar a paisagem nativa? Esse questionamento surge quando, em seguida, a preservação dos pinheiros é indicada, devido ao caráter associativo em construção entre essa espécie e a identidade da cidade¹²⁷.

¹²⁵ Foi identificada a localização de Curitiba em relação ao meridiano de Greenwich – latitude e longitude –, sua altitude em relação ao nível do mar, a característica de seu clima, considerado ameno e próprio das regiões temperadas. Além disso, são listados os distritos que compõem a Capital – Curitiba, Tamandaré, Colombo, Umbará, Santa Felicidade e Campo Comprido – assim como os municípios limítrofes – Campo Largo, Cerro Azul, Bocaiúva, Piraquara, São José dos Pinhais e Araucária. A partir disso, são levantados dados de sua extensão territorial e dos seus distritos. Por fim, é listada uma população de aproximadamente 148.757 habitantes, conforme Censo de 1940 (BOLETIM PMC, 1943, p. 8).

¹²⁶ A análise é feita a partir do pressuposto crítico de que a modernização se fundamenta na relação entre Humanidade e Natureza, utilizada para justificar a dominação dos elementos naturais e de uma parcela da população. Caso precise retomar esse debate, retornar às páginas 23-33.

¹²⁷ “[...] é preciso e mesmo indispensável que se conservem os últimos pinheiros que embelezam estas campinas e caracterizam Curitiba” (BOLETIM PMC, 1943, p. 8).

Essa domesticação também aparece ao se tratar dos rios Ivo e Belém. Nas áreas de fundo de vale entre esses cursos d'água que se iniciou a ocupação desse local. Contudo, as suas grandes margens formavam grandes áreas alagadiças nas suas bordas, devido as características planas da topografia. Devido a esses elementos – histórico-social e geográfico – surge o problema das inundações, especialmente das áreas edificadas e centrais. Para a contenção dessas enchentes, foi proposto a canalização e retificação dos rios e justificada

[...] não só pelas razões econômicas, como também pelas sanitárias e estéticas, projetamos as suas retificações e canalizações, proporcionando-lhes secção de vasão compatível com o progresso da cidade (BOLETIM PMC, 1943, p. 85)

Presos entre paredes de concreto os rios correm escondidos. Sem terra para encharcar, também as águas provenientes das chuvas que costumavam a inundar as superfícies naturais e correrem em valas¹²⁸, seriam direcionadas aos canais cobertos e descobertos¹²⁹. Esse último, seria revestido em cimento armado até o nível das enchentes normais, a partir do qual subiria com uma inclinação de 45°. Suas laterais cobertas por um gramado até as banquetas laterais, as quais seriam arborizadas, “[...] constituirão, pois, um excelente motivo ornamental da cidade” (BOLETIM PMC, 1943, p. 87).

O valor atribuído à presença de espaços livres na cidade é perceptível na seção de detalhamento dos parques e praças. Dentre os seus benefícios estão a recreação ativa, relacionado às atividades físicas, esportes e jogos organizados que deveriam ser destinados tanto às crianças quanto aos adultos. Essa ideia corrobora com a nova percepção sobre os novos cuidados com o corpo como representação do progresso individual¹³⁰. Outra utilidade desses espaços desimpedidos era a possibilidade de abrigar momentos de lazer, como os bailes populares. Além desses usos, os espaços livres tinham como utilidade a recreação inativa, proveniente dos momentos de distração através da contemplação do belo. Situação que produzia a necessidade de uma atenção à composição, à forma e às cores.

¹²⁸ Conforme citação de Saturnino de Brito presente no texto do Plano, “[...] à medida que as superfícies relativamente impermeáveis (calçamentos de ruas, telhados das casas) forem cobrindo as atuais superfícies absorventes de uma parte das águas meteóricas; além do maior volume de água afluente para os cursos, teremos um outro acréscimo no volume da água que deflue proveniente da maior velocidade na afluência das contribuições ribeirinhas, desde que ela se faça nas sargetas, nas ruas e nos coletores tributários do curso, em lugar de correr sobre a superfície natural do terreno e das valas, como os obstáculos comuns ao ponto escoamento” (BOLETIM PMC, 1943, p. 86). Em diversos momentos é feito o uso de citação de profissionais brasileiros como Saturnino Brito, mas também Prestes Maia, assim como a comparação entre Curitiba e outras cidades brasileiras.

¹²⁹ Os canais cobertos seriam implantados nos fundos de quintais ou em ruas já edificadas, de pequena largura. Nos demais trechos deveriam ser descobertos (BOLETIM PMC, 1943).

¹³⁰ Essa concepção ganhou força no fim do século XIX e foi amplamente difundida a partir do século XX, onde o cuidado com a saúde e a aquisição de um corpo *saudável* passou a representar o desenvolvimento e o progresso individual. Uma investigação mais aprofundada sobre a temática encontra-se nas páginas 98-99.

Avenida Parque

Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba (1943).



Figura 85 – Detalhe em planta.



Figura 86
Seção
transversal.

Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba (1943).

Essa preocupação com a **estética**, foi utilizado para reforçar a importância da infraestrutura, em especial a sanitária e a de transporte. O apelo ao embelezamento, presente nos períodos anteriores ao Plano de Agache, encontra-se presente especialmente na malha viária proposta, situação que podemos perceber na proposta das Avenidas Parques (AP-3). Projetadas com objetivo de ligar os quatro novos parques proposto, essa avenida, localizada na periferia da cidade, teria

uma função similar a um parque linear¹³¹. Projetada para ter 60 metros de largura, com pistas duplas e tratamento especial proporcionaria “[...] um meio agradável para esta forma de recreação conhecida como *motoring* (passear de automóvel)” (BOLETIM PMC, 1943, p. 76).

Nesse momento é possível perceber a importância do automóvel, visto que a popularização representava um alcance do sujeito às comodidades proveniente da modernização. Foi a partir disso que os sistemas viários passam a ser pensados em termos de transporte, situação evidente no Plano Agache. Assim, além do apelo estético a infraestrutura viária deveria ser projetada em vista da sua *funcionalidade*. O congestionamento, devido à sua característica como “[...] centro propulsor do progresso do Estado¹³²” (BOLETIM PMC, 1943, p. 9), foi intensificado pelo crescimento econômico do Paraná, representou também a incompatibilidade do traçado colonial com as novas necessidades do capitalismo.

¹³¹ Esse sistema de Parkway já havia sido proposto no Brasil, em 1919, por Barry Parker em plano para cidade de São Paulo. A sua implantação apareceu em várias cidades brasileiras como Belo Horizonte, Porto Alegre, e no Plano de Avenidas de Prestes Maia (CAROLLO, 2002).

¹³² Para Agache, o caráter de centralidade de Curitiba era consequência da sua fisiografia, condicionada pelos aspectos geográficos e morfológicos, o modo como esses elementos direcionaram a ocupação, assim como o seu caráter histórico de conexão. Essa centralidade foi dividida em três aspectos: econômico, militar e cultural. A sua centralidade econômica é justificada pela evasão da produção do interior redistribuídas a partir de Curitiba para as cidades portuárias (Paranaguá e Antonina) e para as demais regiões do país pela ferrovia. Para Agache, a riqueza produtiva do Paraná se constituía como única devido a sua variedade, presente nas lavouras de café do norte, nos pastos naturais utilizados para criação de animais, o beneficiamento da erva-mate e a extração madeira. Somados, esses setores economia tornavam Curitiba um importante polo, onde o ritmo do progresso era perceptível no volume de transações presente nos parques comerciais e industriais, colocando-a “[...] entre as primeiras cidades do Brasil” (BOLETIM PMC, 1943, p. 9). Já a sua importância como *centro estratégico e militar* estava na presença de importantes autoridades nacionais, que ao fixarem residência na cidade, incrementavam a vida social e comercial. No caso da *centralidade educacional e cultural* era consequência da existência da Universidade na capital.

Em consequência, foi proposta a descentralização da região central¹³³ através da criação de outras centralidades, conectadas pela nova estrutura viária. A partir dessa nova malha, o fluxo de informações, mercadorias e pessoas passariam a ter uma característica radial e fortemente hierarquizada. Da mesma forma seria feita a distribuição desses novos centros e, juntos, formariam um *conjunto harmônico*.

Seu elemento principal seria Centro Cívico, por abrigar a sede do governo estadual, representando a irradiação do poder cultural, político e militar. A mesma lógica foi utilizada para a distribuição das zonas conforme a sua funcionalidade.

A vida urbana gravita em torno de certos elementos funcionais de uma cidade, que dia a dia se subdividem e se especializam, num entrosamento harmonioso de meios, em função de seus fins, *diante da complexidade dos problemas que surgem com o crescente progresso humano*.

Assim, entre os complexos aspectos focalizados nos planos de urbanização de uma capital, sobressai o que podemos chamar a *fisiologia da cidade*, isto é, o *estudo das funções dos principais órgãos de que se compõem o organismo urbano* (BOLETIM PMC, 1943, p. 29, grifos meus).

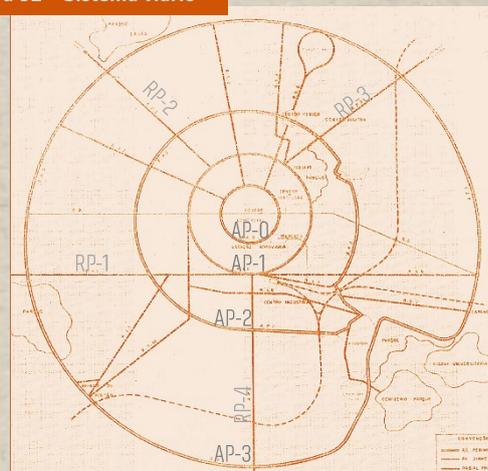
Portanto, diante dos problemas decorrentes do progresso humano, a fisiologia torna-se crucial para compreender às funções-

Figura 91 – Detalhe cruzamento



Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba (1943).

Figura 92 – Sistema viário



Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba (1943).

Figura 93 – Estádio



Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba (1943).

Figura 94
Passagem superior para o Capanema



Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba (1943).

¹³³ O Plano de Avenidas foi apresentado e aprovado pela câmara dos vereadores em 1942.

órgãos que integram o organismo-cidade. A partir disso, seriam sistematizados e hierarquizados conforme a sua função e grau de importância para o equilíbrio do organismo. No entanto, o que seria um organismo saudável? Quais são os elementos que proporcionam o seu equilíbrio? Para o urbanista, essa estrutura orgânica e harmônica seria constituída através do “[...] disciplinamento do tráfego, das construções, da propriedade imobiliária, das atividades econômicas e sociais, etc.” (BOLETIM PMC, 1943, p. 15). Estariam esses elementos associados ao ordenamento do fluxo de mercadorias e produção, das tipologias construtivas, da propriedade privada, do trabalho e da cultura?

A partir desse estudo, torna-se possível identificar as disfunções, decorrentes de carências que impedem a cidade de se desenvolver em direção à sua evolução. Fica evidente a construção de uma cidade-corpo problemática que precisa ser corrigido através de um ordenamento do território, ou seja, através do seu disciplinamento racional fundamentado na ciência. Portanto, a solução seria alcançada através da aplicação do novo plano diretor, Curitiba teria “[...] *uma fisionomia própria, adquirindo foros de uma capital: a cidade está plasmando sua organicidade, sob os aspectos edilícios, higiênicos e estéticos*” (BOLETIM PMC, 1943, p. 15).

Para Agache, uma vida urbana com qualidade seria alcançada a partir da funcionalidade. Pensada de um ponto de vista sistêmico, onde a economia, o bem-estar da população seria desenvolvido na integração dessas partes (CAROLLO, 2002). Essa divisão, no plano, é feita em Centro Cívico¹³⁴, Centro Comercial e Social¹³⁵, Centros de Abastecimento¹³⁶, Zona Industrial¹³⁷,

¹³⁴ Onde está localizada a sede administrativa do Estado e, além da sua função, pode ser considerada a “sala de visitas da Cidade” (BOLETIM PMC, 1943, p. 30), composta por um complexo de edifícios distintos e em harmonia com o paisagismo da praça central. A sua criação está fundamentada em dois aspectos, a economia e a beleza.

¹³⁵ O centro comercial coincide com o centro tradicional, sendo envolvido pela Avenida Perimetral AP-0, englobando na Praça Tiradentes, a Rua XV e seus arredores. A arquitetura presente nessa região permite vislumbrar o surto de progresso que atingiu a cidade, expresso no gabarito das edificações que variam entre 8 ou mais pavimentos, transformando-se nos “[...] *verdadeiros ornamentos da cidade*” (BOLETIM PMC, 1943, p. 10). Para a Rua XV, foi proposto a construção de galerias laterais para a retificação do alinhamento predial. Uma proposta característica para essa zona foi a construção de galerias laterais, prevendo um recuo gradativo do gabarito das suas edificações após o sexto pavimento, como recurso para melhorar a insolação das ruas.

¹³⁶ Agache propôs a criação de um grande Mercado Central e de pequenos centros de abastecimento nos bairros, distribuídos em um raio de abrangência de 500 a 700m (BOLETIM PMC, 1943).

¹³⁷ Conforme uma tendência já existente de localizar as indústrias próxima à estação ferroviária, a proposta seria o fortalecimento do uso existente no setor Sul, entre a Rua Marechal Floriano Peixoto e o Rio Belém. A sua localização, pertinente para a distribuição também está próximo das habitações dos operários, instalados na região e nos subúrbios (BOLETIM PMC, 1943).

Centro Esportivo¹³⁸, Hipódromo¹³⁹ e Exposição-Feira¹⁴⁰, Estação Rodoviária¹⁴¹, Centro de Instrução¹⁴², Centro Administrativo da Cidade¹⁴³, Centro Militar¹⁴⁴.

O controle do uso e ocupação do solo é empregado pelo zoneamento e o Código de Obras. Para Agache, o zoneamento é a constituição básica de um planejamento urbano, ao dar forma aos bairros e controlando o crescimento urbano. Esse instrumento “ [...] simplifica, disciplina e hierarquiza as funções urbanas e *reflete o nível de cultura dos seus habitantes*” (BOLETIM PMC, 1943, p. 56, grifos meus). Vocês percebem o modo como a *disciplina* da cidade está fortemente associada ao *nível cultural da população*? Cultura essa fundamentada nos preceitos burgueses de autocontrole, acumulação e da propriedade privada?

De acordo com Villaça (1999), essa percepção do urbanista francês é passível de questionamento, especialmente quando no Brasil a implantação do zoneamento aparece no século XIX, sem qualquer participação ou elaboração teórica. Mesmo a história desse mecanismo não pode ser confundida com a do planejamento urbano. De fato, o zoneamento pode ser considerado uma *prática* de planejamento urbano que, em sua maioria, serviu para atender o interesse da população de alta renda.

A distribuição hierarquizada de funções e atividades no território é realizada, onde o seu grau de importância é expresso pela proximidade ou afastamento do centro. A partir disso, a lógica binária centro/periferia é reforçada em todo o território, nas diferentes escalas. As suas consequências não aparecem somente nas tipologias possíveis em cada localidade, instituídas pelo Código de Obras, mas também na distribuição de infraestrutura. Em especial quando a proposta do plano prevê a sua implantação gradativa. A lógica concêntrica reforça a irradiação de serviços, infraestrutura, cultura e lazer a partir do centro. Da mesma forma é pensado no decréscimo da arrecadação de impostos, fator que reforça o caráter hierarquizante da economia capitalista, onde

¹³⁸ Acessado pela Avenida Perimetral 2 (AP-2), foi previsto uma área para o Complexo Esportivo Municipal com a instalação de um estádio para 20.000 pessoas, um edifício sede e área de estacionamento (BOLETIM PMC, 1943).

¹³⁹ As corridas de cavalo identificada por Agache como um dos principais divertimentos da cidade (BOLETIM PMC, 1943), fazia parte dos hábitos da elite curitibana desde a segunda metade do século XIX. Essa atividade aparece nas legislações ao tornar obrigatório o pagamento de taxas para a sua realização (PEREIRA, 1996). Localizado na região do Capanema, entre a Avenida Perimetral 3 (AP-3) e a Estrada que leva ao município de São José dos Pinhais, foi desativado na década de 1950 e hoje abriga a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) (CAROLLO, 2002).

¹⁴⁰ Junto ao hipódromo, esse elemento tem como objetivo proporcionar um espaço permanente de propaganda. Seu uso pode ser destinado a exposição de animais, produtos agrícolas e industriais, entre outros (BOLETIM PMC, 1943).

¹⁴¹ Acessado pela Avenida Perimetral (AP-0), a área prevista para a sua implantação está localizada ao lado do Mercado Municipal proposto. Atualmente é o atual terminal de ônibus metropolitano, contudo, até a década de 1960 abrigou a antiga rodoviária (CAROLLO, 2002).

¹⁴² Foi proposto uma Cidade Universitária atrás do hipódromo. Atualmente, é o Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (CAROLLO, 2002).

¹⁴³ Na praça Tiradentes, dentro do Centro Comercial e Social é proposto a construção de um novo paço municipal integrado a um eixo do Centro Cívico, com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços municipais (CAROLLO, 2002).

¹⁴⁴ Devido a prévia localização da base aérea e de outras instalações militares, para a zona do bacacheri foi sugerida a instalação de um centro militar com vilas para os oficiais, praças, áreas esportivas, “recantos pitorescos e sítios aprazíveis” (BOLETIM PMC, 1943, p. 56).

o acesso aos benefícios comuns está diretamente relacionado com a condição proprietária e de acumulação econômica.

Fica evidente, portanto, que as adaptações das técnicas francesas empregadas em Curitiba foram importadas e utilizadas intencionalmente para o benefício de grupos específicos, legitimando a exclusão de uma parcela da população (TRINDADE, 1997).

8 CONTINUIDADES...

O plano, entregue em 1943, e o desafio de implantá-lo percorreu as décadas de 1940 e 1950, sendo que a maioria das proposições não se efetivaram. Por exemplo, o Plano de Avenidas, aprovado em 1942, propôs o alargamento de várias ruas e atingiu inúmeras edificações. No projeto, entretanto, não havia a previsão da origem dos recursos necessários para as desapropriações. Afetados pelo pós-guerra, a ausência de recursos internacionais destinada ao desenvolvimento dos países periféricos somou-se com o fim do Estado Novo e o estabelecimento de um novo regime democrático. O novo contexto sócio-político produziu impactos significativos na aplicabilidade do Plano Agache (GARCEZ, 2006).

Da mesma forma, a excessiva rigidez do zoneamento que não previu mecanismos de adaptação, mostrou-se um forte impeditivo fortes impeditivos para a sua aplicação. Somado à implantação progressiva do plano, foi gerada uma forte especulação imobiliária, onde, dos 200.000 lotes existentes em 1953, somente 20% estavam edificadas (GARCEZ, 2006).

Além disso, as previsões de crescimento demográfico apresentadas no plano como parte da fundamentação das suas propostas se mostraram equivocadas. Nas suas tabelas e gráficos não foi prevista a explosão demográfica na década de 1950, resultante do fluxo migratório da população do interior para a capital. Situação que acrescentada à especulação imobiliária, produziu uma periferização da população recém-chegada. Através da subdivisão das áreas rurais, deu-se cabo à indústria de loteamentos, onde foram vendidos lotes de dimensão média de 11x33 metros em áreas consideradas impróprias à urbanização e sem infraestrutura. Somente a partir de 1953 que os loteamentos, também das áreas rurais, passaram a precisar de aprovação da prefeitura. Contudo, nesse intervalo muitos loteadores obtiveram lucros significativos onde logo nas primeiras vendas os investimentos eram amortizados (GARCEZ, 2006).

A partir disso, um questionamento surge: seria possível ao urbanista prever o desenvolvimento das cidades? Essa tentativa de previsão que buscou alcançar um suposto fim evolutivo, instituiu uma linearidade do desenvolvimento. Contudo, a mesma não se mostrou inalcançável?

Em paralelo, a prática do urbanista se consagrou a sua prática projetiva como um instrumento capaz de alcançar uma cidade e sociedade ideal, ou seja, baseada numa idealização que se encontra de modo imanente inalcançável.

De fato, a presença de Agache talharam marcas profundas na instituição do planejamento urbano, em especial dentro da esfera administrativa. Impulsionada pela contratação, a prefeitura viu nela a oportunidade de capacitar seus técnicos com o renomado urbanista. A partir das suas ideias e da sua metodologia que foi construída uma cultura do planejamento urbano institucionalizado, os quais inclusive influenciaram na fundação do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Paraná (TRINDADE, 1997). Esse tipo de planejamento pautado da na técnica e neutralidade ideológica encontrou em Curitiba um solo fértil para a sua continuação. Inclusive, muitos professores e alunos da Universidade integraram o quadro de funcionários dos órgãos de planejamento urbano, participando da construção dos planos posteriores.

Outra continuidade do pensamento de Agache também é perceptível na construção do Centro Cívico. Efetivado na década de 1950, para comemoração do centenário de emancipação Paraná, realizado com o dinheiro proveniente da economia cafeeira (GARCEZ, 2006). Essa construção, feita com o objetivo de exaltar o progresso e o desenvolvimento estadual, conseguem mostrar a continuação da proximidade entre o pensamento das classes dirigentes e do urbanista francês.

Assim como Manuel Ribas foi crucial para a execução das obras na capital paranaense durante as décadas de 1940, em 1950, Ney Braga também foi fundamental. Em especial quando se considera a existência de uma aproximação entre o governador do Paraná e o padre Lebret (TRINDADE, 1997). A partir disso, um segundo momento de penetração das ideias urbanistas de origem francesa ocorreu com a chegada do padre dominicano francês Joseph Lebret no Brasil em 1947, influenciando um grande número de pessoas que participavam do cenário político do país (LEME, 2015). Mas essa é uma outra história...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo principal utilizar as lentes feministas de análise para estudar a história da cidade de Curitiba. Através das teorias feministas e outras correntes teóricas, construí a minha caixa de ferramentas. Guiada pela crítica à Modernidade/Colonialidade busquei mostrar o modo como a narrativa de um desenvolvimento linear, unidirecional e evolutivo é uma ficção criada para a manutenção do capitalismo. Baseado no universalismo, no antropocentrismo, na propriedade individual e privada, no livre mercado, no secularismo e na democracia representativa a modernidade fundamentou as bases daquilo que se constituiria como sociedade ocidental.

Da mesma forma a fabricação das ideias de *raça* e o gênero foram fundamentais para a construção do eurocentrismo para assegurar o poderio das Metrôpoles sobre as Colônias e, posteriormente, do Norte sobre o Sul. Para isso os dualismos e a criação de uma categorização ideológica foram utilizados para *legitimar a devastação natural do mundo*, a exploração racial e de sexo-gênero através do emprego da violência sistemática dos corpos e territórios. Dentro dessa lógica binária da dominação de um sobre o outro deu-se cabo no aniquilamento de mundos e das práticas que não corroborassem com essa narrativa.

Nesse âmbito, a ideia-força *corpo-território* possibilita conectar as estruturas de violência que acompanham expropriação sistemática dos territórios, dos elementos e dos corpos à exploração do trabalho, visto que a expropriação dos bens comuns acarreta na devastação das estruturas que sustentam a vida. Ao compreender que a terra e os elementos naturais são partes integrantes da vida foi possível romper com a ideia presente na modernidade/colonialidade de hierarquias desumanizantes.

A manutenção dessa narrativa unívoca é uma forma de perpetuar a colonização do tempo e do espaço (MIGNOLO, 2017). Dessa forma, para o desenvolvimento dessa pesquisa busquei nos escombros da história oficial da cidade de Curitiba os rastros daquilo que foi excluído, deixado de lado, realizando uma investigação a partir das minhas lentes feministas de análise. Para isso, uma pesquisa bibliográfica de cunho historiográfico buscou investigar as camadas sobrepostas e que compõem as histórias da cidade de Curitiba.

De que forma o Progresso, a Natureza e o Corpo foram utilizados para a construção da história oficial de desenvolvimento e crescimento da cidade durante o século XIX e a primeira metade do século XX? De que maneira o discurso do Progresso e os movimentos engendrados para a modernização impactaram na construção de uma identidade social curitibana? Como definições de Progresso, Natureza e o Corpo impactaram as práticas de intervenção no espaço

urbano em Curitiba no fim do século XIX e XX? De que forma as definições de Progresso, Natureza e o Corpo impactaram no modo como se pensava e articulava o espaço urbano e a cidade nos séculos XIX e XX em Curitiba?

O movimento foi articulado por perguntas que *guiaram* o trabalho, visto que o objetivo não era o de encontrar respostas fechadas para a construção de uma nova história oficial em substituição à outra. Pelo contrário, ao invés de se manter dentro de uma lógica antagônica, a multiplicidade e a instabilidade foram compreendidas como elementos cruciais para o rompimento do individualismo inerente ao capitalismo que se baseia na fabricação de uma *falta* e na criação de um mercado de desejos capazes de trazer uma suposta estabilidade e controle através do consumo (ROLNIK, S., 2019).

Através de três eixos de análise, *Progresso, Natureza e Corpo*, busquei entender como as narrativas de *modernização e desenvolvimento* engendrada no século XIX e nas primeiras décadas do século XX se relacionaram com as concepções sobre a Natureza e o Corpo – humanos e não-humanos.

Em um primeiro momento, a análise passou pelo período colonial (séc. XVII e XVIII) e se estende até o fim do Império (1840-1889), marcado em especial pela abolição da escravidão (1888). No capítulo 5, denominado *Natureza em questão*, foi investigado as transformações das concepções de Natureza no decorrer do desenvolvimento da cidade de Curitiba, sendo identificado dois momentos distintos. O primeiro ocorre no período colonial, onde havia uma oposição entre rural e urbano, a ordem racional e o caos na natureza. O segundo refere-se à chegada da coroa portuguesa no Brasil, em 1808. A partir disso, é estruturado um novo modelo de urbanização diferente daquele presente anteriormente no território colonizado. O surgimento das cidades industriais europeias e as consequências do liberalismo sem controle nesses locais alterou a percepção sobre a natureza. A vegetação em locais específicos passa a ser aceita de modo utilitário, com o objetivo de purificar o ar corrompido pelas indústrias. Além disso, a ascensão inédita da burguesia no poder institui o urbanismo embelezador como linguagem representativa do seu poderio. Através de uma associação entre infraestrutura e estética, as intervenções nos espaços urbanos passam a representar a modernização e progresso.

É dentro desse contexto que o desenvolvimento de Curitiba como recém proclamada capital da Província do Paraná (1853) deve ser estudado. Ao considerar a influência da matriz francesa, em especial as intervenções urbanas realizadas por Haussman em Paris, na urbanização das cidades brasileiras e também em Curitiba, torna-se possível articular o conceito de fantasmagoria, de Walter Benjamin, com tal realidade. Essa aproximação foi feita com o objetivo de compreender o modo como essa expressão da civilização moderna e do modo de vida capitalista

influenciou ideologicamente as elites brasileiras. Ideais, estes, que foram expressos também nas concepções de Natureza, Corpo e Cidade. Nesse processo, a arquitetura e urbanismo, compreendidos enquanto ferramentas ideológicas, foram utilizados para a difusão desses princípios.

Um marco importante de modernização da cidade de Curitiba foi a construção do Passeio Público em 1888. A partir desse momento o discurso da modernidade ganha força e o acesso a infraestrutura estreita relações com a especulação imobiliária. A perspectiva de mercantilização do território somente foi possível de ser estabelecida quando a Natureza é pensada em oposição à Cultura. Essa relação dicotômica possui ligações com a colonização e, de fato, é uma expressão da Modernidade/Colonialidade, visto que essa estrutura binária foi utilizada como justificativa para apropriar e dominar os corpos e territórios das populações ditas não-civilizadas.

Situação que, por exemplo, também aconteceu na industrialização da erva-mate. De fato, quando analisado o procedimento de beneficiamento desse produto a partir da Modernidade/Colonialidade, emerge à superfície outras miradas sobre esse processo. Ao investigar sobre os eixos de Corpo, Natureza e Cidade, torna-se evidente os processos de rapina que acompanham de modo inerente às economias coloniais e, posteriormente, também as capitalistas. Assim, o arbusto nativo encontrado em abundância nas matas da região e as técnicas de beneficiamento que eram amplamente difundidas entre a população local, com a industrialização é dado cabo à privatização dos processos de produção em detrimento do enriquecimento de um grupo, a burguesia do mate. Esse processo de apropriação e expropriação dos saberes populares teve uma relação direta com a urbanização de Curitiba durante o século XIX, pois foi o capital proveniente da elite ervateira que sustentou a modernização e desenvolvimento do espaço urbano.

Ao evidenciar esses atravessamentos, surgem as narrativas daqueles que foram apagados da história hegemônica: os despossuídos. Esses indivíduos pertencentes às camadas populares também fizeram parte dessa história. Foram eles que viveram, habitaram e ajudaram a construir a cidade de Curitiba na sua cotidianidade. Gostaria de ressaltar que a Natureza deve ser pensada em oposição à Cultura, pois é a partir dessa relação dicotômica característica da sociedade ocidental e ocidentalizada que estão presentes nos discursos de modernidade e progresso em vigor nesse período. Portanto, também na Natureza encontrava-se presente o Corpo, em especial na população despossuída que habitava a cidade de Curitiba nesse período.

A partir disso, a análise dos Códigos de Posturas (século XIX) tornou-se crucial para investigar como o aparato legislativo foi utilizado pela elite dirigente para minar hábitos, costumes e usos do espaço característicos das camadas populares. Nesse movimento foi possível perceber o modo como o discurso de modernização se associou ao novo *papel civilizatório* assumido pelas elites

locais. As estratégias legais utilizadas para adequar a população a esse novo modelo de civilidade e moralidade associada à acumulação possuiu ligações profundas com o processo colonizatório impulsionado pelas Grandes Navegações e encontrou continuidades na modernização de Curitiba do século XIX.

A proibição das congadas, dos *spumfs*, o constante medo por parte da elite em relação a tudo que fazia parte do universo do trabalho, tornou as camadas populares alvo dos aparatos legislativos. Situação, esta, que adquire um agravante quando analisado a partir dos marcadores de raça e gênero.

Esse uso da lei para controlar os corpos e espacialidades produzidas pela população despossuída também ficou evidente ao analisar os aspectos arquitetônicos e espaciais presentes no Código de Posturas. Nesse caso, o controle das tipologias – definição de alturas mínimas nas principais ruas da cidade – e dos materiais permitidos dentro do perímetro urbano – a proibição do uso da madeira para as fachadas – expressam a instauração de uma segregação socioespacial baseada no poder aquisitivo individual. Tal fato esteve fortemente associado ao acesso à infraestrutura urbana, onde as relações de legalidade e ilegalidade passam a variar conforme a localização, produzindo e reforçando uma dicotomização entre centro e periferia.

Ao analisar esses aspectos foi possível perceber em Curitiba o modo como a lei representava os desejos de cidade ideal das elites dirigentes. No entanto, não se limitavam aos aspectos espaciais e arquitetônicos, mas também foi uma representação ideal de organização social almejada por esse grupo, situação que produziu paulatinamente a perseguição e tentativa de expulsão da população indesejada – despossuída e popular – dos centros urbanos.

Situação semelhante foi percebida nas legislações do Século XX e a sua análise é iniciada no próximo movimento. No capítulo 6, intitulado *Corpo e Cidade*, Curitiba foi investigada em uma outra temporalidade. Foi percorrido desde a instituição da Primeira República (1889-1930) aos últimos anos da Era Vargas (1930-1945), em particular com a produção do Plano de Urbanização da Cidade de Curitiba entre 1941 e 1943. Nesse caso, foi investigada o modo como o organicismo presente no campo científico se expandiu para as concepções de Corpo e Cidade, aproximados enquanto um *organismo vivo*. Nesse momento, o corpo adquire uma abordagem funcionalista através da fabricação de uma suposta natureza intrínseca associada a características fisiológicas dos indivíduos e grupos sociais, utilizada para construir um sistema identitário mantido através de relações de punição e recompensas.

Torna-se, então, responsabilidade do *aparato policial* o controle dos comportamentos nos espaços públicos. Enquanto isso, no espaço privado a *mulher-dona-de-casa* tornou-se responsável pela manutenção da família nuclear e difusora da feminilidade e da existência de uma natureza

tipicamente feminina. São a partir *dessas instituições especializadas* que os ideais da elite passam a ser paulatinamente incorporados na cotidianidade dos indivíduos.

Da mesma forma, a figura do *urbanista* surge no campo científico como o *especialista das cidades*, encarregado de manter a ordem e a funcionalidade dos espaços urbanos. Essa perspectiva tecnocrata do corpo e cidade foi possível através da instituição de parâmetros daquilo que seria uma cidade-corpo saudável, moral e disciplinado em oposição à cidade-corpo desviante, doente e imoral. Esse pensamento dicotômico mostra como a Modernidade/Colonialidade prevaleceu com o seu objetivo de impor um modo de ser-estar-sentir o mundo sobre outro.

Com base nisso, foi investigado o Plano de Urbanização de Curitiba (1943-1945) a partir das minhas lentes feministas, assim como a vida do seu autor, Alfred-Donat Agache, em especial a sua trajetória profissional. Tal movimento considerou a impossibilidade de separar a produção profissional e acadêmica das ideologias e crenças individuais. Dessa forma, em um primeiro momento busquei compreender a sua trajetória, seu interesse pela sociologia experimental crucial para a sua introdução original da observação dos acontecimentos sociais na prática do urbanismo. Sua participação na *Société Française des Urbanistes* (S.F.U) foi crucial para a difusão dessa nova disciplina, assim como para a construção da sua necessidade para o desenvolvimento e modernização das cidades.

Foi a partir dessa instituição que se iniciou a trajetória de Agache no urbanismo das cidades brasileiras. Contudo, deve-se levar em conta a tradução do seu pensamento para o contexto brasileiro. Situação, esta, que conduziu a pesquisa para uma investigação sobre os entrelaçamentos da situação política no Brasil com a sua prática urbana. Em Curitiba, a influência de Agache foi estabelecida pelo Plano de Urbanização de Curitiba (1943), conhecido também como Plano Agache. Nesse momento, ficou evidente o desejo por modernização presente por parte da administração política da cidade e também do estado do Paraná, simbolizado pela contratação do urbanista. Trazido da França e carregando consigo a ciência e a técnica, essa figura adquire com o apoio dos aparelhos midiáticos locais a responsabilidade de direcionar a capital rumo à sua modernização. Através da identificação de ausências geradoras de deformações, seria possível a aplicação de práticas corretivas para resolver as disfuncionalidades do corpo-cidade. Dessa forma, fundamentado no discurso tecnocrata, a identidade encontra-se vinculada ao território e aos símbolos de modernidade.

Como proposta de investigação no Plano Agache, realizei uma análise desse material a partir das minhas lentes feministas de análise, ou seja, a partir da Modernidade/Colonialidade, Natureza/Humanidade e Corpo-território. Para isso, também considerei o espaço como produtor de ideologias (LEFEBVRE, 1991) e o urbanismo como uma disciplina que atua no espaço urbano e

tem as suas práticas fundamentadas em um conjunto de ideias e crenças (VILLAÇA, 1999). A partir disso, foi investigado o modo como esse documento, enquanto um aparato legislativo, foi utilizado para manutenção da narrativa hegemônica do progresso. Em um primeiro momento, foi notado o caráter utilitarista da Natureza, utilizado para a construção de uma singularidade do local, em um movimento de exaltação das suas particularidades. Da mesma forma, foi possível perceber uma nova percepção de cuidado com o corpo, através da presença de espaços livres destinados para a prática esportiva.

A estética e a funcionalidade da infraestrutura, a priorização do automóvel e da criação de grandes eixos de circulação demonstram a herança da francesa do urbanismo embelezador de Haussman. Da mesma forma, o organicismo proveniente dos avanços da microbiologia aparece na sistematização e hierarquização do território segundo a sua função e importância para a manutenção do equilíbrio do organismo da cidade. Para isso, o zoneamento assume um importante papel como elemento básico para estruturação do espaço urbano. Com o objetivo de simplificar, disciplinar e hierarquizar as funções básicas urbanas, no entanto, para Agache, a aplicação desse elemento era um reflexo do nível de cultura dos habitantes daquele território. Ou seja, através dessa prática com características de distribuição concêntrica e de irradiação de bens e serviços, demonstraria a adequação da cidade e dos seus habitantes à civilização ocidental e ocidentalizada.

Tal fato, quando analisado a partir da Modernidade/Colonialidade torna-se possível perceber os entrelaçamentos ideológicos dessa prática, sustentado pela supremacia do conhecimento técnico e científico. Através de um conhecimento sistematizado da cidade, do diagnóstico do seu corpo-território, foram elaboradas previsões sobre as transformações urbanas. A partir disso, ações baseadas em um conjunto de normas e regras inseridas nos aparatos legislativos seriam capazes de controlar a realidade social, em direção a um suposto estágio final natural.

Elementos desse pensamento também estavam presentes nos Códigos de Posturas Municipais, quando as definições sobre o espaço urbano não detinham qualquer aplicação de conhecimento científico do campo de estudo do urbanismo. No entanto, propostas de divisão territorial em zonas a partir de uma lógica concêntrica foram aplicadas no século XIX com o objetivo de atender especificamente aos interesses da elite.

As ligações entre a distribuição de infraestrutura com a mercantilização do território, também está presente na divisão territorial feita a partir da unidade do lote, propriedade de titulação individual abstraída da sua materialidade e do seu corpo-território. Com a introdução do zoneamento como linguagem de organização territorial do campo científico, o lote privado

permanece como unidade de referência básica para controle de volumetria e usos permitidos no território (ROLNIK, 2019). Da mesma forma, as remodelações urbanas priorizadas a partir das áreas centrais, continuam a atender aos interesses imobiliários. Nesses espaços construídos como símbolos abstratos da racionalidade, eficiência, modernização e progresso, é utilizado para a manutenção da matriz política e cultural da sociedade ocidental e ocidentalizada. O poderio da estrutura colonial-colonizadora se propaga para o corpo-território quando fatores étnicos, raciais e de gênero foram utilizados para hierarquização e exclusão dos espaços e espacialidades das camadas populares. Espaços, estes, considerados não-ocidentais, não-culturais e, portanto, levados paulatinamente à ilegalidade, à informalidade.

O processo contínuo de destruição e remodelação do espaço com o intuito de atender aos parâmetros associado à modernização e ao progresso tem o seu discurso constantemente modificado (VILLAÇA, 1999). Essa atualização faz parte de uma estratégia ideológica para a manutenção do poder por parte de um pequeno grupo ao passo que subjuga as camadas populares, seus corpos e saberes, para o enriquecimento individual.

A escrita prossegue para o capítulo *Continuidades...*, onde busquei trazer de modo breve o impacto desse plano nos próximos anos. Cabe aqui destacar a não efetivação das maiorias das propostas devido a rigidez do zoneamento e a sua implantação progressiva gerou uma alta especulação imobiliária. Além disso, o plano se defasou rapidamente nos anos seguintes da sua entrega, em especial devido a não previsão da explosão demográfica decorrente da migração da população do interior para a capital. Gerando, assim, a indústria de loteamentos na década de 1950.

No entanto, a presença de Agache foi crucial para o início da formalização do urbanismo enquanto disciplina científica na cidade de Curitiba. Um exemplo disso é a construção do projeto para o Centro Cívico anos após a sua entrega, no início da década de 1950. Nesse momento e nos anos posteriores, as ideias urbanistas de origem francesa permanecem no cenário nacional através da influência do padre dominicano-francês Le Bret. Mas esse são outros caminhos e possibilidades futuras que podem surgir desse trabalho.

Por fim, nessas palavras de *considerações finais* busquei mostrar que a multiplicidade persevera apesar das inúmeras estratégias de capturar e disciplinamento dos corpos, das subjetividades e dos territórios. A potência de invenção encontra-se presente em nosso corpo (humanos e não-humanos) e carregam consigo a capacidade de germinar outros mundos para além das cartografias vigentes utilizadas para perpetuar a construção de um mundo unívoco.

Essa disputa, contudo, não se encontra somente no campo da macropolítica presente na esfera programática da luta pelos direitos políticos e sociais. Encontra-se, sobretudo, na

micropolítica, nesse movimento de criação de outras formas de viver que rompam com a manutenção do pensamento hegemônico. Para isso, o questionamento da narrativa linear da história é um dos vários movimentos capazes de conduzir para uma existência regida por uma sensibilidade para além do olho-da-retina capaz de desestabilizar e “transfigurar, imperceptivelmente, a paisagem vigente” (ROLNIK, 2011, p. 62).

No decorrer desse percurso os questionamentos se modificaram e adquiriram um caráter rizomático que não se finaliza com essa pesquisa. As aberturas engendradas que não necessariamente se fixam em uma análise do passado, mas podem também ajudar a construir uma análise do presente. Ao utilizar as minhas lentes feministas de análise, compreendi o modo como as concepções do Progresso, Natureza e Corpo se entrelaçaram para a construção da ideologia da Modernidade/Colonialidade na cidade de Curitiba entre os séculos XIX e começo do século XX. Através da sobreposição de várias camadas-histórias-reminiscências-corpos-espacos busquei romper com uma perspectiva homogênea e linear sobre o passado e, a partir disso, criar novas aberturas capazes de articular caminhos para se disputar os significados de progresso e desenvolvimento

O olhar para o passado, para os escombros da história, permite viver o presente e articular os movimentos em direção à vida. Ao compreender a materialização dos sistemas de violência nos corpos-territórios, torna-se possível direcionar a construção de uma existência cotidiana que vale a pena ser vivida, regida pelo bem-viver.

Assim, caminhos futuros começam a se esboçar articulado pelo desejo de aproximar as teorias feministas da arquitetura e urbanismo. Assim, essas perguntas que se seguem carregam consigo o embrião de mundos e de novas cartografias possíveis.

De que forma o Progresso, a Natureza e o Corpo aparecem posteriormente no planejamento urbano da cidade de Curitiba? Existem diferenças quando comparado aos períodos anteriores?

Qual era a ideia de modernização presente no pensamento das classes dirigentes e de que forma a sua ideologia se manifestou nas instituições e no espaço da cidade de Curitiba?

Qual era a concepção de Natureza nesse período? A correspondência entre corpo e cidade continuou presente nos anos posteriores?

Qual foi o papel da violência e disciplinamento empregado para a manutenção da homogeneidade e eliminação do conflito durante a ditadura militar? Qual foi a sua expressão no espaço da cidade de Curitiba? Quais narrativas foram apagadas da história oficial da cidade de Curitiba durante esse período?

De que forma o pensamento urbanístico foi adaptado para responder aos anseios políticos da ditadura militar? É possível afirmar que no urbanismo nesse período permitiu às classes dirigentes encontrarem respaldo para afirmar uma falsa neutralidade ideológica das ações do Estado?

Compartilhar essas reflexões que permaneceram tem como intuito mobilizar o eu pesquisadora do futuro e aqueles que percorreram o caminho da leitura dessa pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

Leis

ESTADO DO PARANÁ. **Leis, Decretos e Actos da Camara Municipal de 1895**. Curitiba: Officina de Artes Graphics, 1895.

ESTADO DO PARANÁ. **Leis, Decretos e Actos da Camara Municipal, 1902 a 1906**. Curitiba: Officina de Artes Graphics, 1906. Disponível em: https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/vinculos/monogr/Texto/leis_decretos_1902_1906.pdf. Acesso em 30 jun. 2022.

ESTADO DO PARANÁ. Leis, Decretos e Actos da Camara Municipal: 1829 a 1859. *In: Posturas Municipais do Paraná, 1829 a 1895*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 1-22.

ESTADO DO PARANÁ. **Leis, Decretos e Actos da Camara Municipal: 1915 a 1916**. Curitiba: Officina de Artes Graphics, 1923. Disponível em: https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/legislacoes-de-1902-a-1945/6-leis_atos_e_decretos_curitiba_anos_1915_a_1923.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

ESTADO DO PARANÁ. **Leis, Resoluções, Decretos e Átos de 1929**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1939. Disponível em: https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/legislacoes-de-1902-a-1945/8-leis_atos_e_decretos_curitiba_anos_1929_a_1931.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

Periódicos

BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS. **Os caminhos da pavimentação em Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 1, n. 2, out. 1974.

BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS. **Praças de Curitiba**: espaços verdes na paisagem urbana. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 30, n. 131, p. 200, set. 2006.

BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL DE CURYTIBA. **Fundação da Villa de Curytiba**: 1668 a 1721. Curitiba: Imprensa Paranaense, v. I, 1906. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/volume1_0.pdf. Acesso em 30 jun. 2022.

BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ. Curitiba, Ano VI, n. 9, 1981.

BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ. Curitiba, Ano VIII, n. 13, out. 1983.

BOLETIM PMC. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, v. 2, n. 12, nov./dez. 1943.

Jornais

CAMPOS, Tonico. Cortiço: Reportagem realista sobre o ambiente proletário. **Diário da Tarde**, Curitiba, 16 abr. 1934, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&Pesq=tonicocampos&pagfis=42134>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DECLARAÇÕES do professor Agache ao Diário. **Diário da Tarde**. Curitiba, p. 1. 5 out. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/58477>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ESTADO DO PARANÁ. **Planta de Curityba**: Capital do Estado do Paraná. Curitiba: [s.n.], [1894]. Escala 1:10000. Disponível em: https://2.bp.blogspot.com/-RdEYHwTT_RI/UzlyYodfh4I/AAAAAAAAACvA/BZX4tYa2mcM/s1600/Planta+de+Curitiba_1894-02.jpg. Acesso em: 18 ago. 2022.

GRANDIOSO plano de urbanização para Curitiba. **O Dia**. Curitiba, p. 1. 4 out. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/092932/41041>. Acesso em: 18 ago. 2022.

LACERDA, Flavio. Curitiba de Parabéns. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 1, 3 out. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/58450>. Acesso em: 19 ago. 2022.

LACERDA, Flavio. Curitiba de Parabéns. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 1, 3 out. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/58450>. Acesso em: 19 ago. 2022.

NO REGIME da Bruxaria! **Diário da Tarde**. Curitiba, p. 8. 10 mai. 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/34365>. Acesso em: 19 ago. 2022.

NOTÍCIAS e Factos. **Diário da Tarde**. Curitiba, 17 nov. 1900. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/1906>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PARANÁ: órgão de propaganda do estado. Rio de Janeiro: [s.n.], out. 1929. Acervo Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/766054/per766054_1929_00001.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

PASSEIO Público. **Dezenove de dezembro**, Curitiba, p. 1. 14 ago. 1886. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/416398/14242>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PASSEIO Público. **Dezenove de dezembro**, Curitiba, p. 1. 14 ago. 1886. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/416398/14242>. Acesso em: 18 ago. 2022.

VINTE mil contos para a Prefeitura de Curitiba. **O Dia**. Curitiba, p. 3. 19 ago. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/092932/44501>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Imagens

A SLAVE going to market with poultry. Rio de Janeiro, RJ: [s.n, ca 1825]. 1 desenho, aquarela, col., 19,3 x 13,8 cm. Acervo Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon258062/icon258062.jpg. Acesso em: 30 ago. 2022.

ASNIÈRES - Entrée du Cimetière des Chiens. Paris: B.F. 1 cartão-postal, color. Disponível em: <http://www.circulandoporcuritiba.com.br/2018/06/9-anos-do-circulando-por-curitiba-e-o.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BIGG-WITHER, P. Thomas. **Pioneering in South Brazil: Three Years of Forest and Prairie Life in the Province of Paraná.** Londres: John Murray, 1878. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518708>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRIGGS, Frederico Guilherme. **Brasilian souvenir: a Selection of the most peculiar costumes of the Brazils.** Rio de Janeiro: Ludwig and Briggs, 1845. 1 álbum [30 grav.], litografia, p&b, 23 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon70370/icon70370.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

CABANA de Nacionaes Districto de Antonina. Curitiba: Julio C. Langer. 1 cartão-postal, color. Disponível em: <https://4.bp.blogspot.com/-ixScsZjRqu0/VkUoqUSBbBI/AAAAAAAAAKL0/zstSK4nWWy0/s1600/POSTAIS%2BD0%2BINTERIOR%2BD0%2BPARAN%25C3%2581%2B%2528cole%25C3%25A7%25C3%25A3o%2BF%25C3%25A1bio%2529.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CASA dos Gerânios. [189-]. 1 fotografia, p&b, 12 x 17 cm. Curitiba. Acervo Casa da Memória. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/000032/0000320e.jpg>. Acesso em: 19 ago. 2022.

CASA Glaser. 1 fotografia, p&b. Curitiba. Acervo Casa da Memória. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/000040/000040de.jpg>. Acesso em: 19 ago. 2022.

CASAS de tolerância no centro da cidade. **Diário da Tarde.** Curitiba, p. 5. 10 out. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/17999>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CHAFARIZ. 1 fotografia, p&b. Curitiba. Acervo Casa da Memória. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/00001e/00001e8d.jpg>. Acesso em: 19 ago. 2022.

COIMBRA BUENO. **Centro Cívico.** Curitiba, 1941. Plano de Urbanização de Curitiba em 15 pranchas. Disponível em: https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamum/biblioteca/fotos.php?cod_acervo=71148. Acesso em: 23 ago. 2022.

COLEÇÃO Júlia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba. Rede da memória virtual brasileira. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/rede_memoria/galerias/Juliaw_1/index.htm. Acesso em: 18 ago. 2022.

COLÉGIO Sacre-Coeur de Jesus: grupo de alunas vestidas com uniforme de educação física. [195-]. 1 fotografia, p&b. Curitiba. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/00004e/00004eb1.jpg>. Acesso em: 19 ago. 2022.

COLHE hoje mais uma flor.... **Careta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 595, p. 1, 15 dez. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/22344>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CORYTIBA em 1855. [S.l]: [s.n.], Séc. XIX. 1 grav., litograv., p&b, 25 x 36 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon385699/icon385699.jpg. Acesso em: 30 ago. 2022.

COSTA, Luiz. **Praça Rui Barbosa.** 2000. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2017/capa/00197608.jpg>. Acesso em: 19 ago. 2022.

ESCOLA polonesa. 1 fotografia, p&b. Curitiba, [ca 1920]. Acervo Casa da Memória. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/0000da/0000da15.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FACHADA Farmácia Alemã dos Stellfeld. 1 fotografia, p&b. Curitiba, 1912. Acervo Casa da Memória. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/000086/000086f8.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2022.

GOIS, Nani. **Praça Rui Barbosa, remodelação.** 1995. 1 fotografia, color, Curitiba. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/00008c/00008c0c.JPG>.

GROFF, João. **Alargamento da rua XV de Novembro.** 1926. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/000050/0000504e.jpg>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GROFF, João. **Rua José Bonifácio.** 1925. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/0000bd/0000bd6b.jpg>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GROFF, João. **Rua XV de Novembro.** 1916. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/00003a/00003af2.jpg>. Acesso em: 23 ago. 2022.

HERKENHOFF, Paulo. Pintura/Satura. *In: Adriana Varejão.* São Paulo: Galeria Camargo Vilaça, 1996; reeditado em *Imagens de Troca*, Lisboa: Instituto de Arte Contemporânea, 1998. Disponível em: <http://www.adriavarejao.net/br/textos/detalhe/3/herkenhoff-paulo-pinturasatura-in-adriana-varejao-sao-paulo-galeria-camargo-vilaca-1996-reeditado-em-imagens-de-troca-lisboa-instituto-de-arte-contemporanea-1998>. Acesso em 02 ago. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Projeto Praça Rui Barbosa de Reginaldo Reinert**. Curitiba, 2000, 1f. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2017/capa/00197606.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2022.

JULIÃO, Carlos. **Notícia summaria do gentilismo da Asia: com dez riscos iluminados**. [S.l.: s.n.], [17--]. 1 álbum (95 pranchas), il., col, 45,5 x 35. Acervo Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon30306/icon30306.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

PLANTA aprovada para a avenida Visconde de Guarapuava: construção. Curitiba: [s. n.], 1913. Nanquim. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/000035/00003552.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Cidade do Rio de Janeiro**: extensão, remodelação, embelezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1355316/or1355316.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Passeio Público**. 2014. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://mid-turismo.curitiba.pr.gov.br/2014/8/jpg/00000197.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2022.

RIBEYROLLES, Charles. **Brazil pittoresco**: album de vistas, panoramas, monumentos... Paris: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. Acervo Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=6804. Acesso em: 18 ago. 2022.

RUA Riachuelo. 1 fotografia, p&b. Curitiba, 1906. Acervo Casa da Memória. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/0000c1/0000c1db.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2022.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Paris: Engelmann, 1835. Acervo Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994.htm. Acesso em: 19 ago. 2022.

SISSON, Sebastien Auguste. **Álbum do Rio de Janeiro Moderno**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. de S. A. Sisson, [18--]. 1 álbum (1f., 12 grav, litografia, col, 31,2 x 44,5 cm.). Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=8806. Acesso em: 18 ago. 2022.

SOCIEDADE Teuto-brasileira: Exibição de ginastas alemães. 1 fotografia, p&b. Curitiba, [ca 1920]. Acervo Casa da Memória. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/000087/00008767.jpg>. Acesso em: 18 ago. 2022.

VAREJÃO, Adriana. **Paisagens**. 1995. Óleo sobre madeira 110 x 140 x 10 cm. Disponível em: <http://www.adriavarejao.net/media/fotos/9504.jpg>. Acesso em: 19 ago. 2022.

VOLK, Adolpho. **Empregada doméstica da família Casagrande**. [1900], 1 fotografia, sépia. Curitiba. Acervo Casa da Memória. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/pergamumweb/vinculos/000090/000090b3.jpg>. Acesso em: 19 ago. 2022.

WISCHRAL, Arthur. **Viaduto**. 1929. 1 álbum, 97 fotografias, p&b, várias dimensões. Disponível em: <https://paulodafigaro.blogspot.com/2014/02/wishral-e-estrada-de-ferro-curitiba.html>. Acesso em: 19 ago. 2022.

WRIGHT, Marie Robinson. **The new Brazil: its resources and attractions, historical, descriptive, and industrial (1866-1914)**. Philadelphia: George Barrie and Son, 1901. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/597742>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Mapas

POSSE, Zulmara Clara Sauner; CASTRO, Elizabeth Amorim de. **Mapa de Infraestrutura em Curitiba 1930**. Curitiba: [s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://asvirtudesdobemmorar.wordpress.com/obras-de-eduardo-fernando-chaves-2/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

POSSE, Zulmara Clara Sauner; CASTRO, Elizabeth Amorim de. **Planta da Cidade de Curitiba (1903)**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <https://asvirtudesdobemmorar.wordpress.com/obras-de-eduardo-fernando-chaves-2/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Demais fontes bibliográficas

ABREU, Frederico José De. **Capoeiras, Bahia, Século XIX: imaginário e documentação**. Salvador: Vogal Imagem, 2005.

AGUIAR, Nayara Elisa de Moraes. **Um Incômodo Moral: o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937)**. 2016. 202 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2016.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)**. 1998. 230 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 1998.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v.1).

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. São Paulo: Editora UFMG, 2009.

BONI, Maria Inês Mancini De. Vigilância e punição: o espetáculo da criminalidade na constituição do trabalhador urbano; Curitiba, 1890-1920. **História: Questões & Debates**, Curitiba, ano 8, n. 14, p. 45–100, dez. 1987.

BRUANT, Catherine. Donat Alfred Agache: urbanismo como uma sociologia aplicada. *In: Cidade, Povo e Nação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 447.

CADORE, Analu. **A Produção Arquitetônica de Ernesto Guaita em Curitiba**. 2010. 193 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2010.

CAMARGO, Marcos Henrique. As Estéticas e suas definições da arte. **Revista Científica/FAP**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 1–15, jan./jun. 2009.

CAMARGO, Marcos Henrique. As Estéticas e suas definições da arte. **Revista Científica/FAP**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 1–15, jan./jun. 2009.

CAROLLO, Bráulio. **Alfred Agache em Curitiba e sua visão de Urbanismo**. 2002. 191 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Porto Alegre, 2002.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. *In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 220–230.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva S.A, 1992.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. *In: Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 336-358.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In: Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 220–230.

D'ANGELO, Martha. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n.56, p. 237–250, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: UNAULA, 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

GAGO, Verónica. **A potência feminista: ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GANZ, Ana Maria. **Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925 – 1945**. 1994. 181 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 1994.

GARCEZ, Luiz Armando. **Curitiba: evolução urbana**. Curitiba: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Paraná, 2006.

GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. O City Marketing de Curitiba: Cultura e Comunicação na Construção da Imagem Urbana. *In: Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 83–96.

GILLIES, Ana Maria Rufino. Os imigrantes da colônia do Assunguy-PR (1860-1880) no acervo do Arquivo Público do Paraná e outras histórias. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP*, 22, 2014, Santos. **Anais eletrônicos**. [Santos]: Anpuh-São Paulo, 2014. p. 1-14. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406597642_ARQUIVO_GILLIES,AnaMariaRufino.UNICENTRO-Irati.OsimigrantesdacoloniadoAssunguynoacervodoArquivoPublicodoParanaeoutrashistorias.ANPUHSP2014.pdf. Acesso em: 05 abr. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Pensamento feminista brasileiro: Formação e Contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 237–256.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). **Contemporânea**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 17–36, jul./dez. 2011.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7–41, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 95–118

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar**, Lima, ano 12, v. 12, n. 2, p. 35–46, 2016.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: Da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOSHINO, Thiago. Antecedentes e Contexto Histórico da Segunda Metade do Século XIX. *In: Dos Traços aos Trajetos: A Curitiba Negra entre os séculos XIX e XX*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2019. v. 37, p. 18–29.

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARI, Frederico; ACOSTA, Alberto. Introduction: Finding Pluriversal Paths. *In*: KOTHARI, Ashish; ARIEL SALLEH; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (org.). **Pluriverse: A Post-Development Dictionary**. New Delhi: Tulika Books, 2019. p. 22–41.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAMB, Roberto Edgar. **Uma Jornada Civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná - 1867 a 1882**. 1994. 120 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 1994.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Entre a Escravidão e o Trabalho Livre: Escravos e Imigrantes nas Obras de Construção das Ferrovias no Brasil no Século XIX. **EconomiA**, Brasília, v. 9, n.4, p. 215–245, dez. 2008.

LARA, Fernando. Teorizando o espaço das Américas: possíveis saídas para séculos de exclusão e de esquecimento. **América**, n. 1, v. 1, p. 66–75, dez. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEME, Maria Cristina da Silva. A Formação do Urbanismo como Disciplina e profissão: São Paulo na primeira metade do século XX. *In*: **Cidade, Povo e Nação: Gênese do urbanismo moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 245.

LEMONS, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LOMBROSO, Cesare. **A Mulher delinquente**. Curitiba: Antonio Fontoura, 2017.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019a.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. p. 235–239.

LUGONES, Maria. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 186–209, 2007.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 357–377.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 16, p. 204–226, jul./dez. 2015.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. *In*: **Tejiendo de outro modo: Feminismo, epistemología y apuestas**

descoloniais em Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 91–104.

MENEZES, Claudino. **Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente**: a experiência de Curitiba. Campinas: Papirus, 1996.

MIES, Maria. Pesquisa feminista: ciência, violência e responsabilidade. *In*: **Ecofeminismo**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021. p. 98–122.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 2–18, jun. 2017.

MIGNOLO, Walter. Retos decoloniales, hoy. *In*: BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (org.). **Los desafíos decoloniales de nuestros días**: pensar en colectivo. Neuquén: Editorial de la Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; GÓMEZ, Diana; MUÑOZ, Karina Ochoa. Introducción. *In*: **Tejiendo de outro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniais em Abya Yala. Popayán: Editorial de la Universidad Nacional del Cauca, 2014. p. 13–40.

MUÑOZ, Karina Ochoa. El debate sobre las y los amerindios: entre el discurso de la bestialización, la feminización y la racialización. **El Cotidiano**, Ciudad de México, n. 184, p. 13–22, mar./abr. 2014.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires De; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. O reinado das mulheres: a capoeiragem feminina no norte do Brasil. *In*: **Capoeira, identidade e gênero**: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 137–160.

OUYAMA, Maurício Noboru. **Uma máquina de curar**: o hospício Nossa Senhora da Luz em Curitiba e a formação da tecnologia asilar (final do século XIX e início do XX). 2006. 405 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2006.

PECHMAN, Robert Moses. O Urbano fora do Lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. *In*: **Cidade, Povo e Nação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 331–362.

PENA, Eduardo Spieller. **O Jogo da Face**: A Astúcia Escrava Frente aos Senhores e à Lei na Curitiba Provincial. 1990. 2 v. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 1990.

PEREIRA, MAGNUS. **Semeando Iras rumo ao Progresso**: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889). Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PEREIRA, MAGNUS; SANTOS, Antonio. Código de Posturas Municipais. *In*: **Posturas Municipais do Paraná, 1829 a 1895**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 1-22.

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. *In*: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz;

PECHMAN, Robert (org.). **Cidade, Povo e Nação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 363–373.

PESAVENTO, Sandra. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. *In*: **Cidade, Povo e Nação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

POSSE, Zulmara Clara Sauner; CASTRO, Elizabeth Amorim De. **As Virtudes do Bem Morar**. Curitiba: Edição das Autoras, 2012.

PUCHTA, Rodrigues Diogo. **A Formação do Homem Forte**: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense (1882-1924). 2007. 115 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2007.

QUELUZ, Gilson Leandro. Escola de Aprendizizes e Artífices do Paraná. **Revista Tecnologia & Humanismo**, Curitiba, v. 24, n.39, p. 40–113, jul./dez. 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar; Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história: masculino, feminino, plural. *In*: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 371–387.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. *In*: **Cidade, Povo e Nação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 15–22.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 4, n. 5, p. 28, 2010.

RIZZI, Suzelle. Cândido de Abreu e a arquitetura de Curitiba entre 1897 e 1916. 2003. 186 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Porto Alegre, 2004.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n.1, p. 21–43, 2019.

ROLNIK, Raquel. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). *In*: **Metrópole e Globalização**: Conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

SANTOS, Brenda; BRAGA, Geslline; BRUM, Larissa. A Abolição e a fundação da sociedade 13 de Maio. *In: Dos Traços aos Trajetos: A Curitiba Negra entre os séculos XIX e XX*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2019. v. 37, p. 30–45.

SHIVA, Vandana. Development – for the 1 per cent. *In: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (org.). Pluriverse: a post-development dictionary*. New Delhi: Tulika Books, 2019. p. 6–8.

SHIVA, Vandana. Reduccionismo e regeneração: Uma crise na ciência. *In: Ecofeminismo*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021. p. 78–97.

SILVA, Lucia. A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil. *In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.). Cidade, Povo e Nação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 397–410.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A Capoeira Escrava no Rio de Janeiro. 1998. 555 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Campinas, 1998.

SUTIL, Marcelo Saldanha. **O Espelho e a Miragem: Ecletismo, Moradia e Modernidade na Curitiba do Início do Século**. 1996. 165 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 1996

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba**. Curitiba: Unilivre, 1997.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: Mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.

TRUTH, Sojourner. Eu não sou uma mulher? *In: PEDROSO, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (org.). Histórias afro-atlânticas*. São Paulo: MASP, 2018. p. 17.

VILLAÇA, Flávia. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 170–242.

WEBBER, Eugen Joseph. **França fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.